



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 50**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, terça-feira, 11 de fevereiro de 2014**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Cláudio Almeida  
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Valdemiro Vasconcelos)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.*

No primeiro dia de trabalho, relativo ao período legislativo de fevereiro, entrou-se imediatamente na Agenda na Reunião.

Assim, iniciou-se a [Interpelação ao Governo Regional sobre Políticas de Saúde](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e os/a Srs./a Deputados/a Ricardo Cabral (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/X – “Cria a Rede de Instituições Museológicas dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado José Andrade, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, passou-se para o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/X – “Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional. \(Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, de 10 de abril\)”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputado/as Aníbal Pires, a quem coube a apresentação do diploma, Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), António Marinho (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Deputado Francisco César (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Novamente por maioria, o diploma foi rejeitado após o término do debate.

De seguida, iniciou-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 49/X – “Criação do Conselho Regional de Cultura dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após as intervenções do Sr. Deputado José Andrade e do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), os trabalhos foram suspensos por solicitação de um intervalo regimental, tendo ficado agendada a continuação do debate para o dia seguinte.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.*

**Presidente:** Bom dia a todos.

Vamos começar os nossos trabalhos. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**  
**Manuel Alberto da Silva Pereira**  
Maria da **Graça Oliveira Silva**  
**Marta Cristina Moniz do Couto**  
**Miguel António Moniz da Costa**  
**Paulo Alexandre Vieira Borges**  
**Pedro Miguel Medeiros de Moura**  
**Renata Correia Botelho**  
**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**  
**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Aida Maria Melo Amaral**  
**António Augusto Baptista Soares Marinho**  
**António Lima Cardoso Ventura**  
**António Oldemiro das Neves Pedroso**  
**Bruno Filipe de Freitas Belo**  
**Cláudio Borges Almeida**  
**Cláudio José Gomes Lopes**  
**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**  
**Humberto Trindade Borges de Melo**  
**Jorge Alberto da Costa Pereira**  
**Jorge Manuel de Almada Macedo**  
**José Joaquim Ferreira Machado**  
**José Maria de Medeiros Andrade**  
**Luís Carlos Correia Garcia**  
**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana** Carina Alberto **Espínola**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal** da Conceição **Pires**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no ponto 1 da Agenda da Reunião: **Interpelação ao Governo Regional sobre Políticas de Saúde**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A interpelação ao Governo rege-se pelo artigo 184º do nosso Regimento.

O debate foi organizado pela Conferência de Líderes nos termos do artigo 132º.

Os tempos definidos para cada partido são os seguintes:

O interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos e as Representações Parlamentares têm 10 minutos para o debate.

Para iniciar, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Gerir a saúde deverá obrigar sempre ao intuito de conseguir o bem comum. Implementar uma política de saúde com qualidade, que traga os benefícios esperados (e algumas vezes pagos) pela população, é sempre o desiderato.

Nos últimos anos, as sucessivas governações socialistas fizeram gala em anunciar reformas do Serviço Regional de Saúde que – já todos verificamos – não passaram de redondos falhanços, com a agravante, a maioria delas, de terem endividado preocupantemente o sistema:

Foi a Telemedicina (que não existe);

Foi o Cartão de Utente (que foi para o lixo);

Foi o SIS-ARD – informatização do Serviço Regional de Saúde (negócio despesista sinónimo escandaloso de má gestão que lesou a Região em milhões de euros);

Foi a SAUDAÇOR (que agudizou o crónico problema financeiro);

Foram os Hospitais EPE (que desde então vivem na falência técnica e não pagam a fornecedores)...

Sobre a também escandalosa questão da radioterapia quase que não vale a pena dizer mais nada; já todos perceberam que se tratou ou ainda se trata de uma “negociata”.

O problema é que os Açorianos continuam a ter que sair da sua Região para se tratarem, quando já poderiam, há dois anos, ser tratados nos Açores, se se quisesse rentabilizar um investimento que já está feito... Isso sim seria uma medida de boa gestão!

Com a chegada ao poder do autoproclamado “novo” Governo Regional socialista e a tomada de posse do novo Secretário Regional da Saúde, profundo

conhecedor do Serviço Regional de Saúde, esperava-se uma evolução nas políticas.

Porém, temos assistido a uma revolução draconiana do sistema público de saúde:

É a implementação de reformas perigosas feitas nas costas dos Açorianos;

É a alteração dos poucos procedimentos que funcionavam bem;

É o encerramento de serviços e a concentração de outros;

Paulatinamente vai-se atentando contra a saúde dos doentes.

Em termos meramente administrativos este Governo renega os fundamentos basilares da Autonomia, limitando-se a mandar aplicar nos Açores normativos legais e, pior, regulamentares, adotados pela República.

Bem pior que os “maus” negócios e que todas as dívidas que se tem feito é o sofrimento desumanamente infligido aos doentes em lista de espera para cirurgia, constituindo-se como um dos maiores falhanços do Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Perante o exposto é, pois, tempo de tirar algumas conclusões e questionar o autoproclamado “novo” Governo socialista.

Primeira conclusão: o principal contributo da governação socialista para o Serviço Regional de Saúde foi aumentar escandalosamente a dívida, por má opção e má gestão, que se tem refletido na diminuição da qualidade dos serviços prestados!

Primeira pergunta: Atualmente, qual é a dívida total do Serviço Regional de Saúde e quais os encargos futuros assumidos?

Segunda conclusão: Conclui-se pelo falhanço dos milhões investidos nos programas de combate às listas de espera.

Segunda pergunta: Quanto se gastou até hoje no combate às listas de espera cirúrgicas e quantos são, efetivamente, os doentes em lista de espera cirúrgica

inscritos nos hospitais de Ponta Delegada, Ilha Terceira e Horta? É que todos os números que o Senhor Secretário nos possa trazer não são meros algarismos... São Pessoas!... São Açorianos!... É gente que sofre!... É preciso tratá-los com respeito e sobretudo é preciso, de uma vez por todas, dizer a verdade, por muito que custe.

Terceira conclusão: A alteração das regras de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital prejudicou os doentes, porque diminui a frequência de deslocações, aumentou o tempo de espera e/ou obrigou o doente a deslocar-se para se tratar, com prejuízo da sua vida pessoal, profissional e familiar.

Terceira pergunta, Sr. Secretário: por que é que se alteraram as regras de deslocação de especialistas, uma das grandes bandeiras, aqui, autoproclamada e elogiada pela bancada do Partido Socialista e pelo Governo? Por que é que se alterou a regra de deslocação de especialistas? Que falhas ou problemas foram detetadas que justifiquem as alterações agora feitas?

Quarta conclusão: Outro grave revés e atentado ao SRS é a alteração dos incentivos à fixação de clínicos em áreas especialmente carenciadas, como por exemplo a medicina geral e familiar, representando a vontade da tutela um verdadeiro retrocesso aos tempos da fundação da Autonomia, quando era preciso atrair médicos pagando deslocações de familiares e bens para virem para os Açores. Regredimos 40 anos nessa matéria.

**Deputado Francisco César (PS):** 40 anos?!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor não sabe o que está a dizer!

**O Orador:** Tudo isto é tão mais grave porque a maioria socialista aprovou, em 2007, um diploma, proposto pelo CDS-PP, que cria um regime que possibilita uma efetiva e eficiente fixação de médicos nas nossas ilhas.



Quarta pergunta, Sr. Secretário: por que se propõe o Sr. Secretário rasgar um sistema de incentivos que salvaguarda a efetiva fixação e estabilização dos quadros clínicos nos Açores?

Quinta conclusão: O manhoso plano de reestruturação da saúde não passou na auscultação pública, mas a teimosia governamental vai impondo medidas, pela calada, que atentam contra a saúde dos doentes. Por isso se pergunta:

Quinta pergunta: Que serviços de saúde vão encerrar nas Unidades de Saúde de Ilha, nomeadamente do Pico, São Jorge e São Miguel? Quando? Como? E com que justificação?

Sexta conclusão: A austeridade que os socialistas açorianos tanto criticam à governação da República chegou à saúde dos Açorianos, curiosa e estranhamente, pela mão dos socialistas, primeiro, com a introdução das taxas moderadoras (que eram crime de lesa pátria, mas viraram necessidade imperiosa de financiamento e seriam consignadas, imagine-se, ao pagamento do Centro de Radioterapia nos Açores), depois, pela retirada de apoios à vacinação (importante ferramenta de prevenção da doença).

Sexta pergunta: Qual o montante de taxas moderadoras já cobradas aos doentes e qual o montante, resultante destas taxas, investido no Centro de Radioterapia dos Açores e nos tratamentos de radioterapia?

Sétima pergunta: Por que motivo ainda não está a ser comparticipada a vacina contra a meningite pneumocócica, conforme proposta do CDS-PP aprovada por esta Assembleia?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O que verificamos é que a atual política de saúde não serve. Trilha o caminho da perseguição à poupança no tratamento dos doentes, em vez de almejar o combate ao desperdício. Corta na deslocação de especialistas, corta na

deslocação de doentes, corta nos serviços de proximidade, corta nos programas de combate às listas de espera. Numa frase: corta na saúde dos Açorianos.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme estipula o artigo 184º, o Sr. Secretário, querendo, pode usar da palavra de imediato.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

Hoje, mais uma vez, agora sob a forma de interpelação, é debatido nesta assembleia o estado da saúde na Região.

Exatamente há um ano atrás, participamos num debate semelhante, proposto pelo Bloco de Esquerda. A saúde, felizmente, tem sido escrupulosamente escrutinada por esta Assembleia através dos diferentes modelos regimentais possíveis e sob os mais diversos pretextos.

Consideramos extremamente importantes as iniciativas parlamentares da oposição, que apenas pecam por não usarem da mesma imaginação e criatividade no tratamento do assunto que é utilizada na criação do enquadramento mediático que antecede o debate parlamentar.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Oh, Sr. Secretário!

**O Orador:** Falta de imaginação e criatividade porque o caminho escolhido segue sempre a mesma abordagem. É iniciado um burburinho mediático na semana anterior sobre algumas questões da área que serve para ir bater nos mesmos três ou quatro pontos e assim transmitir a ideia de que está tudo mal no setor da Saúde.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Compreendemos que é um tema sensível e, portanto, fácil para servir de palco a quem pretende manter-se debaixo dos holofotes e aproveitar um tempo de antena fácil, mas que, segundo o nosso entender, merece uma abordagem diferente.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** A essa postura, o Governo Regional tem respondido com disponibilidade e diálogo. Tal como aconteceu nas situações anteriores, estamos aqui para explicar todas as questões e responder ao tom inflamado com serenidade. Fazemo-lo com toda a clareza, com total abertura e com total transparência.

É por isso que, em vez de apenas dar conta do que está mal, queremos dar conta do muito que se tem feito e debater o que se está a fazer neste setor, para corrigir os erros, as injustiças, as imperfeições, as estratégias mal conseguidas, no fundo a limitação da condição humana na gestão do sistema.

Agradeço, pois, ao Sr. Deputado Artur Lima e à sua bancada parlamentar a oportunidade que deu ao Governo para dar conta do seu trabalho e daquilo que está a desenvolver.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade, depois de concluído o debate e entrado em vigor o Plano de Ação para a Restruturação da Saúde, temos vindo a trabalhar num vasto conjunto de medidas que vão contribuir, em muito, para a organização das unidades de saúde, permitindo uma melhor utilização dos recursos, evitando abusos e fazendo com que os serviços cheguem a mais pessoas.

Com os concursos já lançados para as compras centralizadas de material de consumo clínico e medicamentos obtivemos uma poupança superior a 500 mil euros anuais, só nos três hospitais da Região. Novos concursos estão a ser preparados e lançados para aumentar a capacidade de investimento no próprio setor, para que mais pessoas possam ter melhor acesso a cuidados melhores.

Detetamos que havia situações em que os cuidados de saúde, consultas e exames complementares chegavam depressa a uns Açorianos, mas faltavam a outros. Foi assim alterado o enquadramento legal para garantir o princípio de equidade. As deslocações de especialistas passam a ser feitas em função das listas de espera para cada especialidade e não em função de uma programação anual.

Identificou-se que o atual regime convencionado não estava ajustado às necessidades, permitia abusos e não abrangia as áreas necessárias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais? É isso que o senhor tem que explicar!

**O Orador:** Iniciamos um processo de revisão das atuais convenções de forma a tornar a sua utilização mais ágil, sendo o processo tratado diretamente entre as unidades de saúde e os convencionados.

Este modelo permitirá, por exemplo, que o Hospital do Divino Espírito Santo possa dar resposta na área da Imagiologia através de uma convenção direta, resolvendo os constrangimentos que têm surgido nesta área.

Está, de igual modo, em preparação um processo de gestão centralizada de marcação de consultas e de deslocações. Esta medida vai permitir uma otimização dos serviços, vai resultar numa poupança significativa e sobretudo numa maior comodidade para as pessoas, que não terão de fazer duas ou três viagens e não terão de ficar tanto tempo fora dos seus familiares.

Foram criados incentivos para fixação de médicos nas áreas mais carenciadas e temos já sinais de que é uma medida para dar frutos, considerando os contactos que têm sido feitos pela Secretaria Regional da Saúde.

Com a chegada de mais especialistas contamos resolver uma parte significativa das listas de espera cirúrgicas. Entretanto, não estamos parados.

Foi solicitado aos hospitais que desenvolvam planos para dar resposta às pequenas cirurgias que não precisam de anesthesiologistas e que estão a engrossar a lista de espera das cirurgias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Tal como foi revelado recentemente, a limitação não está na disponibilidade de cirurgiões, enfermeiros ou salas de bloco. Não há pois motivo para que a lista de espera de pequenas cirurgias esteja a contribuir para o número total de Açorianos à espera de cirurgia.

Está em fase final de discussão pública o Plano Regional de Saúde, com uma nova estratégia que permitirá acompanhar passo a passo as diferentes ações e perceber a sua evolução e respetivos resultados.

Na área das dependências, ao contrário do que foi afirmado, continuamos a desenvolver ações e mantêm-se os programas de tratamento, havendo cerca de um milhão de euros dedicados a esta área e estão em preparação várias ações mais agressivas dedicadas à prevenção que em breve serão anunciadas.

No tocante às infraestruturas, mantemos um ritmo de investimento de modo a dotar todas as ilhas com os melhores e mais modernos edifícios. Ainda recentemente se iniciaram as obras do Centro de Saúde de Ponta Delgada e prosseguem outras obras como todos têm certamente conhecimento.

No longo rol de tarefas que temos vindo a desenvolver, conta-se também a implementação do Conselho Regional de Saúde, que já se reuniu uma vez, a criação da Comissão de Farmácia e Terapêutica, que vai decidir a nível regional

quais os medicamentos a utilizar nos hospitais e centros de saúde, que também já reuniu, e a Comissão de Pensos, que deverá reunir em breve.

Se tudo estivesse assim tão mal, não se assistiriam a demonstrações de dedicação, diferenciação técnica e espírito de pioneirismo como temos tido a oportunidade de realçar nos últimos tempos.

O Serviço de Cirurgia Vascular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira realizou há poucos dias diversas cirurgias endovasculares às artérias aorta e carótida, exclusivamente com médicos residentes na ilha.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O que o senhor quer fechar!

**O Orador:** O mesmo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira também realizou recentemente um implante coclear numa criança. Foi a primeira vez que essa intervenção se realizou nos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A gente já lá vai!

**O Orador:** O serviço de Urologia do mesmo hospital tem-se demonstrado como um bom exemplo de interação entre hospitais, dando resposta, nesta especialidade, aos doentes de todas as ilhas na realização de exames, no tratamento por litotricia e na realização de cirurgias.

O rastreio do cancro do cólon é já uma realidade, com enorme esforço e dedicação dos profissionais envolvidos.

Na Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, as equipas multidisciplinares estão empenhadas e a fazer um esforço de atualização na área dos pensos, com resultados práticos muito interessantes, com claros benefícios para o utente, para os profissionais e para o sistema de saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fica aqui demonstrado que temos ideias muito concretas do que pretendemos e estamos muito confiantes que as medidas e ações tomadas vão levar a um melhor desempenho do Serviço Regional de Saúde.

O Governo já demonstrou o seu empenho, ao mais alto nível,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Nós conhecemos as propostas do Governo, as do PSD é que não!

**O Orador:** ... no sentido de uma aposta num serviço de saúde de maior proximidade, de maior qualidade, de maior eficiência, de maior transparência e com mais humanismo.

Ao contrário do que o Sr. Deputado Artur Lima afirmou em campanha eleitoral na Ribeirinha em 2008, fica evidente, pelo ataque acérrimo às medidas que temos implementado, que não são os socialistas que se cobrem com a mesma manta que os *lobbies* instalados na saúde.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário. A Mesa já tem inscrições. Estão inscritos os Srs. Deputados Artur Lima e Ricardo Cabral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, na altura que eu fiz essa afirmação, ela não o incomodava, o senhor até apoiava. Pelos vistos mudou de ideias!

*Lobbies* existiam e continuam a existir. Um deles chama-se radioterapia e o senhor, aqui, foge.

Às perguntas que eu fiz ali de cima o senhor não respondeu a uma única. O senhor, e esse governo, estão aqui para ser escrutinados democraticamente por este Parlamento. Responda às perguntas que lhe foram colocadas ali de cima. É essa a sua obrigação para com esta casa, responder às dúvidas que lhe foram

colocadas, às questões que lhe foram serenamente colocadas ali de cima, para esclarecer os açorianos.

Não vou repeti-las, porque não vou gastar o meu tempo.

O que lamento é que o Sr. Secretário tenha feito tábua rasa, tenha absolutamente ignorado o que eu disse ali de cima.

Tentou adivinhar o que eu ia dizer. Trouxe o discurso feito de casa, mas quando há uma interpelação ao Governo são feitas perguntas e o Governo tem a obrigação de responder.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Eu respondi!

**O Orador:** Fico à espera que responda às perguntas que lhe fiz ali de cima, uma por uma, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(\*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante que os açorianos saibam que as reestruturações planeadas, a implementação de Programas de Saúde e os investimentos de saúde feitos pelo Governo Regional dos Açores são fundamentais e muito importantes para garantir um Serviço Regional de Saúde que sirva cada vez melhor os açorianos.

É importante que os açorianos saibam que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia as políticas do Governo Regional dos Açores...

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Ainda não tínhamos dado por isso!

**O Orador:** ... e os açorianos têm dado provas de confiança das políticas socialistas implementadas ao longo destes últimos anos.

Sobre estes últimos anos existem números...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os açorianos não são números!



**O Orador:** ... que comprovam ganhos em saúde das políticas do Partido Socialista, implementadas pelo Governo Regional dos Açores. Passo a mencionar:

O Serviço Regional de Saúde deve ter também uma atenção permanente de todos, do Grupo Parlamentar e dos partidos da oposição, porque há falhas, há erros, há a necessidade de aperfeiçoar, de melhorar todos os procedimentos na saúde da Região, mas temos que fazer uma avaliação justa e rigorosa.

Quando fazemos as contas à última década (não vou reportar-me a 1996, porque a percentagem de ganhos em saúde ainda é maior), os médicos, em 2002, eram 430 na Região Autónoma dos Açores; em 2012 eram 530. Houve um aumento de 18%.

Os senhores enfermeiros: de 2002 para 2012, houve um aumento de 30% de recursos humanos na enfermagem na Região Autónoma dos Açores.

No número de técnicos de diagnóstico, de 2002 para 2012, houve um aumento de 34%, o que quer dizer que houve uma maior qualidade de prestação de serviço aos utentes ao longo desses anos.

Neste momento estamos muito melhor do que há 10 anos, fruto das políticas do Governo Regional dos Açores e do apoio do Partido Socialista dos Açores.

Mas ainda há mais. As consultas nos centros de saúde e nos hospitais, em 2002, eram 400.000. Dez anos depois, passaram a ser 600.000. Isto é um trajeto positivo, é um ganho em saúde considerável, fruto das políticas do Partido Socialista referendadas nas eleições, com a confiança que o povo açoriano tem dado ao Partido Socialista e ao Governo Regional que tem administrado as nossas políticas para a saúde.

As cirurgias realizadas nos Açores, em 2002, eram 8.800. Em 2012 foram 11.600, um aumento de 23%. Portanto, há um trajeto positivo, não há o falhanço total que as pessoas querem fazer crer.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** E os açorianos sabem disso. Sabem que há uma evolução positiva, sabem que quando vão às instituições de saúde na Região Autónoma dos Açores são bem tratados, são tratados com segurança, com qualidade e cada vez mais com maior cuidado.

Estas são as políticas do Governo Regional dos Açores apoiadas pelo Partido Socialista que certamente vão ter um trajeto sempre positivo.

Para concluir, e numa próxima oportunidade hei de falar noutros pontos, gostaria de sublinhar que o Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores prestigia a nossa Autonomia e é motivo de orgulho de todas/os as/os açorianas/os e das pessoas que optaram por viver aqui nos Açores.

É um motivo de orgulho, a saúde está bem e vamos caminhar sabendo mesmo que há situações que temos sempre que aperfeiçoar e melhorar para cada vez mais servir melhor todos os açorianos.

Disse.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas Membros do Governo: Obviamente, Sr. Deputado Artur Lima, não iria fugir a responder àquilo que são as suas questões.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sinal que o senhor conhece bem a saúde! Isto é um homem da direita!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor sabe que não fugimos às questões!

**O Orador:** Agora, como ficou provado pela minha intervenção, os temas não fugiram muito aos temas que o Sr. Deputado levantou em tribuna. Alguns deles tiveram a resposta devida aquando do meu discurso.

No entanto, e para que não fiquem dúvidas sobre a nossa intenção e a nossa abertura sobre estas questões, vou abordar sequencialmente as questões que aqui aponte e que foram levantadas pelo Sr. Deputado. Se alguma falhar peço-lhe que faça favor de me avisar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Secretário!

**O Orador:** Relativamente à questão do financiamento do Serviço Regional de Saúde, obviamente queria aproveitar esta ocasião já para dar boas notícias, mas estamos ainda com dados muito preliminares e tudo aponta para que os hospitais possam, finalmente, este ano cumprir com uma das nossas promessas de resultados equilibrados, perto daquilo que era o prognóstico desejado desde o início.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oxalá!

**O Orador:** São dados ainda preliminares, por isso não vou pronunciar-me muito sobre eles, mas que apontam que tem havido um esforço da nossa parte nesse sentido.

Como sabe, o ano passado houve um programa de redução de dívidas a fornecedores. Estamos a trabalhar de forma afincada nesta componente, não de forma pública, mas de forma afincada. Peço-lhe que nos dê o tempo necessário para fechar os dados de 2013 e poder vir apresentá-los a esta casa convenientemente.

Relativamente às listas de espera cirúrgicas, como o Sr. Deputado afirmou e muito bem, é um dos nossos maiores problemas, uma das nossas maiores dores de cabeça e no qual temos tentado imprimir todos os nossos esforços.

Esses esforços não passam, como disse e bem, por uma aplicação novamente daquilo que são os modelos de redução das listas de espera utilizadas até agora,

porque, tal como foi demonstrado, não permitiram atingir os objetivos, e um programa que não permite atingir os objetivos deve ser repensado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então, tenho razão sobre essa matéria!

**O Orador:** Sobre essa matéria também já foi dito que iremos utilizar uma das iniciativas do CDS-PP nesta área, nomeadamente o Vale Saúde. Isso foi público e tem que ser admitido que é uma das iniciativas que iremos agora utilizar ao longo do ano de 2014 para tentar resolver esta questão. Estamos a trabalhar numa reestruturação de fundo nesta questão.

As listas de espera não são consistentes e por isso esta dificuldade de dar números concretos, atualizados ao dia, em cada um dos hospitais.

Foi acordado anteriormente que os números divulgados pela Secretaria Regional da Saúde, através do *site* da DRS, seriam os números de utentes em espera há mais de 18 meses.

Já foi dito, e concordo, que não é a forma mais correta de olhar para esta questão. Dezoito meses poderá ser o indicado numas cirurgias e não noutras e isso tem que ser revisto.

Também há abertura da nossa parte, e já o disse publicamente, de publicar aquilo que são os verdadeiros dados sobre esta matéria para que todos saibamos exatamente daquilo que estamos a falar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais são?

**O Orador:** Agora só é possível fazê-lo após a aplicação de uma medida que estamos a trabalhar e, permita-me, nunca percebi se aquilo que são as nossas boas parcerias com o Serviço Nacional de Saúde para si são boas ou são más, porque tanto depressa critica aquilo que é a utilização de alguns sistemas nos Açores, como solicita que alguns desses sistemas sejam utilizados a nível regional.

Posso dizer-lhe que estamos a trabalhar com os serviços partilhados do Ministério da Saúde na utilização da plataforma comum que existe a nível nacional do controle das listas de espera, o SIGIC,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Os senhores negaram até hoje!

**O Orador:** ... para que se possa, também de forma comparativa com os hospitais nacionais, termos uma ideia muito clara das nossas listas de espera, porque não podemos estar a comparar realidades distintas sobre esta matéria.

Se tivermos os nossos hospitais dentro desta realidade, obviamente gerido segundo aquilo que é uma lógica regional e não uma lógica nacional, mas se tivermos os nossos hospitais dentro desses dados,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** As grandes medidas são as da República!

**O Orador:** ... eu poderei dar, de uma forma muito concreta, os dados sobre esta matéria.

Não são medidas da República.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** São, são! Demonstra a vossa capacidade!

**O Orador:** Neste caso específico são aplicações desenvolvidas pelos serviços partilhados do Ministério da Saúde que demonstraram a sua validade, ao contrário de outras que há a nível nacional e que não vamos utilizar a nível regional,...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas esta especificamente demonstrou a sua validade e é nessa área que vamos trabalhar.

Como digo, estamos na disponibilidade de revelar concretamente os dados cirúrgicos, mas como disse há pouco na minha intervenção, não faz sentido que esses dados, por exemplo, incluam aquilo que são os dados das pequenas cirurgias.

Estamos a falar de situações cirúrgicas em que não é necessário a presença do anestesiológista e que pode ser resolvido pelos próprios cirurgiões, já que foi

revelado também, pelos próprios médicos dos hospitais, que não há dificuldade de cirurgiões, que não há dificuldade de enfermeiros, nem de blocos operatórios. As pequenas cirurgias podem ser resolvidas.

Relativamente à questão das regras de deslocação de especialistas, Sr. Deputado Artur Lima, noto, não na minha mas talvez na sua tónica,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A bandeira não é minha!

**O Orador:** ... uma diferença relativamente a esta matéria, alguma cautela, porque, como sabe e bem, o Sr. Deputado foi acérrimo defensor de que deveria ser regulada esta questão, que existiam abusos claros sobre esta matéria...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu não disse que existiam abusos!

**O Orador:** ... e que deveriam ser regulados.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem disse “abusos” foi o senhor!

**O Orador:** Como sabe, havia no anterior regime a possibilidade dos médicos que estavam em regime de deslocação estarem a receber o seu vencimento do hospital de origem, ao qual se adicionava um vencimento por prestação de serviços...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale com o Sr. Deputado Rogério Veiros sobre isso!

**O Orador:** ... a cada uma das consultas que era praticada.

A única coisa que se fez neste novo regime foi separar claramente estas duas áreas e dizer que se um médico está deslocado, como um qualquer funcionário público na Administração Pública, a uma outra ilha, tem direito ao seu vencimento base, às suas ajudas de custo e ao alojamento. Não mais do que isso!

Se, por algum motivo (e sabemos que acontece com frequência ao fim-de-semana, fora dos horários normais de trabalho) os médicos quiserem continuar a ver doentes nas unidades de saúde, nessa altura é-lhes pago exatamente o mesmo valor que lhes era pago pela anterior Portaria.

A única coisa que se fez foi regular de uma forma muito clara e concreta que durante...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os Srs. Deputados do PS é que eram contra!

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Não, não!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vá ao diário das sessões!

**O Orador:** ... o horário normal de prestação de serviço não havia duplicação de vencimento. Acho que com isso todos nós, nesta casa, concordamos.

Acredito que para quem estava habituado a um regime diferente haja limitações e isto vem impor alguma alteração daquilo que eram os vencimentos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então é austeridade!

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** O senhor chama a isso austeridade?!

**O Orador:** Isto não é austeridade, isto é moralidade!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Relativamente ao regime de fixação de especialistas eu fico pasmado com as suas declarações, diz que o regime fica pior para os médicos. Não percebo como.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é para os médicos, é para os doentes!

**O Orador:** Não! De fixação de especialistas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! É um retrocesso de 40 anos!

**O Orador:** Está-se a aplicar o mesmo regime e as mesmas medidas que haviam para a medicina geral e familiar e já havia essa possibilidade do transporte dos familiares, do transporte da mercadoria, dos transportes, do carro, isso já estava tudo previsto no anterior regime.

Aquilo que se fez foi alargar não só à medicina geral e familiar, mas estendê-lo às outras especialidades hospitalares para podermos, neste caso específico, responder à questão dos anestesiólogos nos três hospitais da região.

Não fica pior, pelas contas que a Secretaria fez. Foram apresentadas também algumas contas em que a medicina geral e familiar poderia ficar pior neste regime. Não fica, porque a medicina geral e familiar teve uma valorização salarial na casa dos 900 euros, relativamente àquilo que era o regime anterior. Anteriormente estava previsto que eles ganhassem 1800 euros por mês.

Neste momento não há nenhum médico de família que entre para o sistema público que não ganhe 2.746 euros (é esse o salário base) mais os 1500 euros de incentivo dados no primeiro ano.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Alguns que se chamam médicos dentistas não ganham isso!

**O Orador:** É o suficiente para que, tendo em conta aquilo que são as limitações, também a nível nacional, alguém opte para vir viver para os Açores. Prova disso é que já tivemos dois médicos interessados, e que estão em negociações com a Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria, em vir trabalhar para a Região; temos uma médica interessada que vem trabalhar para o Centro de Saúde da Ribeira Grande e outros têm contactado regularmente a Secretaria Regional da Saúde.

Poderão dizer que é pelo aspeto mediático desta medida e por aquilo que foi o impacto mediático da medida. Que seja! Mas existem contatos diários de especialistas com a Secretaria Regional da Saúde a querer vir trabalhar para a Região, segundo este modelo, por isso não acredito que seja possível dizer que é um modelo que funciona mal.

Relativamente à questão dos serviços de saúde em São Jorge e no Pico, o Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde é claro nesta matéria. Diz que, em relação a São Jorge e ao Pico é necessário estudar aquilo



que são as implicações de alteração funcional de cada um destes serviços, nomeadamente naquilo que possam ser, no caso do Pico, as alterações funcionais do Centro de Saúde da Madalena, para definir melhor aquilo que são os serviços.

Quais são essas alterações funcionais? Eu explico-lhe.

A possibilidade de podermos vir a ter, por exemplo, um aparelho de TAC no Centro de Saúde da Madalena, ou a possibilidade de podermos vir a ter, como se tem discutido, um médico de especialidade hospitalar, nomeadamente de medicina interna, no Centro de Saúde da Madalena, que possa não só garantir o internamento, mas também um atendimento diferenciado aos utentes da Madalena. Poderão ser fatores para pensar que esse serviço tem implicações diretas na organização dos serviços de emergência na Ilha do Pico e por isso repensá-los e alterá-los.

Estamos a falar ainda, como na altura do caso do Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, de possibilidades nas quais ainda estamos a trabalhar. Ainda não estão definidas e por isso é que o Governo não assumiu de uma forma frontal qualquer posição sobre esta matéria, mas no dia em que tomar uma decisão sobre esta matéria assumi-la-á de uma forma frontal nesta casa ou onde for necessário.

Relativamente à vacina Prevenar, o Sr. Deputado Artur Lima tem razão. Estamos atrasados na implementação dessa medida, mas devo dizer-lhe que estamos atrasados porque estamos a fazer uma revisão do modelo dos reembolsos exatamente para permitir um reembolso na totalidade, se possível desta vacina.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas isso é verdade, o que o senhor está a dizer? Isto é de uma gravidade!

**O Orador:** Ou seja, pretendemos alargar aquilo que é a capacidade de financiamento às famílias, não só segundo a tabela que foi apresentada, mas ir

além daquilo que é tabela que foi apresentada. Iremos fazê-lo, Sr. Deputado, não se preocupe, o mais brevemente possível.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Andamos a brincar então!

**O Orador:** Relativamente à questão das taxas moderadoras, eu não tenho comigo, não estava preparado nesse sentido, o valor concreto das taxas que foram cobradas ao nível dos hospitais. Posso, durante este debate, receber ainda essa informação.

Aquilo que lhe posso dizer é que o investimento na radioterapia, como todos nós sabemos, teve vários episódios. Por constrangimentos, alguns deles não daquilo que era a vontade do Governo Regional, mas por constrangimentos externos, nomeadamente do Tribunal de Contas, estamos trabalhar no modelo que melhor reflita e que melhor sirva os açorianos.

É isso que lhe posso dizer sobre esta matéria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Como lhe custa dizer isso, Sr. Deputado!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, sete perguntas nos 10 minutos que me são concedidos para esta interpelação e espero que alguma delas seja original, ou suficientemente original, para o surpreender, dado que as anteriores, parece não terem sido capazes.

Primeira:

Um dos fatores de crise e de permanente polémica sempre foi a reiterada suborçamentação do setor da saúde.

Até agora esta suborçamentação estava encoberta por um veículo de manigância financeira, digamos assim, chamado SAUDAÇOR. Esta situação deixou agora de ser possível pelas razões que conhecemos.

No entanto, as manigâncias financeiras neste setor continuam, desde logo, na transfusão – já que estamos a falar de saúde – de dinheiros públicos para os bolsos de interesses privados. O exemplo caro da radioterapia, um investimento estimado em 7 milhões de euros, dos quais metade pagos pelos fundos públicos e o resto pago pelas rendas asseguradas aos privados durante 20 anos.

Estamos, Sr. Secretário Regional, perante o desbaratar de dinheiro público, perpetrado pelo Governo Regional, em nome de interesses privados.

Pergunta: será o mesmo esquema financeiro e a mesma lógica rentista a presidir ao negócio do Hospital Privado da Lagoa, quando o Governo Regional no setor público diz que não tem dinheiro e corta, corta, corta em tudo, até nas análises, mas afinal o dinheiro existe para alguns?

Segunda:

Nas ilhas sem hospital ocorrem situações de emergência médica tão graves ou até mais graves do que nas ilhas com hospital.

É fulcral que as equipas médicas e os profissionais de saúde, isto é, quanto a nós de um bom senso elementar, tenham uma formação complementar em emergência médica nas ilhas que não têm hospital.

Pergunta: o que é que pensa o Governo Regional fazer nesta área, porque nunca ouvimos nada da parte do Sr. Secretário da Saúde sobre esta matéria?

Terceira:

Não cabe na filosofia de um Serviço Regional de Saúde ter como única perspetiva a lógica como referência. Valências de carácter social, de humanização dos serviços, de apoio o mais próximo possível dos familiares do doente, são também valências prioritárias no Serviço Regional de Saúde que se quer de excelência.

Pergunta: tendo em conta o investimento feito em barcos para o triângulo, onde esta componente foi, e bem, acautelada, qual a razão por que o hospital de referência para a Ilha de São Jorge não é a Horta e continua a ser a Terceira,

uma vez que as acessibilidades, quer para os doentes, quer para as famílias, seriam melhor garantidas no caso de ser a Horta, salvo algumas exceções de gravidade óbvia, e que, portanto, teriam que ter outra resposta.

Quarta: mantém o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Governo a proposta de fecho da UCI no Faial?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já está fechada!

**A Oradora:** Quinta pergunta:

Reconhece o Bloco de Esquerda, de acordo com o que sempre defendeu nesta casa e fora dela,...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Está fechada?!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim, já não existe!

**A Oradora:** Mas eu quero ouvir isso.

... a evolução do pensamento do Governo Regional no que diz respeito a políticas ativas para atração de médicos. Estou a dizer o contrário.

Nós reconhecemos que tem havido da parte do Governo Regional, nomeadamente do Sr. Secretário, um esforço ativo para atração de médicos para a Região, sobretudo médicos de família que são aqueles que nos fazem mais falta, desde logo ao nível dos incentivos.

Notamos também positivamente a evolução do Sr. Secretário Regional de que já não fica à espera de que os médicos caem de maduros lá para 2016, conversa que já aqui tivemos.

Pergunta: numa área tão carenciada nos Açores, mas em particular nas ilhas mais populosas, que outras medidas ativas o Sr. Secretário Regional tenciona empreender para resolver este problema?

Não vamos certamente ouvir o Sr. Secretário Regional, daqui a uns tempos, dizer “nós temos incentivos, nós abrimos concursos, nós fizemos tudo o que era possível, mas os médicos não vêm, portanto a culpa não é nossa”. No entanto, as pessoas continuam a precisar deles.

Que outras medidas ativas pensa o Sr. Secretário Regional implementar?

Sexta:

Em 2007 foi criada a Comissão Regional de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde Mental, com variadíssimas e importantes competências. Contudo, na proposta de reestruturação do Serviço Regional da Saúde são dedicadas umas poucas linhas sobre a rede de saúde mental.

Pergunta: qual tem sido o papel desta comissão na reestruturação, não só da rede de saúde mental, mas também na avaliação dos cuidados em saúde mental, na Região?

Para quando o novo Programa Regional de Saúde Mental, tendo em conta que atualmente a Região está sem programa, pois o anterior terminou o seu período de vigência em 2012?

Sétima e última:

A atual rede de saúde mental, tal como é reafirmada na proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, continuará a assentar em parcerias com IPSS, nomeadamente com Instituições de Vocação Religiosa.

Pergunta:

É para manter o atual quadro de parcerias ou finalmente a Região assumirá que os cuidados de saúde mental não são um mundo à parte do Serviço Regional de Saúde? (com caderno de encargos).

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma das questões que mais nos preocupa e que julgo que afeta o bom funcionamento, quer do Serviço Nacional de Saúde, quer do Serviço Regional

de Saúde, é, digamos, alguma promiscuidade entre a atividade pública e a atividade privada.

Julgamos que alguns dos problemas que afetam o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde, desde logo em termos da qualidade do serviço prestado, em termos da diminuição das famosas listas de espera, etc., etc., passa, digamos, por alguma separação entre a atividade pública e aquilo que é a atividade privada.

No entanto, aquilo que temos vindo a verificar, e julgo que qualquer observador não precisa estar muito atento, é que há alguma, eu não diria pulverização, mas o aparecimento de cada vez mais empresas ligadas à saúde, chame-se clínicas, chame-se laboratórios, chame-se aquilo que se quiser. De facto tem havido, por parte da iniciativa privada, o aparecimento de um conjunto dessas empresas ligadas à área da saúde.

Não temos nada contra, mas preocupa-nos aqui algumas questões. Preocupa-nos, desde logo, porque essas empresas dedicadas à saúde, cuja atividade principal é a prestação de cuidados de saúde ou, digamos, de diagnóstico ou de meios de diagnóstico (não nos preocupa, enfim a iniciativa privada, mas preocupa-nos o seguinte), têm apoios públicos que decorrem do conjunto de programas que há para o investimento privado na Região Autónoma dos Açores, associado a uma outra questão, é que os mesmos profissionais, ou que investem nas empresas de cuidados de saúde ou os profissionais que ali prestam serviços, encontramos-os no Serviço Regional de Saúde.

Isso tem que forçosamente nos preocupar, porque se nos queixamos de que há necessidade de profissionais e se os temos no Serviço Regional e depois temos-os a prestar serviço na atividade privada, julgamos que este não é o caminho mais adequado e que alguma coisa deveria ser feita a este nível.

Um das perguntas é exatamente esta: se o Governo Regional está atento a esta situação e se pretende, ou tem medidas que visem alterar.

Eu sei que é impossível resolvê-la, até porque não há com certeza profissionais de saúde suficientes para fazer a separação entre o público e o privado. Isto implicaria, desde logo, um regime de exclusividade, que teria certamente de ser pago de forma diferente aos profissionais de saúde que eventualmente optariam pela exclusividade num serviço público, com valores que teriam de ser com certeza superiores, para que se garantisse a sua presença no serviço público.

Uma outra questão que gostaria de colocar é a seguinte:

O Sr. Secretário e o Governo Regional têm demonstrado e apresentaram uma estratégia para a gestão da deslocação de doentes. Sim senhor, acho que é fundamental. Aliás, eu tenho verificado essa necessidade nas visitas que tenho feito a alguns centros de saúde e, pelos números das deslocações, é fundamental que isso se faça. É uma questão de racionalização do serviço.

O que também lhe queria perguntar é se se vai manter esta coisa dos hospitais de referência. Nesse quadro da gestão da deslocação de doentes se se vão manter os hospitais de referência.

Eu também constatei, não sei se erradamente ou não, mas parece-me que não é erradamente, que por vezes se não houver a necessidade de deslocar um doente ou um utente para um determinado hospital de referência, se calhar, num outro hospital há a possibilidade de que o atendimento seja mais célere, senão se considerar os hospitais de referência como uma obrigatoriedade.

A Deputada Zuraida Soares, e muito bem, colocou aqui a questão de São Jorge: mas por que é que há de ser para o Faial ou para a Terceira e, por exemplo, não pode ser para São Miguel, se o atendimento for mais célere?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ou vice-versa!

**O Orador:** Ou vice-versa, claro!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado, pelo amor de Deus. Aqui, não tem nada a ver com São Miguel, nem com Terceira, nem com nada. É com os hospitais de referência.

Sr. Deputado, para responder à sua preocupação até lhe direi o seguinte: se houver alguém em São Miguel que tenha de ser deslocado para a Terceira ou para o Faial, porque o atendimento aí é mais célere, eu acho que deve ser assim.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito bem!

**O Orador:** A pergunta, Sr. Secretário, é esta: é se efetivamente vai manter, ou se o Governo Regional e o Sr. Secretário Regional têm disponibilidade para abandonar essa rigidez dos hospitais de referência e dar aqui maleabilidade para a deslocação dos doentes?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado,

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma das nossas preocupações que tem vindo a ser manifestada por nós de forma reiterada, tem a ver com uma questão dos milhares de açorianos que se encontram em espera cirúrgica.

V. Exa. afirmou aqui não saber ao certo estes números. Ouvi-o afirmar no “Grande Plano” da RTP-Açores que eram 9.400: 6.800 no Hospital de Ponta Delgada, 2.000 no Hospital da Ilha Terceira e 600 no Hospital da Horta.

Fazendo bem as contas, se somarmos estes três números chegamos à conclusão, segundo as suas próprias palavras, que existiriam nos Açores 9.400 açorianos em espera cirúrgica.

Com isso me quero congratular, Sr. Secretário, porque, ao fim e ao cabo, veio ao encontro daquilo que tinham sido os números apresentados pelo PSD e nós não estávamos, ao contrário daquilo que V. Exa. disse, a falar de números



errados, a não ser que V. Exa. tenha falado erradamente no Programa “Grande Plano”.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Não sei se o Sr. Secretário provavelmente já terá conhecimento de uma carta escrita no dia 27 de dezembro de 2013, do Diretor do Bloco Operatório do Hospital de Ponta Delgada, ao Diretor Clínico, por si nomeado, porque faz parte do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, onde, entre outras afirmações, o Sr. Diretor do Bloco Operatório dizia o seguinte:

“A manter-se a utilização média das salas do bloco operatório, com 5 salas encerradas totalmente à tarde, 4 das 5 apenas e só funcionam de manhã, se utilizarmos em média 4 doentes por tempo operatório, haverá uma redução mínima de 1.000 doentes operados, mas que será superior em termos do número de intervenções, se adicionarmos os tempos de redução de salas em período de férias e a possibilidade de mais uma cirurgia por cada doente.”

Sr. Secretário, 9.400 com uma diminuição da produção aqui retratada nesta carta...

Esta não é uma carta do PSD, não é uma carta do Deputado Luís Maurício,...

**Deputado José San-Bento (PS):** Mas parece!

**O Orador:** ... é uma carta do Diretor do Bloco Operatório do Hospital de Ponta Delgada ao Diretor Clínico do mesmo hospital que V. Exa. teve o prazer de nomear no passado dia 2 de julho.

Com isto, Sr. Secretário, estamos a falar, em 2014, de 10.000 doentes açorianos em espera cirúrgica.

O que é que V. Exa. acha do contexto e do conteúdo da carta que o Diretor do Bloco Operatório escreveu e que aqui acabei de lhe citar apenas e só um trecho? Provavelmente o Sr. Secretário terá conhecimento de outra carta, esta a si diretamente escrita, datada de 14 de janeiro de 2014. Esta carta dizia assim:

“Exmo. Senhor Secretário da Saúde

Gostaríamos de chamar a atenção de V. Exa. para os seguintes pontos:

- aumento descontrolado das listas de espera cirúrgicas;
- agravamento da situação clínica e social dos utentes em lista de espera que se traduz no consumo de medicação e outros cuidados de saúde;
- serviço de urgência e consulta externa, sobcarregados por falta de resposta cirúrgica;
- absentismo ao trabalho dos próprios e/ou dos seus familiares e a degradação progressiva da sua qualidade de vida;
- aumento significativo das reclamações dos utentes pelos tempos de espera na resolução da sua situação clínica;
- utilização da sala de urgência do Bloco Operatório na tentativa de compensar a ausência de tempos operatórios de rotina para a resolução atempada das situações clínicas mais prementes.”

Sabe que gravidade é que isto representa, o senhor que é anestesiológico?

É chegar uma emergência à urgência do Hospital e ter o Bloco de Urgência ocupado para cirurgia programada, não havendo espaço para realização de uma cirurgia de emergência. Sabe que gravidade é que isto representa?

Continuo a citar:

- “- desigualdade dos utentes em lista de espera nos Açores, comparativamente aos utentes do Continente que têm tempos máximos de resposta garantidos de acordo com a gravidade das situações;
- implicações que a diminuição do número de cirurgias tem a nível da formação dos internos com risco inclusive da perda de idoneidade formativa de alguns serviços cirúrgicos;”

**Deputado André Bradford (PS):** E as soluções?! Leia as soluções!

**O Orador:** “O risco de tais constrangimentos limitar a introdução de novas técnicas que o estado da arte exige para o claro benefício dos utentes”.

Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quem escreveu esta carta e se lhe dirigiu a 14 de janeiro de 2014 não foi o PSD, não foi o Deputado Luís Maurício. Foram os diretores de todos os serviços cirúrgicos do Hospital de Ponta Delgada.

O que é que o senhor acha disso? Acha que é demagogia política defender o sofrimento dos doentes cirúrgicos que se encontram em espera há mais de 3 anos?

**Deputado André Bradford (PS):** Mas quais são as soluções?

**O Orador:** Acha? Concorda ou discorda? O que é que comenta em relação a essa matéria?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Sr. Secretário, gostava de lhe colocar mais duas questões.

Gostava de saber nomeadamente se o senhor confirma ou não que, em função da diminuição da produção cirúrgica, os enfermeiros especialistas do Bloco Operatório do Hospital de Ponta Delgada, a quem foi investida muita formação por parte desta Região, por falta de produção cirúrgica – entenda-se salas de bloco operatório de cirurgia programada fechadas, doentes por operar – e por ordem da enfermeira diretora, estão, por falta de serviço, por falta de doentes por operar, a prestar serviço alternadamente, um mês no Bloco Operatório, um mês nas enfermarias de internamento.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é gravíssimo!

**O Orador:** Confirma ou não essa informação?

Confirma ou não, Sr. Secretário, que o encerramento de uma enfermaria cirúrgica, com 22 camas, se deveu à diminuição da produção cirúrgica?

Confirma ou não que a expressão mais clara de que se opera pouco é o encerramento no maior hospital dos Açores de uma enfermaria com 22 camas para internar doentes operados?

Confirma ou não esta informação?

Sr. Secretário, é por essa e outras informações que consubstanciam o conhecimento da realidade, que o PSD propôs que fosse criada na Região um sistema integrado de informação de doentes em espera cirúrgica, mas não era, como o Sr. Secretário aqui acabou de afirmar, apenas e só para sabermos os doentes que se encontravam em lista de espera. O nosso projeto vai mais longe, Sr. Secretário e afirmámo-lo publicamente.

A aplicação nos Açores de um sistema informático integrado de registo de doentes cirúrgicos, com uma prioridade atribuída pelo cirurgião aquando da indicação cirúrgica, escalonando as prioridades em função do tempo de espera, deverão ser tempos de espera garantidos aos doentes, como acontece a nível nacional, teria duas consequências:

Em primeiro lugar, a ação consertada dos três hospitais da Região, podendo complementar-se entre si em áreas que são excessivas num dos hospitais e em défice noutro hospital;

Mais (coisa que o senhor nunca falou), no sentido de fazer face a esta que é a realidade preocupante dos doentes em espera cirúrgica, criarmos regimes de produção cirúrgica adicional.

Com isto queremos dizer o seguinte:

Estes doentes integrados nesse registo, aos quais lhes é atribuído, pelo cirurgião que lhes coloca a indicação para a operação, o tempo máximo de espera, findo esse tempo máximo de espera, passam para regimes de produção cirúrgica adicional, isto é, serão operados fora do tempo normal de trabalho dos profissionais, ao final de tarde e ao fim-de-semana.

Sr. Secretário, esta é uma proposta que apresentámos aos açorianos de forma muito clara para responder às necessidades dos doentes que se encontram em espera. Não queremos um registo por um registo.

Eu bem sei que o senhor tem contatos privilegiados com o Prof. Henrique Martins, Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, e que frequenta com elevada frequência, passe o pleonasmo,...

**Deputado André Bradford (PS):** Oh, senhor, mas o que é que isso tem a ver?

**O Orador:** ... mas aqui é uma figura de estilo bem aplicada, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, ou então a Sra. Presidente da SAUDAÇOR.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Mas isso não é bom?!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Mas afinal é bom ou não é?

**O Orador:** O Governo da República, enfim... Afinal é bom, Sr. Secretário! Afinal é bom!

Eu bem sei que os senhores estão à procura de fazer a aplicação desta aplicação informática nos Açores, mas reafirmo, nós não defendemos esse registo pelo registo.

Defendemos esse registo pelas consequências que esse registo trará. Em primeiro lugar, a complementaridade entre hospitais da Região; em segundo lugar, a possibilidade acrescida de fora do horário normal de trabalho operarmos os açorianos que se encontram em espera cirúrgica há mais de três anos.

Defendemos regimes de produção cirúrgica adicional com tempos máximos garantidos para os doentes envolvidos segundo as prioridades colocadas pelo cirurgião na altura em que coloca a indicação cirúrgica.

Sr. Secretário, estamos tão preocupados como o senhor quando, a 18 de julho, numa entrevista que o senhor deu ao jornal Açoriano Oriental, defendia o acesso dos açorianos à saúde e dizia:

“Só não se pode ceder no acesso à saúde”.

Não me parece que sejam as suas práticas.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo obviamente por uma réplica ao Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral. Registrar a sua intervenção e referir-me, com certeza com muito gosto, à última década que o Sr. Deputado aí referiu.

Como o Sr. Deputado basicamente falou de números, se me permite, vou também apresentar-lhe um número – pese embora os progressos que foram feitos no Serviço Regional de Saúde, e ninguém os nega e eu nunca os neguei – Sr. Deputado, que nos deve preocupar a todos.

Na última década, taxa de mortalidade padronizada por tuberculose por 100 mil habitantes, em pessoas com menos de 65 anos. É esclarecedor o gráfico, Sr. Deputado?

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** E no Continente? Tem o Continente?

**O Orador:** Tenho sim senhor. Continente 0.6; Região Autónoma dos Açores 1.4, Sr. Deputado.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sabe por quê?

**O Orador:** Isso é que é grave. Esse é que é o número que deve preocupar o Sr. Deputado. Isso reflete a última década.

Sr. Secretário, taxa de mortalidade padronizada para menos de 65, por tuberculose, por 100 mil habitantes, por local de residência NUTs II, 2000.

No Continente, vejamos:

Em 2008 era 0.5 e 0.7, entre os Açores e o Continente. Agora, Sr. Secretário, é 0.6 no Continente e 1.4 nos Açores, Sr. Secretário. Isso revela a última década. Tenho mais números aqui só que não os vou apresentar por falta de tempo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Apresente Sr. Deputado!

**O Orador:** Mas isto é a última década, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral. Sr. Secretário, isso é de uma gravidade. Tuberculose, Sr. Secretário.

Não lhe vou explicar, porque o senhor sabe tão bem como eu a gravidade disto. Não vamos sequer entrar nesse pormenor, mas isso é de uma gravidade extrema. Tuberculose! Quase três vezes mais que no Continente.

Sr. Secretário, então escuso-me de fazer qualquer comentário porque não lhe vou ensinar nada.

V. Exa. é que poderá ter para me ensinar nesta matéria, porque trabalha num Bloco Operatório.

Sr. Secretário – e devido à sua especialidade, naturalmente – queria reconhecer da sua parte o sentido de colaboração institucional do Governo em esclarecer esta casa. Felicito-o por isso.

Nesse sentido, Sr. Secretário, com toda a serenidade, tenho que lhe perguntar o seguinte:

Como é que é possível, como é que o senhor admite, sendo uma pessoa rigorosa, que na página oficial da Direção Regional da Saúde estejam inscritos 3.335 doentes e o senhor diga que são mais de 9.000?

Sr. Secretário, isto é pura e simplesmente inadmissível.

Isto é a página da Direção Regional da Saúde, os números que estão publicados pela sua secretaria.

Como é que é possível que o titular da pasta vá a um programa de televisão dizer que são 9.000 e na página oficial da Direção Regional de Saúde diga que são 3.335?

Sr. Secretário, em que é que ficamos?

Quantos são afinal, Sr. Secretário?

Isto não são números. É gente a sofrer.

Em que é que podemos ter confiança?

Em quem é que eu confio? Em si ou na página da Direção Regional da Saúde?

É a pergunta, Sr. Secretário. Agradeço, com serenidade, que me responda a essa pergunta.

E por que é que não está a ser cumprida uma recomendação do CDS para publicar isso exatamente com a atualização de um mês? Tem uma décalage de um mês apenas!

A última atualização que lhe estou a falar é de novembro.

Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que cite o diário das sessões de novembro de 2009, nesta casa. Relativamente à questão das listas de espera, aqui levantada pelo CDS, veio a bancada do Partido Socialista esclarecer o seguinte:

“...comprovam as evidências que hoje assistimos ao aperfeiçoamento no programa de recuperação de listas de espera e na redução das mesmas para tempos de espera clinicamente aceitáveis.” (2009, há quase 5 anos!).

“Da avaliação rigorosa do cumprimento dos programas de recuperação das listas de espera implementados pelos Governos do Partido Socialista [na última década], concluímos que em 2008 conseguimos realizar as cirurgias cujo prazo excedia 24 meses e em 2009 vamos conseguir realizar as cirurgias cujo prazo excedia 18 meses.”

Até ao fim de 2009, o Governo fixará os tempos máximos de resposta que vigorarão em 2010, [Sr. Secretário, quais são?] tendo os utentes direito a aceder a um programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas ou de consultas de especialidade, quando esse tempo máximo de resposta for ultrapassado...”

Sr. Secretário, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, quais são os programas, quais são os tempos definidos para 2010, 2011, 2012 e 2013? Quais são?



É oficial! É uma promessa vossa, aqui. É um compromisso vosso que os senhores falharam aos açorianos que estão a sofrer em casa à espera de uma cirurgia.

Portanto, os senhores não deram resposta nem a uma coisa, nem à outra. O compromisso não é meu. Diário das Sessões de 2009: Plano e Orçamento. Estão aqui os compromissos do Governo Regional dos Açores feitos pela bancada do Partido Socialista.

Portanto, Sr. Secretário, quais são os tempos de espera? Quais foram os ultrapassados neste tempo todo?

Sr. Secretário, não me venha dizer que não sabe ou que não tem um problema tão grave, como as listas de espera, que o senhor não saiba exatamente.

O senhor devia saber quase o nome deles. Não são números, são pessoas.

O senhor já recebeu cartas. Eu não venho aqui com cartas. Mas o senhor sabe que eu sei que o senhor já recebeu cartas de doentes a queixarem-se da sua situação cirúrgica.

Não vou revelá-la aqui porque a carta é privada, mas o senhor também recebeu.

São as pessoas que se queixam e é às pessoas que temos dar resposta, Sr. Secretário.

Relativamente à fixação de médicos, Sr. Secretário, a questão que lhe quero colocar é a seguinte:

Há um diploma aprovado nesta casa que deu os resultados dos médicos de medicina geral e familiar que agora estão afixados na Região. Sabe por quê? Porque não se podem ir embora.

O que eu critiquei, e critico, é que o senhor diz assim:

“Governo quer retirar bolsas de formação para dar subsídios de fixação aos médicos.” Certo?

O senhor vai cometer o maior erro de fixação de clínicos para a posteridade nos Açores, porque os que vêm ao abrigo deste programa (o senhor vai trazer

mercenários para os Açores!), vêm cá ganhar dinheiro e ao fim de três anos vão-se embora, como aconteceu até hoje consecutivamente. Quem vier dizer o contrário não sabe o que se passa nesta Região Autónoma.

Eu pergunto-lhe: desde o início, dos clínicos gerais que cá ficaram, quantos ficaram cá que vieram ao abrigo desse programa de lhe darem dinheiro ao fim de um mês? Quantos ficaram cá? **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Não punham cá os pés!

**O Orador:** Nem chega a 10%, Sr. Secretário.

Faça as contas!

Eles estão cá 4 ou 5 anos e vão embora, porque nada os prende cá.

Este regime de fixação não é só para a medicina geral e familiar, é para todas as especialidades que depois o Governo definia como prioritárias. Isto, Sr. Secretário, obrigava a ficar os bolseiros que tivessem essa bolsa. Há quem não queira essa bolsa...

**Deputada Zuraida Soares** (*BE*): E há quem queira!

**O Orador:** ... porque querem ir embora, mas eu quero é que fiquem cá, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Também eu!

**O Orador:** Não quero favorecer ninguém, não quero favorecer privados. Eu quero que fiquem cá com transparência e que sejam obrigados, se quiserem ir embora, a pagar 250 vezes o valor da retribuição mensal mínima em vigor na Região.

Está aqui aprovado. O senhor quer acabar com isto e quer fixar médicos na Região, Sr. Secretário?

Não fixa coisíssima nenhuma.

Quem o defende faz apenas por interesses que eu não quero aqui classificar. É trazer mercenários para os Açores para virem cá 3 anos, 5 anos, de paliativo.

Já tivemos suecos, já tivemos colombianos, já tivemos... não sei.

Tanto programa! Onde é que eles estão? Onde é que eles estão, Sr. Secretário?

Em 2016 vamos ter médicos de medicina geral e familiar nos Açores?

É esta medida, bem aprovada neste Parlamento, que lhes dá exatamente o que o senhor dá a estes, mas com uma condição, obriga-os a ficar cá.

Ao fim de 3 anos, renovado até 5, vão-se embora.

Problemas da saúde nos Açores, Sr. Secretário. Sabe por quê? É para nós não assistirmos à Montanha Russa, que são os programas nos Açores, ora sobe, ora desce.

Isto também se exemplifica em alguns números, em alguns gráficos, Sr. Secretário.

Vou dar-lhe um exemplo.

*(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)*

Olhe a sua nos Açores: sobe, desce, sobe, desce, sobe, desce, relativamente a algumas patologias e algumas doenças.

Taxas de mortalidade: sobe, desce, sobe, desce, sobe, desce.

No Continente ela é mais ou menos constante, com ligeiras oscilações, oscilações do dobro. Sabe por quê? Por causa de medidas dessas.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** A amostragem é que é pequena!

**O Orador:** É isso que critico.

A sua medida, Sr. Secretário, é absolutamente uma regressão ao passado, é um regresso ao passado, que não vai trazer nenhum benefício aos açorianos.

Finalmente, Sr. Secretário, vou citá-lo também relativamente ao programa de informatização, a eficiência informática e essa sua vontade dos serviços partilhados do Ministério da Saúde.

Toda esta bancada, o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, o Sr. Deputado José San-Bento e outros que participaram na Comissão de Inquérito, diziam que a informatização era a agora chamada Via Açoriana, o SIS-ARD.

Poupar, Sr. Secretário, não é 500 mil euros na prestação de serviços às pessoas.

Poupar, Sr. Secretário, não é evitar deslocações de especialistas às ilhas apenas numa lógica racionalista.

Poupar, Sr. Secretário, é dizer por que é que o senhor gastou 4, 5 ou 6 milhões de euros na informatização do Serviço Regional de Saúde e isso foi tudo para o lixo.

A isso chama-se desperdício.

**Deputado José San-Bento (PS):** Mentira! Isso não é verdade!

**O Orador:** E quem está a pagar, sabe quem é? São os doentes.

Poupar, Sr. Secretário, é na radioterapia.

Os senhores dizem que custou no mínimo 1 milhão e meio de euros. É mentira!

O Centro de Radioterapia que vai ser construído custa 6 a 7 milhões de euros, porque é só construção agora. Ficámos todos a saber.

Agora eu pergunto:

O dinheiro das taxas moderadoras é para a construção do Centro de Radioterapia? É, Sr. Secretário?

Não abane a cabeça. É ou não é! Foi isso que foi dito e repetido por esta bancada, por esse Governo.

Portanto, o novo projeto agora é conceção e construção, depois dessas rocambolescas todas.

Isso é um investimento racional, Sr. Secretário?

Sr. Secretário, olhe para mim. Eu estou a perguntar-lhe.

A radioterapia nos Açores é um investimento racional da maneira como está a ser feito?

Estão a ser geridos da melhor maneira os investimentos dos recursos públicos?

Estão a ser geridos? É a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário.

O senhor quando vem poupar no farelo, Sr. Secretário, poupe, mas poupe como deve ser.

Poupe no esbanjamento, no desperdício.

Já lhe dei dois exemplos de esbanjamento e desperdício.

Já agora, Sr. Secretário, diga-me lá o que é que foi feito (o senhor não sabe o número mas vou dizer-lhe) aos 7 milhões de euros investidos em 2009, 2010, 2011 e 2012 no combate de recuperação às listas de espera?

O que é foi feito a estes 7 milhões de euros?

Quantas cirurgias foram feitas com esse dinheiro?

Para onde é que foi esse dinheiro, Sr. Secretário?

Os açorianos que estão em lista de espera, que estão a sofrer, querem saber os 7 milhões de euros, em 4 anos, para onde é que foram, Sr. Secretário.

O que é que se fez a esse dinheiro, Sr. Secretário? 7 milhões de euros no combate às listas de espera!

Sabe o que é que aconteceu, Sr. Secretário?

De 1000 doentes no final de 2009 (números oficiais: 1.191) passou para 9.000, segundo as suas contas.

E os 7 milhões, Sr. Secretário?

Então investe-se 7 milhões e multiplica-se por 9 o número de doentes em lista de espera?

Alguma coisa não está certa!

Era preciso (eu já disse, mas o senhor não quer, ou não o deixam, o que é diferente) uma comissão, uma auditoria ao Serviço Regional de Saúde e aos hospitais, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(\*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria de reafirmar que os açorianos confiam e orgulham-se do seu Serviço Regional de Saúde. Isso é indiscutível!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, não é!

**O Orador:** Os números que são conhecidos, aqueles que resultam daquilo que é a atividade das Unidades de Saúde de Ilha, da atividade dos hospitais e da complementaridade entre unidades de saúde, demonstram bem essa realidade.

Ainda há pouco foi aqui apresentado pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral essa evidência que penso que não sofreu contestação.

Quero reafirmar também, em nome do Partido Socialista, que o Partido Socialista tem sempre uma grande e permanente atenção sobre a problemática da saúde. É uma área difícil, é uma área que toca a todos os açorianos e que exige de todos os profissionais de saúde e do Governo um grande sentido de responsabilidade, como também de todos os partidos da oposição.

Só dialogando e reconhecendo que há divergências agora, como já houve no passado e continua a haver, não implica que essas divergências não sejam discutidas, não sejam debatidas e não se encontre uma plataforma de acordo, que possamos sempre associar às medidas que o Governo está a implementar na melhoria contínua e progressiva do Serviço Regional de Saúde.

Eu queria, em seguida, saudar o Sr. Deputado Luís Maurício e o PSD. Dizer-lhe que fico contente por vê-lo assumir aqui, nesta bancada, aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já afirmou relativamente às listas de espera.

As listas de espera cirúrgicas na Região, por parte do Governo e desta bancada, são sem dúvida uma preocupação constante.

O Sr. Deputado Luís Maurício, tal como alguns de nós, conhece quais são as normas de funcionamento dos Blocos Operatórios, os tempos de utilização e como se faz a programação das grandes/médias cirurgias.

Por isso penso que é muito importante que percebamos o porquê da redução da produção normal das cirurgias nos hospitais da Região.

Já aqui, no anterior plenário, trouxe isso a debate.

Temos que perceber e conhecer porquê, com o mesmo número de cirurgiões, com o mesmo número de anestesistas, se bem que agora a realidade se tenha invertido por razões que são conhecidas, esse número de produção diminuiu nos tempos normais de cirurgia. Porquê?

Temos que avaliar para poder corrigir e então depois equacionar uma alternativa aos doentes que estão em lista de espera. Sob o ponto de vista de prognóstico, têm que ter obrigatoriamente a decisão de quem faz o diagnóstico, do Diretor de Serviço e dos seus respetivos assistentes. Aí as prioridades têm que ser definidas pelos respetivos serviços.

Saúdo o Sr. Deputado Luís Maurício que reconhece que de facto temos que envolver mais os serviços cirúrgicos, temos que envolver mais os Diretores de Serviço e os seus assistentes, de modo a que também possam eles assinalar quais são os doentes que têm prioridade para as cirurgias.

Gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Luís Maurício que aqui (penso) há um pouco de contrassenso. É que o Sr. Deputado vem dizer que se pode rentabilizar os Blocos Operatórios para além do tempo normal. É evidente que isso é o ideal.

Mas como é que vamos fazer a rentabilidade desses Blocos Operatórios se estamos a diminuir anestesistas, ou não temos anestesistas e temos cirurgiões? Ou se calhar não temos cirurgiões e temos anestesistas e temos enfermeiros/as instrumentistas?

Enfim... Há aqui um conjunto de circunstâncias e de situações que temos que ser muito objetivos na sua avaliação, temos que ser muito criteriosos nessa avaliação e então, sim, pôr o sistema a funcionar em tempo normal.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ainda?!

**O Orador:** Excepcional: é evidente que reconhecemos que é impossível recuperar as cirurgias em tempos normais. Toda a gente reconhece essa situação,...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... daí mesmo que já existe o SIGIC, que já foi implementado pelos Governos da República há muito tempo, para dar resposta às situações que, sob o ponto de vista cirúrgico, ultrapassam a capacidade de resposta em tempo normal dos hospitais.

Na Região isso foi implementado. O SIGIC foi aplicado na Região, acrescido de mais 10% daquilo que se praticava no Continente, precisamente para estimular os nossos cirurgiões, anestesistas e instrumentistas a trabalhar e produzir para além desse tempo.

Sr. Deputado Luís Maurício, eu percebo que a parte informática e a informatização vão dar resultados objetivos e concretos das listas de espera. Essa é uma das medidas. Mas há uma outra medida.

As medidas que o Governo tem vindo a anunciar ao longo do tempo, que aliás já foram anunciadas pelo Sr. Secretário, passam pelo recrutamento de mais anestesistas neste momento e a sua fixação;

- passam obrigatoriamente por implementar uma outra alternativa que é o Vale Saúde;

- passam também pela implementação desse sistema informático.

Tal como afirmou o Sr. Secretário, já se encontra neste momento em formação, junto do Ministério da Saúde, um funcionário da SAUDAÇOR que vai trabalhar naquilo que é o apoio informático do SIGIC.



Saudamos esta articulação, que sempre foi defendida pelos Governos do Partido Socialista, coerente e eficaz com o Serviço Nacional de Saúde.

Mas há uma coisa que queremos reconhecer aqui, é que, de facto, com todo esse esforço, quer deste Governo, quer dos Governos da República, temos que repensar. É que temos que garantir cada vez mais que a nossa capacidade instalada seja esgotada, para assim evitarmos ter que recorrer sistematicamente ao Serviço Nacional de Saúde,...

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... até porque há um conjunto de casos conhecidos de que o próprio Serviço Nacional de Saúde não dá resposta efetiva, eficaz e em tempo útil ao Serviço Regional de Saúde.

Os açorianos têm igualdade de tratamento, quer residam nos Açores, quer residam em Freixo de Espada à Cinta ou em Tavira. Têm que ser tratados de igual modo.

Se conseguirmos resolver a situação da maioria dos açorianos no Serviço Regional de Saúde, que tem melhores estruturas, tem recursos humanos mais diferenciados, tem mais tecnologia e mais técnicos, estamos a contribuir sempre para melhorar e dar confiança aos nossos açorianos e a transmitir-lhe uma mensagem de esperança.

Não podemos é estar a transmitir permanentemente que o Serviço Regional de Saúde é deficitário, que o Serviço Regional de Saúde não funciona, porque isto descredibiliza o Serviço Regional de Saúde e os profissionais que lá trabalham.

Não podemos fazer nenhuma intervenção que não seja envolver todos os profissionais de saúde incluindo também todos os cidadãos e os doentes em particular.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio dia.

*Eram 11 horas e 35 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 06 minutos.*

Estava inscrito o Sr. Deputado Cláudio Lopes para participar no debate.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Programa deste Governo e para a área da saúde pode ler-se o seguinte:

“As pessoas são a razão de ser do Serviço Regional de Saúde. Queremos uma saúde próxima das pessoas. A deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital é uma das vertentes positivas e importantes do Serviço Regional de Saúde.”

No caso da Ilha do Pico reveste-se de especial importância, já que esta apresenta o maior índice da Região com pessoas de idade superior a 65 anos.

Esta valência que funcionava relativamente bem até final de 2012, piorou muito em 2013.

De 2012 para 2013 deslocaram-se à Ilha do Pico uma média de especialistas, que reduziu 70% em relação ao de 2012 (70%!).

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diz respeito apenas a dois médicos especialistas!

**O Orador:** Há, inclusive, especialidades que ultrapassaram em muito este valor.

Por exemplo, na área da gastroenterologia houve uma redução de 80%; em obstetrícia 88%; em cirurgia e cirurgia ambulatoria 90%; em otorrinolaringologia 90% e em pneumologia pura e simplesmente desapareceu.

Em pediatria não foi renovado o contrato em setembro de 2013 a um dos mais credenciados pediatras do país que estava prestando um serviço de excelência ao Pico e poderia ser uma mais-valia técnica extremamente importante para a Região. Este especialista estava disponível para continuar no Pico e com vontade própria de lá prestar serviço. Pura e simplesmente este especialista não viu renovado o seu contrato de trabalho em setembro de 2013.

Sr. Secretário Regional, a avaliar-se pelo que se passou de 2012 para 2013, na deslocação de médicos especialistas à Ilha do Pico, não se pode augurar um futuro bom para os utentes desta ilha.

Por isso estamos muito seriamente preocupados.

Deste quadro comparativo de 2012/2013 podem fazer-se duas leituras: ou os doentes do Pico deixaram de ter a assistência médica condigna e que necessitam e foram assim abandonados e entregues à sua sorte; ou essa assistência foi prestada noutra ilha com mais encargos financeiros e acrescentando dificuldades pessoais muito penalizadoras aos utentes que padecem de doenças muito graves e em idades muito avançadas.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A própria Portaria nº 4/2014, de 29 de janeiro de 2014, que o senhor afirma que vem para moralizar a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital, oxalá não venha para “matar” uma das valências mais importantes do Serviço Regional de Saúde, que pode e deve ser oferecida aos açorianos que vivem nas ilhas sem hospital.

Receamos bastante que esta Portaria venha destruir insensivelmente um serviço tão importante que poderia fazer justiça ao desiderato programa deste Governo,

de que as pessoas são a razão de ser do Serviço Regional de Saúde e que queremos uma saúde mais próxima das pessoas.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não sei se por este caminho estamos em presença de uma enorme hipocrisia política, isto é, uma grande contradição entre o anunciado e o praticado.

A pergunta é, Sr. Secretário, que garantia pode dar hoje, aqui, aos picoenses, aos jorgenses, aos marienses, aos graciosenses, aos florentinos e aos corvinos de que podem contar, no futuro, com o Serviço Regional de Saúde e com a conveniente e necessária deslocação de especialistas a estas seis ilhas dos Açores sem hospital?

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando ser sucinto nas diversas questões que me foram colocadas, irei abordá-las de forma breve mas tentando cobrir todas as respostas.

Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente ao Hospital Privado da Lagoa, o Governo Regional ou pelo menos a Secretaria Regional da Saúde, por momento, não tem qualquer tipo de interação com essa iniciativa privada.

A iniciativa é feita no âmbito de uma expectativa, que nos foi manifestada pelo próprio proponente, de poder potencializar o turismo de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Parece-nos que é uma iniciativa válida e iremos apoiá-la nesse sentido, mas em nada prevemos que possa haver alguma interação, tirando alguma questão pontual que possa ser necessária em termos de exames complementares que possam ser disponibilizados nesse hospital, que pelo menos esteja definida à partida com essa unidade de saúde.

Se atingir os seus objetivos de incremento e promoção do turismo de saúde nos Açores, tanto melhor. Iremos todos beneficiar dela.

Relativamente à questão da formação em emergência médica, estranho a Sra. Deputada considerar que nunca tínhamos ouvido o Secretário Regional da Saúde sobre este assunto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sobre esse assunto já falou!

**O Orador:** Infelizmente é um dos assuntos que muitas vezes me acusam de falar em demasia.

Aquilo que lhe posso dizer é que o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, nesta nova interação com a Secretaria da Saúde, tem vindo a diferenciar-se e a certificar-se nestas áreas de formação. Nomeadamente o Suporte Avançado, está agora a fazer formação de novos formadores no Suporte Avançado Pediátrico e irá também fazer formação de formadores na área do trauma.

Tem sido o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores que tem feito formação dentro das unidades de saúde da Região.

Todos os médicos do Pico já fizeram o curso de Suporte Avançado de Vida e estamos a programar iniciativas ao longo deste ano para que todos os médicos das ilhas sem hospital possam usufruir dessas formações disponibilizadas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

A questão das áreas de referenciação, e respondendo à questão levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, naquilo que foi definido por nós como Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, na sua página 22, vem claramente definir aquilo que é a nossa política sobre esta matéria e diz que:

“Atualmente existem 3 hospitais na Região com serviços similares e diferenciações próprias, mas com áreas de referenciação pré-definidas.

Considerando que a mobilidade crescente dos açorianos permitiu criar laços que não respeitam a área de influência geográfica dos hospitais e que um dos objetivos da presente reestruturação é a humanização dos cuidados processados, decidiu-se abandonar as atuais restrições relativamente ao encaminhamento dos doentes para que o utente possa escolher livremente o hospital onde deseja ser tratado.”

É isto que está escrito e acho que dito desta forma fica clara qual é a nossa intenção sobre esta matéria.

A UCI do Faial não é para fechar, é para continuar a funcionar nos mesmos moldes como tem funcionado até agora, que é uma UCI com algumas características particulares, que todos nós sabemos, fruto de ter um único médico especialista em cuidados intensivos.

A única coisa que se tem proposto e que está a ser trabalhado pelo hospital é a possibilidade de passar a UCI, naquilo que é o plano de alteração e reestruturação do Serviço de Urgência do próprio hospital, para mais próximo do serviço de urgência, na intenção de ter uma maior utilização, uma maior dinamização e uma maior potencialização daquilo que são os recursos próprios do hospital, para que não fiquem os doentes numa ponta do hospital, longe do Serviço de Urgência, onde tem depois os recursos disponíveis mais acessíveis.

Para as ilhas populosas temos outras medidas ativas. Para além da fixação dos médicos especialistas de medicina geral e familiar estamos a trabalhar com os

médicos no sentido de aumentar o número de consultas abertas para que mais população possa ser contemplada.

Para além da natural (isso tem acontecido em número maior do que aquilo que nós esperávamos, felizmente) passagem das 35 horas para as 40 horas, isso permitiu mais 5 horas de atendimento dos médicos de medicina geral e familiar e temos promovido ativamente essa passagem, não só a nível dos médicos de medicina geral e familiar, mas também dos médicos hospitalares.

Além disto, também temos trabalhado com os médicos no sentido de aumentarem/alargarem, com um financiamento pré-definido, a sua lista de intervenção de utentes ou a possibilidade de poderem fazer consultas abertas naquilo que era o período definido para o atendimento urgente.

A Comissão de Saúde Mental tem reunido. Está a fazer um trabalho de fundo sobre a matéria. Conto apresentá-lo em breve, até ao final deste trimestre.

O trabalho que tem sido feito tem exatamente como objetivo redefinir aquilo que são as nossas parcerias com as instituições que temos até agora nesta área, perceber claramente que tipo de doentes é que temos internados, porque temos um rácio de camas muito superior àquilo que era o expetável para a Região e para a população da Região.

Já percebemos que alguns desses doentes não consubstanciam claramente cuidados de saúde mental, mas sim cuidados continuados dentro da área de saúde mental. Por isso queremos fazer essa diferenciação para que os doentes de internamente crónico de saúde mental possam ter cuidados para doentes crónicos de saúde mental; os doentes dos cuidados continuados terem um atendimento de cuidados continuados e não termos toda essa classificação misturada.

Como digo, é um trabalho que está a ser desenvolvido com as Comissões de Saúde Mental e que contamos apresentar em breve.

Sr. Deputado Aníbal Pires, em relação ao aumento da iniciativa privada, por acaso até considero, pelo menos das mensagens que temos recebido sobre esta matéria, que é exatamente o contrário.

Tirando as situações específicas da intenção de construção do Hospital Privado de São Lucas, na Lagoa, não conheço outras iniciativas em que se evidencie um aumento da iniciativa privada, mas sim uma diminuição, nomeadamente a nível dos laboratórios. Os laboratórios queixam-se que com uma melhor rentabilização dos recursos no Serviço Regional de Saúde, se está a tirar mercado, no fundo, à iniciativa privada.

Relativamente à possibilidade de virmos a fazer uma separação clara entre o público e o privado, estamos a trabalhar nesse sentido também. Este regime de convencionados vem definir exatamente isso, que quem é sócio e faz parte da direção técnica de uma iniciativa privada não pode acumular com aquilo que são as suas funções no público.

Algumas destas questões, como bem referiu, estão sujeitas mais àquilo que é a regulamentação nacional sobre esta matéria do que propriamente com a regulamentação regional. Mas estamos a fazer um esforço com o objetivo de separar pelo menos a pretensão de laboratórios, de direções técnicas de laboratórios ou, por exemplo, de medicina física e de reabilitação, não haver esta confusão, não haver sobreposição de interesses nesta matéria.

Os hospitais de referência, penso que está esclarecido.

Sr. Deputado Luís Maurício, infelizmente não trouxe cartas, mas também recebo muitas na Secretaria Regional da Saúde a louvar aquilo que tem sido o nosso esforço nesta matéria. Ou seja, da mesma forma que recebi as cartas que refere e as li com atenção, e considero-as naquilo que é a definição das nossas políticas, também tenho recebido cartas da população, que é um dos aspetos que acho que é importante ressaltar, a dizer que temos tomado medidas corajosas



no sentido de clarificar algumas das questões do Serviço Regional de Saúde e a incentivar-nos para continuar nessa senda.

Valorizo ambas, agora permita-me que valorize mais, porque parece-me muito mais importante, aquilo que é o sentimento da população relativamente a esta questão.

Não deixo, no entanto, de ter preocupação com os profissionais de saúde e de manifestá-la aos próprios profissionais de saúde. Tenho-o feito.

Sabe que publicamente já respondi pelo menos a uma das questões que me foi levantada numa dessas cartas, dizendo que obviamente queremos criar boas condições de trabalho, mas os profissionais de saúde também têm que colaborar connosco ativamente na melhoria do Serviço Regional de Saúde.

A questão dos tempos cirúrgicos serem diferentes dos tempos do Continente, é uma visão...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Real!

**O Orador:** ... que poderá ter o tipo de solução que está sendo encontrada a nível nacional. Nomeadamente pedir a doentes de Bragança que venham ser operados a Faro, proporciona uma resolução rápida do problema, porque os doentes pura e simplesmente não vêm de Bragança a Faro fazer a cirurgia.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E não é isso que interessa? É a pessoa ser operada!

**O Orador:** O problema é que não vêm. As notícias que saíram recentemente a público sobre esta matéria, é que os doentes não usam as alternativas. Ou seja, resolve-se os problemas das listas de espera pura e simplesmente pedindo a um doente que acesse o país inteiro para ser operado.

Mas não é essa a nossa política. Estamos a tentar poder fazê-lo com os recursos internos.

Obviamente, Sr. Deputado Luís Maurício, eu não quero o Programa de Redução de Listas de Espera só para ficar contente, sentado no meu gabinete, a ver os

números que esse programa indica. Ou seja, é completamente descabido da minha parte estar aqui a dizer que quero o Programa de Redução de Listas de Espera para controlar os números cirúrgicos. Não é esse o objetivo.

O objetivo – mais uma vez agradeço a vossa confirmação de que é o caminho certo para esta matéria – é poder utilizar o programa exatamente para fazer um controlo das listas de espera cirúrgicas de forma integrada, dentro dos hospitais da Região, com prioridades cirúrgicas (isso é um dos aspetos positivos do programa que se está agora a definir), saber exatamente se é um doente prioritário ou não, se pode ou não ser operado nos outros hospitais da Região e se tem tempos de cirurgia minimamente aceitáveis sobre esse aspeto e que devem ser resolvidos.

Não queremos o registo pelo registo. Queremos o registo, sim, para que ele possa ter uma implicação prática.

Só para terminar, eu não sei onde é a sede da SPMS. Nunca lá estive.

Conheço o Prof. Henrique Martins, porque foi meu professor na faculdade. Depois desse encontro nunca mais tive qualquer encontro com ele, por isso não percebi a sua crítica relativamente à minha presença na sede da SPMS, porque posso dizer-lhe que nunca lá estive.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** É uma colaboração efetiva àqueles que não prestam!

**O Orador:** Sr. Deputado Artur Lima, nós não estamos a querer esconder os números das listas de espera cirúrgicas.

Os números que foram adiantados e foram levantados, se quiserem, posso tentar atualizá-los, segundo os dados que agora recebi, ao mês de dezembro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Com percentagens!

**O Orador:** Segundo aquilo que é o critério que está a ser utilizado pela Direção Regional da Saúde, não há aqui qualquer tentativa de esconder os números,

porque os critérios utilizados pela Direção Regional da Saúde são cirurgias em tempo de espera superior a 18 meses.

Os números que avancei, segundo o Sr. Deputado Luís Maurício, num programa televisivo, são os tempos de espera a partir do momento em que o doente é colocado em lista de espera.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Quem espera, espera!

**Presidente:** Sr. Secretário, está a terminar o seu tempo. Agradeço que abrevie.

**O Orador:** Por isso há esta diferença.

Eu confirmo que existem, em dezembro, 3.453 doentes, segundo aquilo que são os critérios da DRS e confirmo também que existem 9.286, segundo aquilo que são os critérios de quem entrou hoje para a lista de espera, já está a ser contabilizado nesta lista de espera. É esta a diferença de proporção.

Também lhe posso dizer que o Hospital de Ponta Delgada, por exemplo, tem 7.143 doentes em espera e a sua produção anual são 7.121. Ou seja, nós, com uma boa gestão daquilo que é a produção anual do hospital, deveríamos ter um turnover desses doentes com uma lista de espera inferior aos 12 meses, o que não se verifica, por isso esse é um dos aspetos que queremos trabalhar de forma mais direta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já agora qual é a média nacional?

**O Orador:** As bolsas de formação (tendo em conta que o meu tempo está a acabar) versus, fixação:

Não podemos continuar a ter, como tivemos já este ano, médicos formados com bolsas na Região Autónoma dos Açores que não têm lugar já nos internatos da Região Autónoma dos Açores.

Temos cerca de 200 médicos a fazer formação, na Região, ao abrigo das bolsas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há excesso?

**O Orador:** Há pessoas nesta instituição que sabem exatamente que há médicos que receberam uma bolsa dos Açores, os açorianos pagaram uma bolsa para

fazerem o curso de medicina, e neste momento estão a fazer a sua formação e o seu internato no Continente, porque já não havia vaga na Região.

Continuarmos a pagar essas situações é que não. É mais lógico pagar depois do médico estar formado, para vir para a Região.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradeço que termine.

**O Orador:** Vou terminar.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, a minha dúvida é de onde é que vinha esses especialistas.

Nenhum dos especialistas que refere eram especialistas que vinham da ilha em frente, do hospital de referência, para a Ilha do Pico. Anteriormente, o hospital de referência para a Ilha do Pico, era o da Ilha do Faial.

Estamos a trabalhar com o Hospital da Horta no sentido de ser o Hospital da Horta, por uma questão de proximidade e por serem os doentes que normalmente atendem, a fazer o atendimento desses utentes.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Julgo que será meramente retórico, presumo, porque o Sr. Secretário já não tem tempo, mas far-lhe-ei depois, através de requerimento ou de outra figura qualquer.

O que o Sr. Secretário acabou de dizer agora aqui é que há excesso de internistas nos Açores, por exemplo, que há excesso de pneumologistas nos Açores,...

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Pneumologistas sim!

**O Orador:** ... há excesso de anestesistas nos Açores.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Não, não!

**O Orador:** Sr. Secretário, havia quem queria ir para anestesia e para outras especialidades, que contactou a secretaria, e não lhes foi aberto vaga em nenhum dos hospitais.

**Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Mas não temos capacidade!

**O Orador:** Sr. Secretário, vamos entender-nos:

Há excesso de médicos nos Açores?

Não me pode responder, mas a bancada do Partido Socialista há de responder.

**Deputado Berto Messias (PS):** Com muito gosto!

**O Orador:** Estamos a falar de duas coisas: uma coisa é a bolsa para formação para a conclusão do curso de medicina; outra coisa é a bolsa de especialidade. São duas coisas diferentes.

A que garante a efetiva sustentabilidade a longo prazo de especialistas à Região Autónoma dos Açores é a bolsa para especialidades, não é contratar mercenários para virem para os Açores.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não são!

**O Orador:** São sim senhor. É o que os senhores criticavam no passado e eu vou buscar-lhe declarações.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem havido aqui ao longo do tempo uma tentativa de branqueamento relativamente à proposta apresentada do PSD para recuperação de doentes em espera cirúrgica.

Convém deixar muito clara esta matéria, mais uma vez e muito bem explicada.

Sr. Deputado Domingos Cunha, estamos preocupados desde há muito tempo com a questão das esperas cirúrgicas. Concordamos que, por princípio básico,

temos que ter em atenção a rentabilização daquilo que é a capacidade instalada. Estamos de acordo em relação a isso.

Agora não há qualquer tipo de comparação entre aquilo que é a nossa proposta e aquilo que é um caminho iniciado pelo Governo.

O que o Governo iniciou foi a negociação com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde para o estabelecimento, na Região, de uma plataforma informática que integrasse todos os doentes em espera cirúrgica.

O nosso princípio é o mesmo, mas, repito, não queremos o registo pelo registo, para que haja maior transparência e aceitando no que à espera cirúrgica diz respeito. Nós queremos mais do que isso.

Mais do que isso foi aquilo que os senhores nunca quiseram assumir e nunca quiseram falar.

Nós falámos claramente de que assumimos como princípios básicos a rentabilização das estruturas existentes nas unidades hospitalares. Daí que, aceitando a proposta do CDS-PP da criação do Vale Saúde como uma proposta positiva no sentido da resolução do problema, ela tem em conta acordos com entidades convencionadas fora das estruturas hospitalares da Região.

A nossa não. Utiliza as estruturas hospitalares da Região para, em tempo fora do horário normal de trabalho e de forma contínua (não é por períodos delimitados no tempo), responder aos cidadãos integrados naquele registo, a quem lhes foi conferido um grau de prioridade pelo cirurgião que lá os colocou, mas que em tempo normal de produção cirúrgica não sejam operados.

Portanto, a nossa proposta não tem nada a ver com o início de um caminho, que não sabemos qual é, apresentado pelo Governo.

Sr. Deputado Domingos Cunha permita-me, com todo o respeito e consideração que por si tenho, que diga que não há nenhuma contradição na proposta do PSD relativamente à utilização dos Blocos Operatórios e dos médicos anestesistas

insuficientes em tempo normal de trabalho, porque eles estão disponíveis, financiando o Governo Regional os hospitais onde eles trabalham.

Um valor percentual resultante do custo da realização dessa cirurgia fora do tempo normal de trabalho, uma percentagem significativa desses valores, como acontece a nível nacional, 65%, constitui receita do próprio hospital onde o doente é operado.

Apenas uma fração, 35 a 40%, é destinada à equipa de produção cirúrgica adicional instalada em cada um dos serviços.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Onde o doente é operado! Aí é que está a diferença!

**O Orador:** Não estamos a falar da mesma coisa. Peço desculpa.

Não tentem branquear aquilo que é a proposta do PSD.

O vosso registo é o início de um caminho com o qual concordamos e considerando como ponto de partida para atingir outros resultados que os senhores nunca assumiram publicamente. Esses resultados são (repito):

1º - determinação de uma prioridade cirúrgica para cada doente no ato da colocação pelo cirurgião, desse doente, em espera cirúrgica;

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Isso é o que já dissemos!

**O Orador:** 2º - dada a incapacidade de em tempo normal de produção cirúrgica esses doentes serem operados, serem criados programas de produção cirúrgica adicional, fora do tempo normal de serviço, dos Blocos Operatórios dos nossos hospitais.

Isso os senhores nunca disseram, nunca o quiseram assumir.

Sr. Deputado Domingos Cunha (peço imensa desculpa), as suas afirmações públicas, de que a proposta do PSD era uma cópia da proposta apresentada pelo PS, não correspondem à verdade.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para reforçar o que acabei de dizer vou citá-lo, Sr. Deputado Domingos Cunha (essa sim!) numa contradição que o senhor também assumiu quando afirmava no dia 24 de janeiro:

«Considerando que a Região “tem um número de médicos anestesistas aceitável”, Domingos Cunha realçou que é necessário “incentivar a vinda e a fixação destes especialistas de outros hospitais, que queiram vir para a Região trabalhar no âmbito do Serviço Regional de Saúde”, revelando que mesmo a nível nacional “há uma carência considerável de médicos na área da anesthesiologia”.»

Sr. Deputado, então onde é que os vamos buscar?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** À Colômbia!

**O Orador:** Vamos ficar eternamente à espera que eles cheguem à Região?

Há quantos meses anda o Sr. Secretário e as administrações dos hospitais à procura de anestesistas? Não encontraram nenhum!

O que o senhor está aqui a dizer é isto: dou razão à proposta do PSD, porque em tempo normal de produção cirúrgica os recursos humanos não chegam para dar resposta aos açorianos que se encontram em espera cirúrgica e temos que utilizar estes mesmos recursos humanos, a mesma capacidade instalada em termos de estruturas físicas nos três hospitais da Região para, fora do tempo normal de trabalho, operar aqueles que esperam há 3, 4 e mais anos nas listas de espera cirúrgicas da Região

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*



**O Orador:** É isso que nos separa, é essa a nossa proposta e que não constitui de forma alguma cópia da proposta do PS, porque o PS nunca apresentou uma proposta com este teor.

Muito obrigado

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Nem mais!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por referir que esta interpelação do CDS-PP foi uma iniciativa que abordou questões importantes, questões que nos preocupam a todos, como é óbvio, mas a interpelação foi transformada numa tentativa de atropelamento ao Governo, através de uma leitura desfocada, parcial e tendenciosa do Sr. Deputado Artur Lima.

Mas o que nos vale é que os açorianos já o vão conhecendo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E a si também!

**O Orador:** A mim também, mas menos. Se calhar a si mais.

Lembram-se daquilo que o senhor dizia recentemente a propósito da reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que vai encerrar valências, vai despedir profissionais, vai reduzir o potencial de mão-de-obra qualificada...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E vai!

**O Orador:** ... põe em causa postos de trabalho atualmente que estão no quadro, etc., etc...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E é verdade!

**O Orador:** Sr. Deputado, este seu alarmismo infundado já é conhecido. O senhor oscila muito entre a institucionalização do medo e a socialização da inveja, mas isso já é conhecido.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Infelizmente, esses seus contributos não trazem uma reflexão lúcida e realista, aliás, em linha com o conhecimento técnico que reconhecemos que o senhor tem.

Uma vez que este debate é acompanhado por muitas pessoas que estão em casa e por jornalistas, foram abordadas aqui questões que têm que obviamente ser esclarecidas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E as listas de espera?

**O Orador:** Lá chegarei, Sr. Deputado.

O senhor começa por fazer aqui uma manipulação dos números sobre questões relacionadas com uma patologia que o senhor referiu, nomeadamente em relação à tuberculose.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o esbanjamento?

**O Orador:** O Sr. Deputado sabe perfeitamente, não vale a pena esse exercício. Sr. Deputado, estamos a falar aqui, como o meu colega lhe disse em aparte, de questões relacionadas com pequenos números.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há mais! Quer a diabetes?

**O Orador:** Essas oscilações, um pequeno surto, tem grande influência nos indicadores, como o senhor sabe muito bem.

Portanto, não vale a pena vir aqui referir que a tuberculose é um problema, uma doença gravíssima nos Açores. Isso não acontece, isso não é real.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É real!

**O Orador:** Portanto, não vale a pena.

Outra questão que o senhor aqui refere e que é espantoso, é a questão da fixação dos especialistas, Sr. Deputado. O senhor fala em mercenários.

O senhor não atende às novas circunstâncias que temos neste momento na Região. Temos, em média, 20 bolseiros fora os “internistas”. Sr. Deputado, a realidade mudou.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** “Internistas”? O que são “internistas”?

**O Orador:** Que estão no internato geral, peço desculpa.

Sr. Deputado, não vale a pena esse subterfúgio.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sim, sim. Essa questão é muito importante, Sr. Deputado!

**O Orador:** O que temos que atender é à nova realidade, àquilo que são as novas condições e o novo universo de recrutamento de profissionais de saúde. É isso que altera.

Portanto, esta reforma que o Governo aqui faz é justa, faz sentido Sr. Deputado, e o senhor não tem razão nestas acusações que faz.

O mesmo tem a ver com a deslocação de especialistas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fale de listas de espera, de deslocação de especialistas...

**O Orador:** Sr. Deputado, em relação à deslocação de especialistas o senhor faz também um conjunto de referências.

Eu não percebo como é que o senhor não está de acordo com essa reforma que o Governo fez, uma reforma que traz mais ganhos para o utente, mais racionalidade para o sistema e ainda introduz poupanças.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Contradiga os meus números!

**O Orador:** Sr. Deputado, o senhor parece que não defende o interesse geral dos açorianos. Quais são os seus interesses? O que é que o preocupa? O que é que o senhor, no fundo, reflete com esse tipo de preocupação que não faz qualquer sentido?

O senhor ainda tem a coragem de dizer que o Governo faz reformas perigosas...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Faz, faz! Tenho a coragem!

**O Orador:** ... nas costas dos açorianos?

Sr. Deputado, nós executámos aqui uma reforma, até votámos a favor de uma extensão do período de debate público que o senhor propôs.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Obtivemos mais de 70 contributos em termos formais, envolvemos todos os conselhos, todos os interessados,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... todos os agentes do setor.

Nas costas dos açorianos, Sr. Deputado?!

Os senhores é que não quiseram assumir as vossas responsabilidades.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Na altura de se comprometerem com propostas, os senhores fogem a sete pés. Essa é que é a verdade, Sr. Deputado.

Essa afirmação é profundamente injusta, não tem qualquer cabimento.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor está a mentir!

**O Orador:** Também não tem cabimento, Sr. Deputado, essa sua tentativa recorrente de trazer ao debate aquilo que foi esclarecido numa Comissão de Inquérito proposta por si.

Aquilo que o senhor refere em relação a negociata.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Negociatas!

**O Orador:** Quais negociatas, Sr. Deputado?!

A única negociata que eu tenho conhecimento é a notícia pública de um Secretário de Estado do seu Governo da República...

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... que esteve dois anos a fazer *lobby* para abrir um hospital privado.

**Deputados Berto Messias e Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É a única negociata que eu conheço no setor da saúde.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Aquilo que o senhor chama negociatas são aspetos que o senhor quis sustentar e que caíram por terra com base no trabalho da Comissão de Inquérito.

O senhor fala da informatização, de 6 milhões atirados à rua. É mentira.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** É mentira e insiste na mentira.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade!

**O Orador:** É mentira, Sr. Deputado.

1,264 milhões de euros em hardware; 2,1 milhões em data center; aquilo que foi gasto em consultadorias.

E as multas aplicadas de 790 mil euros?

Sr. Deputado, o senhor esteve presente.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nós fizemos esses debates. Por que é que o senhor insiste nisso?

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quantas já pagaram?

**O Orador:** Por que é que o senhor insiste nessa demagogia, Sr. Deputado?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Chama-se a isso corrupção!

**O Orador:** Fica-lhe mal.

Por último, Sr. Deputado, uma referência ainda à questão das listas de espera.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já lá vamos, o senhor quis ir por aí!

**O Orador:** De facto, relativamente à questão das listas de espera, reconhecemos que é uma situação que existe. Nós conhecemos os factos.

Os Deputados do PS têm plena consciência dos transtornos e em alguns casos do sofrimento que isto representa para as pessoas afetadas. É óbvio. Todos nós temos essa noção.

Agora, é preciso que se diga e que se deixe muito claro, quando se fala em listas de espera cirúrgicas, que apesar deste ser um problema real e que nos preocupa muito, o sistema tem capacidade de resposta para os casos emergentes, ou seja, para as urgências.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Era só o que faltava que não tivesse! Isso é uma situação monstruosa!

**O Orador:** Não, não! Não era só o que faltava!

Isso tem que ser reafirmado porque, por vezes, isso gera uma confusão, uma preocupação e um falso alarmismo nas pessoas. Ou seja, nos casos urgentes que chegam às unidades de saúde, nomeadamente aos hospitais, o sistema tem capacidade de processamento e com isso salvamos milhares de vidas por ano. É preciso reafirmar isso.

Em segundo lugar, é preciso também deixar claro que grande parte destas listas de espera são pequenas cirurgias. Portanto, estamos aqui a falar de casos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quantas são? Quais são?

**O Orador:** Não tenho o número preciso.

O Sr. Deputado sabe que grande parte são pequenas cirurgias...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não sei! Demagogia!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sr. Deputado, mas o que é isso?

**O Orador:** ... aliás, citando qualquer um dos dois deputados dos partidos da oposição que já participaram neste debate.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quantas são? Quais são? Isso é demagogia pura!

**O Orador:** Também é necessário que se diga que estas listas de espera existem não porque não tenha havido essa preocupação há muito tempo.

O Partido Socialista tem essa preocupação há muito tempo.

Também não é por falta de medidas tomadas no passado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Onde é que estão os 7 milhões?

**O Orador:** Não é por falta de cirurgiões, não é por falta de Blocos de Operatórios, não é por falta de enfermeiros, não é por falta de material, não é por falta de recursos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é mentira!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** O seu colega disse que havia!

**O Orador:** É por falta de médicos anestesistas, como o senhor muito bem sabe. Isso é verdade, Sr. Deputado.

Aliás, dos dados que o Sr. Deputado Luís Maurício apresentou, só faltou o senhor dizer, e esqueceu-se, certamente por lapso, que no Hospital de Ponta Delgada, os dados que refere, decorrem da diminuição do número de anestesistas.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** É a vossa proposta!

**O Orador:** Portanto, isso está a ter um impacto ao nível da capacidade de resposta.

**Deputado Berto Messias (PS):** Foi um lapso!

**O Orador:** É bom que se diga que há essa preocupação, uma preocupação de aumento da produtividade dos hospitais, de contratação de mais médicos.

Continuamos a insistir que essa é a solução. Isso vai permitir a melhoria da resposta para este problema.

Também a questão relacionada com o Vale Saúde é uma medida que, sobretudo em pequenas cirurgias, também tem efeito.

Também o sistema de gestão centralizada.

Sr. Deputado Luís Maurício, muito preocupado em não branquear e em demarcar a proposta do PSD.

Sr. Deputado, para que é que julga que nós queremos fazer esse registo e essa centralização desses dados?

É óbvio que é para melhorar a produtividade e com esses dados e sistematização através das diversas especialidades, poder haver melhor capacidade de resposta...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Como? Diga! Nunca disseram!

**O Orador:** ... de várias formas, incluindo aquelas que já referimos, até mesmo no debate do Plano e Orçamento foram referidas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o que é essencial aqui é saudarmos o sentido reformista do Governo.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Então explique! Como vai melhorar?

**O Orador:** É fundamental mantermos essa capacidade, perante aquilo que é o grande desafio de sustentar e de gerir os sistemas públicos de saúde, o Governo Regional estar inconformado e, sobretudo, ter uma visão reformista que visa melhorar o setor da saúde nos Açores.

Aqui também refiro aquilo que é a proposta do novo Plano Regional de Saúde na aposta que faz na prevenção, entre muitas outras questões inovadoras que foram aqui contornadas, mas que são da maior importância.

É esse caminho reformista que temos que continuar a percorrer, um caminho que, infelizmente, não passa pelo apoio daqueles que à nossa esquerda são imobilistas, conservadores e que não querem mudar absolutamente nada,...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... mas também não pode passar por compromissos com aqueles que à nossa direita têm soluções apenas liberalizantes e que destroem a natureza universal, geral, tendencialmente gratuita e tendente para excelência de um bom Serviço Regional de Saúde, como aqui já várias vezes reafirmámos.



É essa certeza que os açorianos precisam de sentir. Um governo reformista e dialogante e uma maioria responsável, sempre preocupada em defender o interesse geral dos açorianos e nenhum outro.

É este o nosso compromisso e assim continuaremos no futuro.

**Deputados Berto Messias e Francisco César (PS):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que não vou sequer perder tempo em responder ao Sr. Deputado José San-Bento, porque ele não contradisse nada do que eu disse. Disse uma série de generalidades.

Agora há uma coisa que lhe vou responder, Sr. Deputado...

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas então vai responder ou não vai?

**O Orador:** ... que é a negociata da radioterapia, que o seu Governo anda há anos a tentar implementar, ora para a frente, ora trás, ora com este, ora com PIR, ora sem PIR, ora com Parceria Público Privada, negando um investimento feito no Hospital da Ilha Terceira, que os senhores puseram ao lixo.

O que os senhores fizeram e estão fazendo é uma negociata, para beneficiar empresas...

**Deputado Berto Messias (PS):** Isto é uma coisa!... Sra. Presidente...

**O Orador:** ... privadas. Isso não é um Secretário de Estado, é o seu Governo que o está a fazer e fez, Sr. Deputado José San-Bento, e isso prova-se.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor tem que provar isso! Sra. Presidente!...

**O Orador:** Não sou só eu que o digo, são várias pessoas que o dizem. Cria empresa num dia, fecha no outro; altera o objeto, primeiro era radioterapia e prestação de serviços, agora é só conceção e construção, Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, isto não é aceitável!

**O Orador:** Em que é que ficamos?

É o dinheiro das taxas moderadoras que era para pagar tratamentos, agora já não paga tratamentos, Sr. Deputado José San-Bento. Quem anda a patrocinar negócios privados, quem anda a patrocinar empresas privadas, quem anda a beneficiar em empresas, Sr. Deputado José San-Bento?

Já agora, qual é a dívida que a Região tem à empresa Quadrantes, que eu disse na Comissão de Inquérito – está escrito e o senhor lá estava – quem é que ia ganhar o concurso.

Escrevi, assumi, está lá escrito. Disse que era a Quadrantes que ia ganhar esse concurso, porque os senhores ainda lhe devem dinheiro de tratamento de radioterapia. Quanto é que devem?

Já agora, quem anda a patrocinar o Hospital Privado da Lagoa, Sr. Deputado José San-Bento? É o CDS?

**Presidente:** O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, gostava apenas de lhe dizer...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Pede a palavra para?

**O Orador:** ... que o Governo não se revê...

**Presidente:** Sr. Presidente do Governo perguntei-lhe: está a pedir a palavra para?

**O Orador:** Para um protesto.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Presidente. Tem 3 minutos.

**O Orador:** O Governo não se revê nas suas palavras, nem se revê na caracterização daquilo que é a ação deste Governo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Como aquilo que o senhor diz é um caso de polícia, o que gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima – pedir-lhe! – é se acha que há alguma negociata em qualquer uma destas matérias, o senhor tem à sua disposição os serviços do Ministério Público...

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... para apresentar uma queixa e este Governo tem todo o gosto em esclarecer aquilo que houver para esclarecer, se é que há alguma coisa para esclarecer.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** O que não pode é passar neste debate e nesta câmara este tipo de acusação,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Passa, passa!

**O Orador:** ... que não é fundamentada até a este momento, levantando a suspeita sobre a honra e a idoneidade deste Governo.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Se o senhor acha que há alguma negociata, o senhor tem o Ministério Público à sua disposição para apresentar queixa.

**Deputado André Bradford (PS):**Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Tal como o Sr. Deputado José San-Bento!

**O Orador:** Se realmente tem a coragem que aparenta ter, é isso que o senhor deve fazer, é apresentar uma queixa-crime por uma negociata e o Governo cá está para explicar aquilo que deve explicar.

É devido um protesto pela forma, quero eu considerar inconsciente, que não é consciente, de levantar dúvidas, de suscitar suspeitas, sobre a idoneidade e a honra deste Governo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Se há alguma questão que o Sr. Deputado acha que é uma negociata apresente uma queixa-crime contra este Governo. Mais, apresente uma queixa-crime contra o Presidente do Governo que é quem o representa.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima, pergunto se vai usar da palavra para um contraprotesto. Tem 2 minutos.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Naturalmente devia ter dado esse conselho que me deu a mim ao Sr. Deputado José San-Bento: apresente queixa-crime no Ministério Público contra o Secretário de Estado...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é uma notícia pública! Está no Jornal Público!

**O Orador:**... que ele afirmou que andou a favorecer um hospital privado.

Sr. Deputado José San-Bento, que apresente queixa-crime.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não venha que não tem! Isso está no Jornal Público!

**O Orador:** É como há notícias nos jornais sobre a radioterapia.

Sr. Presidente do Governo, a sua tentativa de vir judiciar a política, comigo não pega.

**Deputado Francisco César (PS):** É que as negociatas são crime!

**O Orador:** Eu estou aqui, continuarei a estar aqui, olhos nos olhos, a denunciar aquilo que eu acho que não são processos de lisura absoluta, que são negociatas, Sr. Presidente.

Eu escolhi o termo, porque convirá que quando se apresenta um projeto que custa 34 milhões de euros, e depois, a seguir, esse projeto leva chumbo do Tribunal de Contas, e quando temos à nossa disposição uma infraestrutura feita, construída, pronta para instalar um serviço, e se teima, com falsos argumentos, a ir para outro sítio, isso é, no mínimo, suspeito, Sr. Presidente, e eu tenho toda a legitimidade, como qualquer deputado desta casa, de suspeitar disso.

**Deputado Berto Messias (PS):** Tem que provar as acusações que faz!

**O Orador:** Depois, quando esse projeto é transformado num PIR, e de 34 passa para 7, também leva-me a suspeitar porquê, Sr. Presidente do Governo.

Quando ao fim e ao cabo se percebe que nesse processo todas as empresas foram criadas e extintas, criadas e extintas, criadas e extintas...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar.

**O Orador:** ... e de repente, Sr. Presidente do Governo, do capital social de uma empresa de 5 mil euros se passa para um projeto de 7 milhões?!...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem de terminar.

**O Orador:** Tudo isso são dúvidas que eu, legitimamente...

**Presidente:** Nós não estamos a fazer um debate, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... tenho que ter, que legitimamente questiono, legitimamente questionarei...

**Presidente:** Sr. Deputado...

**O Orador:** Sra. Presidente, eu vou terminar.

**Presidente:** Sr. Deputado, não é debate. Dei-lhe a palavra para um contraprotesto. O Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

**O Orador:** Eu estou a defender-me das acusações do protesto...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** O quê?

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, isto é um contraprotesto!

**O Orador:** ... que o Sr. Presidente fez.

**Presidente:** Já o fez, mas tem que terminar.

**O Orador:** Estou a defender-me disso. O Sr. Presidente do Governo fez um protesto e eu estou no meu contraprotesto.

**Presidente:** Sim, mas tem 2 minutos para o fazer, Sr. Deputado, e já ultrapassou largamente esse tempo.

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Estarei atento ao cumprimento dos tempos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente do Governo tinha pedido a palavra para?

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Para uma intervenção.

**Presidente:** A bancada do Governo já não tem tempo para participar neste debate, Sr. Presidente.

A Mesa ainda tem uma inscrição.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Prescindo, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última palavra relativamente àquilo que foi a nossa proposta concreta quanto à resolução do problema dos doentes em espera cirúrgica. Não fomos imobilistas nem nos consideramos na expressão utilizada pelo Sr. Deputado José San-Bento, nem nos englobamos à sua esquerda no conceito de imobilistas.

Apresentámos uma proposta concreta que, repito, foi por diversas vezes subtraída por declarações públicas de Deputados do Partido Socialista e que eu tentei aqui negar.

É evidente, Sr. Deputado José San-Bento, que a nossa proposta surge porque há diminuição de médicos anesthesiologistas, mas, repito, vamos ficar à espera que eles cheguem? Quando?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas é que em 2010 não havia!

**O Orador:** Onde é que os senhores estiveram – o Partido Socialista – nos últimos 17 anos de governação nos Açores?

Que planeamento de recursos humanos é que os senhores implementaram de modo a que chegados a este momento não tivéssemos resposta para dar aos açorianos que se encontram em espera cirúrgica?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Que planeamento de recursos humanos, nos últimos 17 anos, é que os senhores levaram a efeito?

Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(\*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Sr. Deputado Luís Maurício, gostaria de lhe pôr uma questão muito concreta, já que apresenta aqui a proposta do PSD para a resolução deste problema.

O senhor defende ou não que a produtividade normal dos hospitais caiu 30% nas cirurgias, e que em 30% vamos fazer listas e programas de exceção para recuperar estas cirurgias fora do tempo normal? O senhor continua ou não a

defender esta questão? Gostaria que respondesse sim ou não, para mim é suficiente.

Naquele programa que o senhor está aqui a propor, está a manter uma situação que é a redução das cirurgias em tempo normal de trabalho nos 3 hospitais da Região, que nós não podemos admitir sem avaliar a situação.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Vamos avaliar esta situação e vamos perceber porquê, porque se vamos manter esta redução e vamos criar um programa de exceção injetando, porque é disto que se fala, de atribuir financiamento para, fora do tempo normal de serviço, aumentar a produtividade, eu gostaria só de lembrar ao Sr. Deputado Luís Maurício, com todo o respeito que tenho por todos os cirurgiões na Região, e não só, o seguinte:

Há um estudo, como o Sr. Deputado deve conhecer, da Sociedade Portuguesa de Gestão de Saúde, que foi publicado agora em outubro de 2013, que diz o seguinte: a avaliação do SIGIC a nível nacional diz que todos os cirurgiões que entram nestes programas do SIGIC têm tempos de operação inferiores aos tempos normais, quando estão no seu trabalho no horário normal, de 43 minutos nas cirurgias.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Isto é preciso corrigir e é preciso saber. O Sr. Deputado também sabe que há regras para o funcionamento dos Blocos Operatórios, sabe qual é o tempo médio da utilização dos Blocos Operatórios,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É uma coisa que eu digo há anos!

**O Orador:** ... quais são as horas que se deve operar, qual é o tempo de cada cirurgia, sobretudo as médias e grandes cirurgias. Sabemos isso tudo.

Vamos saber por que é que então temos na Região este crécimo considerável, que não pode acontecer.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!



**O Orador:** Se temos os recursos, então porquê no tempo normal?

Então vamos fazer um programa de exceção, vamos dar mais dinheiro. Vamos trabalhar em exceção e não trabalhar no tempo normal.

O Sr. Deputado concorda, ou não concorda com esta posição?

Obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem pouco mais de um minuto para a sua intervenção.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, nós não estamos em contradição.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Estamos, estamos!

**O Orador:** Não estamos em contradição.

O que sempre dissemos é que devemos respeitar o princípio da capacidade instalada e o esgotamento da capacidade instalada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obviamente!

**O Orador:** Neste momento, pela carta que aqui está do Diretor do Bloco Operatório do Hospital de Ponta Delgada, essa capacidade instalada, em termos do horário normal de trabalho, está esgotada.

Evidentemente se há hospitais da Região onde é possível produzir mais em tempo normal de trabalho, eu acabei por afirmar isso desde o início, o nosso princípio é o respeito pelo esgotamento da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e em termos de estruturas físicas dos nossos hospitais.

**Deputado André Bradford (PS):** Não foi bem isso que o senhor disse antes!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Como é que isso se faz?

**O Orador:** Agora, neste momento, a não ser que o senhor queira desmentir o que aqui está,...

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Nem conheço essa carta!

**O Orador:**... não há capacidade para em tempo normal de trabalho, nomeadamente no maior hospital da Região que tem 7 mil doentes em espera e que a manter-se a situação terá mais 1.000, como os próprios profissionais aqui o dizem em 2014, produzir mais do que o que produz.

A nossa preocupação, tal como aceito que seja a vossa naturalmente, é responder aos açorianos que estão em espera cirúrgica, e com essas condições não é possível, em tempo normal de trabalho, nomeadamente no maior hospital da Região, produzir mais.

Daí que a nossa proposta é uma proposta alternativa.

**Deputado André Bradford (PS):** É um embrulho!

**O Orador:** Não há nenhum embrulho, Sr. Deputado André Bradford.

**Deputado André Bradford (PS):** É um grande embrulho!

**O Orador:** Acalme-se. Se quiser vir ao debate inscreva-se.

O que lhe estou a dizer e a reafirmar é que em tempo normal de trabalho não é possível, nestas circunstâncias.

Daí que defendamos que os hospitais devam ser financiados para produzirem de forma adicional, retendo mais de dois terços do valor do custo da cirurgia realizada, e atribuindo às equipas de produção cirúrgica adicional o restante terço para operarem esses doentes.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** É assim que se tem feito a nível nacional, com o sucesso que se conhece aqui, três anos à espera, lá fora três meses à espera.

Parece-me que a diferença é evidente.

**Deputados Luís Rendeiro e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(\*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Luís Maurício, tem ou não tem o Hospital do Divino Espírito Santo 9 cirurgiões?

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sim. E não tem anestesiológicas!

**O Orador:** Então, se aplicarmos os anestesistas, que eu saiba, ultimamente por razões súbitas, tem 18.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Desde quando?

**O Orador:** Eu não conheço a carta que o senhor apresentou agora, não conheço, nunca li, não sei. Agora custa-me um bocadinho a perceber é essa afirmação taxativa de que está esgotada a capacidade do Bloco Operatório.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Não está!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Não sou eu que o afirmo! É o Diretor do Bloco Operatório!

**O Orador:** Eu terei que lhe dizer com toda a frontalidade que está esgotada a capacidade com os recursos que tem.

Que esteja diminuída pelas situações de que por razões de ausência dos médicos anestesistas que agora aconteceram, eu aceito e compreendo.

Agora que diga que está esgotada, eu já não posso aceitar e vai desculpar-me com toda a frontalidade e o respeito que tenho por si: não está esgotada.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente à parte do planeamento do Governo relativamente aos internos e aos internistas, neste momento a Região tem 7 internos na especialidade de anestesia. Esperemos que esses 7 terminem o seu percurso normal,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Esperemos!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** O problema é que nessa altura chegaremos aos 15 mil!

**O Orador:** ... que se fixem nos hospitais da Região e aqui há uma possibilidade de podermos melhorar essa situação.

Agora, não pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aceitar de que a capacidade instalada no Bloco Operatório do Hospital Divino Espírito Santo esteja totalmente esgotada, pelas razões que acabei de evocar.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Domingos Cunha, bem-vindo ao clube!

Há muito tempo que o CDS exige uma auditoria ao combate às listas de espera. Já aqui o fizemos em 2011, era isso que se devia ter feito aos 7 milhões de euros que se gastaram em 2010, 2011 e em 2012.

Era preciso perceber, como foi gasto esse dinheiro. E, sobretudo, chamamos aqui a atenção de qual seria a produção em tempo normal de produção cirúrgica e qual era a produção de tempo.

O que aconteceu, como aqui foi dito, é que se verificou que a pós-produção cirúrgica era maior que a normal. Isso não podia ser aceitável e isso acontecia.

Tivemos a coragem de o denunciar aqui. Não tivemos o apoio da sua bancada, Sr. Deputado Domingos Cunha, como se lembra.

Combater as listas de espera? Não me venham com a falta de anestesistas, porque só aconteceu este ano e recentemente, porque em 2010, 2011 e em 2012, não houve falta de anestesistas no maior hospital.

Não me interessa, com o devido respeito, se é o maior ou se é o menor. O que me interessa é onde há doentes a sofrer, seja no maior, seja no menor.

**Deputado José San-Bento (PS):** E nós todos!

**O Orador:** E, sobretudo, uma coisa que já defendi aqui é a intercomplementaridade entre hospitais.

Eu não percebo como é que a capacidade está esgotada, se há salas de Bloco Operatório encerradas (se há em Ponta Delgada, se há na Terceira), se há disponibilidade cirúrgica.

Sr. Secretário, quer anestesistas para operar em Ponta Delgada para a semana? Quer? É só pagar e eles vêm, como vêm fazer cirurgias. Vêm num fim-de-semana, dois fins-de-semana, três dias por semana. Pague-lhes que eles vêm cá como todos os outros vêm.

O senhor sabe que é possível. São ainda por cima seus colegas de especialidade. O senhor conhece-os melhor do que eu.

Portanto, se for ao Continente e contratar por tarefa para eles virem cá, custa dinheiro, Sr. Secretário, mas eu sempre ouvi dizer, da parte do Partido Socialista, que se for preciso mais dinheiro para a saúde, há mais dinheiro para a saúde; se for preciso atirar mais dinheiro para os problemas, atira-se mais dinheiro para resolver os problemas. Era a narrativa, há bem pouco tempo, do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista.

Portanto, Sr. Secretário, não quero acreditar que o problema de resolver a lista de espera do Hospital de Ponta Delgada que é vergonhosa, seja um problema de dinheiro.

Se é um problema de anestesistas pague-lhes, 5 mil euros, 10 mil euros por semana, o que for preciso.

Não há dinheiro na Região para pagar isso?

Não há dinheiro na Região para contratar, por tarefa, dois, ou três, ou quatro anestesistas para virem operar e abrir os Blocos Operatórios do Hospital de Ponta Delgada, Sr. Secretário?

O problema é dinheiro?!

Não quero acreditar nisso!

Os açorianos que estão em casa não são números, estão a sofrer, estão de baixa, não podem ir trabalhar, têm problemas na sua família e no seu emprego.

Sr. Secretário, acho que o Governo tem que encontrar uma via açoriana para resolver a questão vergonhosa das listas de espera nos Açores.

Se o Serviço Regional de Saúde em muitas matérias nos orgulha, nessa envergonha-nos profundamente, Sr. Secretário.

O senhor sabe que o tempo de espera lá fora no Continente é em média três meses. Aqui é superior a dois anos, Sr. Secretário, e sabe isso tão bem quanto eu.

Portanto, queria terminar esta minha interpelação ao Governo fazendo um convite ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aos Srs. Deputados do Partido Socialista, especialmente aos eleitos pela Ilha Terceira, ao Sr. Secretário da Saúde e aos Srs. Membros do Governo, para uma visita ao novo Hospital da Ilha Terceira...

**Deputado José San-Bento (PS):** Já lá estivemos!

**O Orador:** ... para que os senhores me indiquem onde é que fica o serviço de hemodinâmica, o serviço de angiocardiografia, o serviço de medicina hiperbárica,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... o serviço de medicina nuclear e o serviço de radioterapia.

**Deputado Berto Messias (PS):** Tanta demagogia!

**O Orador:** Está feito o convite para irmos visitar estes serviços no novo hospital da Ilha Terceira.

Quando os senhores quiserem, estou à vossa disposição para irmos efetuar essa visita e conhecer em pormenor este grande avanço tecnológico anunciado pelo Governo, esta grande abertura de aumento de serviços e disponibilidade de serviços que o Governo anunciou em campanha eleitoral.

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Quem faz campanha eleitoral, afinal de contas, com as questões da saúde não é o CDS, é o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda. Um bom almoço para todos. Regressamos às 15.

*Eram 13 horas e 08 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde a todos. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 07 minutos.*

Conforme foi decidido na nossa Conferência de Líderes, o ponto 2 da nossa Agenda será debatido amanhã, de manhã, pelo que vamos avançar para o ponto 3 da Agenda da Reunião, com o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/X – “Cria a Rede de Instituições Museológicas dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Neste caso, o PSD, enquanto proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos; o CDS de 13 minutos, e as Representações Parlamentares têm 10 minutos para intervir neste debate.

Por parte do PSD tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade para apresentação do diploma.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para melhor apresentar o Projeto de Decreto Legislativo Regional proposto pelo PSD que visa a criação de uma rede alargada de diferentes entidades de carácter museológico, conhecemos, numa primeira parte, a situação atual e a resposta que reclama; analisamos, numa segunda parte, os prós e os contras à solução que propomos; e concluímos, numa terceira parte, como a proposta apresentada melhora o que existe, no interesse dos Açores.

Comecemos, então, pelo princípio.

Ninguém sabe exatamente quantos e quais são os espaços visitáveis de interesse museológico que existem hoje nos Açores.

Muitos conhecem, mais de referência do que de visita, os 8 Museus Regionais e de Ilha que funcionam oficialmente de Santa Maria às Flores. E conhecem também – porventura, nalguns casos, até melhor – espaços privados como a **Oficina-Museu das Capelas**, a **Quinta do Martelo** ou o **Museu do Peter**.

Mas poucos saberão da existência de tantos núcleos e polos de carácter ou interesse museológico que subsistem em muitas das nossas freguesias.

Só nos últimos meses, e no âmbito da nossa atividade parlamentar de proximidade, visitámos mais de 60!

Por exemplo, Museus de Ilha, detidos pela Região e geridos pela Direção Regional da Cultura, como em **Santa Maria, Graciosa, São Jorge**. Ou polos temáticos de Museus Regionais como o **Convento de Santo André**, o **Museu da Indústria Baleeira** do Pico, a **Casa Manuel de Arriaga**.

Por exemplo, Museus Municipais, de responsabilidade camarária, como na **Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo**. Ou espaços mantidos por Juntas de Freguesia como o **Museu do Carnaval das Lajes da Terceira**, o **Núcleo Museológico de S. Bartolomeu**, o **Museu Etnográfico do Cabouco**.



Por exemplo, Museus Privados, mantidos por entidades empresariais, sociais e culturais, como o **Museu da Fábrica de Chá da Gorreana**, o **Museu do Tabaco da Maia**,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é um museu?

**O Orador:** ... o **Museu Etnográfico da Ribeirinha** da Terceira. Ou instalações visitáveis de propriedade particular, como o **Museu do Linho** da Lombinha da Maia, o **Museu do Vinho** dos Biscoitos, o **Museu de Artesanato da Prainha** do Pico.

E ainda outros museus emblemáticos como o **Museu do Trigo** da Povoação, a **Olaria-Museu** de Vila Franca, a **Casa do Arcano**, o **Museu da Emigração Açoriana**, o **Museu Vivo do Franciscanismo**, a **Casa Vitorino Nemésio**, o **Núcleo Museológico do Lajido**, o **Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos**, o **Centro de Interpretação Ambiental e Cultural da Ilha do Corvo**.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso são tudo museus?!

**O Orador:** Pode ninguém conhecer exatamente quantos espaços museológicos existem hoje nos Açores, mas todos sabem que são muitos, que são interessantes e que são diferentes.

Há espaços governamentais dependentes da Cultura ou do Ambiente, há espaços autárquicos geridos por Municípios ou Freguesias, há espaços privados mantidos por instituições ou particulares.

Todos contribuem – de forma direta ou indireta, com maior ou menor significado – para o nosso património cultural e, nessa medida, para a qualificação turística dos Açores.

Mas não há uma atenção para todos nem há uma relação entre todos.

Cada qual está entregue à sua sorte e, na maior parte dos casos, não tem condições de, por si só, se afirmar no palco da cultura açoriana.

Nas visitas às suas instalações e nos contatos com os seus responsáveis, foi suscitada e constatada a necessidade de um esforço conjunto.

Esta lacuna é muito sentida e requer uma solução que é pouco complexa.

É preciso, tão-somente, criar uma **Rede de Instituições Museológicas dos Açores**.

É por isso que o PSD apresenta este Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como qualquer iniciativa partidária, sobretudo se proveniente da oposição parlamentar, esta proposta suscita diferentes reações, considerações e posições.

Há os que parecem desfavoráveis, os que suscitam dúvidas e os que assumem concordância.

Os que poderão estar contra a iniciativa, dizem **NÃO** – porque já existe uma rede de museus nos Açores; porque a rede existente pode integrar outros museus; porque não se compreende a coexistência de duas redes.

Os que consentem o benefício da dúvida, dizem **TALVEZ, MAS...** – era preciso não confundir as duas redes; era preciso não banalizar as integrações na rede geral; era preciso fazer um levantamento dos espaços que existem.

Os que reconhecem o mérito da proposta, dizem **SIM** – porque assegura a interligação necessária entre os espaços existentes de responsabilidade regional, autárquica, associativa e particular; porque uma rede assim tão alargada e diversificada potencia sinergias em benefício de todos e de cada um; porque a existência desta rede geral é conciliável – e, até, desejável – com o âmbito próprio de outras redes pré-existentes ou a existir.

Vejamos então, embora de forma necessariamente sucinta, a validade dos diferentes argumentos.

Primeiro, os que podem estar contra:

É certo que já existe nos Açores uma rede regional de museus. Mas também é verdade que esta rede foi criada em 2001 e que se assume há 13 anos como

estando confinada aos equipamentos governamentais. Pelo menos até à audição do Secretário Regional da Cultura pela Comissão dos Assuntos Sociais, em janeiro de 2014, o próprio Portal do Governo referia expressamente o seguinte: *“a Rede Regional de Museus dos Açores compreende os oito museus tutelados pela Presidência do Governo/Direção Regional da Cultura”*. Ponto.

E não colhe o argumento, entretanto invocado, de que o Portal do Governo estaria desatualizado em relação a eventuais intenções de alargamento do âmbito governamental desta rede. A própria Orgânica da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, publicada em julho de 2013, determina que compete à Direção de Serviços Externos e de Ação Cultural – passo a citar – *“assegurar o funcionamento da rede regional de museus, participando no planeamento, construção e organização dos museus integrantes da rede”*. Ponto.

Temos assim que a atual Rede Regional de Museus dos Açores é exclusivamente governamental e que, pelo menos na letra da lei, não tenciona ser mais do que isso.

Mas admitamos que, apesar de tudo, era possível alargar a atual rede governamental de museus às outras instituições museológicas dos Açores.

Não é isso que se pretende.

Não faria sentido submeter a uma tutela da Direção Regional da Cultura o funcionamento de equipamentos que são propriedade de Municípios, de Freguesias, de instituições privadas e até de pessoas particulares, bem como de outros departamentos do governo.

A “Rede de Museus” dá orientações.

A “Rede de Instituições” fará recomendações.

Portanto, a “Rede de Museus” da Direção Regional da Cultura não dispensa nem substitui a “Rede de Instituições Museológicas dos Açores” que a Assembleia Legislativa poderá aprovar.

E também não é verdade que as duas redes não podem coexistir de forma natural e vantajosa.

É a própria realidade que se encarrega de demonstrar isso mesmo.

A atual “Rede Regional de Museus” existe apesar da existência de uma “Rede Portuguesa de Museus” – com quem, aliás, se relaciona – e já coexiste com redes museológicas de âmbito local dentro da própria Região – como, por exemplo, a rede municipal de equipamentos museológicos do concelho de Vila Franca do Campo.

Há espaço para todos e todos ficam a ganhar com um esforço conjugado que respeite a autonomia de cada um.

Assim se responde, em boa parte, também aos que parecem ter dúvidas sobre o enquadramento e a utilidade da iniciativa proposta.

Mas convém ainda esclarecer e tranquilizar os que possam recear uma banalização dos critérios de integração nesta nova rede regional de âmbito geral.

Para isso, nada melhor do que recordar aqui a definição da UNESCO, atualizada na sua Assembleia Geral de 2001: “*Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição*”. (Fim de citação)

Esta definição, como acrescenta o Conselho Internacional de Museus, deverá ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das coleções da instituição em causa. Assim, este organismo regulador prevê ainda que, para além das instituições designadas “museus”, sejam abrangidas diversas outras instituições.

Considerando a abrangência desta definição internacional e a aparente desatenção do governo regional para com os museus açorianos não governamentais, só nos podemos congratular com a recente constituição de um grupo de trabalho para o levantamento, que já tardava, das instituições museológicas existentes nos Açores.

Mas, também aqui, uma coisa não invalida a outra.

Neste capítulo, cabe ainda uma palavra final para os que concordaram prontamente com esta nossa iniciativa legislativa e que são – curiosamente ou talvez não – exatamente os próprios agentes do setor, nos seus pareceres transmitidos à comissão parlamentar.

Por exemplo, o Conselho Diretivo da Delegação Regional dos Açores da Associação Nacional de Freguesias deliberou unanimemente a favor desta proposta, que considera de *“importância fulcral para o desenvolvimento local”*.

Outro exemplo, o Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade dos Açores considera que *“a proposta do Grupo Parlamentar do PSD/Açores no sentido de se criar a Rede de Instituições Museológicas dos Açores constitui um contributo decisivo para ligar e integrar as organizações com maior responsabilidade na gestão dos bens patrimoniais açorianos”*.

Último exemplo, o Instituto Açoriano de Cultura – por coincidência, presidido pelo próprio Diretor de Serviços da Direção Regional da Cultura – escreve que *“concorda com o teor e os objetivos plasmados neste projeto de Decreto Legislativo Regional, por entender que só em rede se podem colmatar as fragilidades comuns às estruturas museológicas da Região”*.

Por todas as razões aqui apresentadas, atrevemo-nos a pressupor que a unanimidade expressa pelos agentes do setor merecerá a correspondência devida por parte do Parlamento dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Conhecidas as necessidades atuais e esclarecidas as reservas suscitadas, restamos então, nesta terceira e última parte, apresentar em concreto as linhas gerais do projeto de Decreto Legislativo Regional que cria a Rede de Instituições Museológicas dos Açores, abreviadamente designada como RIMA.

Trata-se de uma rede informal, com adesão voluntária e sem dependência hierárquica, para envolver e articular os museus existentes nos Açores, quer sejam de propriedade ou de gestão da Região, de instituições públicas ou privadas, de associações, do terceiro setor ou de particulares.

A RIMA pretende potenciar sinergias entre as instituições, com três principais objetivos promocionais:

- Levantamento e edição anual de um guia regional bilingue com informações úteis sobre as instituições museológicas visitáveis;
- Conceção e publicação de roteiros de temáticas comuns envolvendo instituições de diferentes concelhos e ilhas;
- Construção e gestão de um portal promocional das instituições em geral e de cada uma em particular através dos respetivos sítios eletrónicos.

A RIMA propõe-se também incentivar e mediar a cooperação entre as instituições, com três principais objetivos funcionais:

- Itinerância de iniciativas de interesse geral;
- Intercâmbio de objetos de interesse comum;
- Formação e informação de dirigentes, técnicos e auxiliares.

Organicamente, a RIMA terá uma Assembleia Geral, composta por um representante de cada instituição aderente, que regulamenta o seu funcionamento e elege a sua Comissão Coordenadora.

Esta Comissão, constituída por três representantes dos museus governamentais, autárquicos e privados, é a entidade mediadora entre as instituições em rede.

A adesão à rede é gratuita, as funções na rede não são remuneradas e o apoio logístico ao funcionamento da rede cabe à Direção Regional da Cultura.

Muito simples, muito útil.

Assim seja também na sua discussão e votação parlamentar.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições para intervenção sobre esta matéria.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Temos verificado, sobretudo nos finais do séc. XX, a um florescimento de museus e do gosto pela criação de museus, sejam privados, sejam públicos, sejam temáticos, sejam generalistas.

Em 1991, como já foi referido pelo Sr. Deputado José Andrade, com o Decreto Regulamentar Regional nº 40, foi aprovado o Regime Geral dos Museus da Região Autónoma dos Açores.

No preâmbulo desse decreto é dito muito claramente que é necessário dotar a Região de uma rede de museus capaz de estudar, inventariar, conservar e expor o património museológico existente em todas as ilhas e acabámos há muito pouco tempo de o fazer em pleno na Região Autónoma dos Açores, através da criação do Ecomuseu do Corvo, aplicado aos museus dependentes do Governo Regional, mas também prevendo a criação de museus pelas autarquias, por outras entidades públicas ou privadas e que seriam objeto de regulamentação própria.

Nos termos do mesmo diploma, também é dito que compete aos museus regionais apoiar, quando necessário, outras entidades públicas ou privadas na definição de critérios museológicos de recolha, conservação ou exposição de bens de interesse cultural.

Prevê-se uma rede para os museus públicos regionais que dependem organicamente do Governo dos Açores, mas também uma rede privada ou de outras entidades públicas, que não o Governo, como seja as autarquias.

Atualmente, e gostaria de recordar isso, a Rede Regional de Museus dos Açores é composta pelos museus dependentes da Direção Regional da Cultura, a saber:

- o Museu Carlos Machado, com os seus dois núcleos, Núcleo de Arte Sacra e o Recolhimento de Santo Bárbara;
- o Museu de Angra do Heroísmo e o seu polo militar que é o Hospital da Boa Nova, que será inaugurado em breve;
- o Museu do Pico, de Indústria Baleeira e Vinho;
- o Museu da Horta e a Casa Manuel de Arriaga, como museus regionais.

Depois temos os museus de Ilha: o Museu da Graciosa, o Museu Francisco Lacerda, o Museu das Flores, o Museu de Santa Maria e, futuramente, está em fase de preparação o Ecomuseu do Corvo.

Estes museus pertencem à Rede Portuguesa de Museus, a qual está inserida juridicamente na Lei-quadro dos Museus Portugueses.

Portanto, até aqui estamos todos dentro da normalidade.

Na sequência da aprovação da orgânica do XI Governo dos Açores, foi criada uma direção de serviço no interior da Direção Regional da Cultura, a Direção de Serviços Externos e de Ação Cultural, cuja competência é assegurar o funcionamento da Rede Regional de Museus participando no planeamento, construção e organização dos museus integrantes da rede.

Com o objetivo de se conseguir este desejo, esta intenção, foi criado um programa de trabalho, que já agora gostaria de salientar, e que vai muito ao



encontro a alguns aspetos que o Sr. Deputado José Andrade aqui referiu na sua intervenção, concretamente:

- proceder ao recenseamento e caracterização das entidades museológicas existentes a nível regional, que está a decorrer neste momento e durante o primeiro semestre de 2014 ficará pronto, através de um inquérito que está a ser aplicado e que tem por objetivo organizar os trabalhos preparatórios da estruturação da Rede Regional de Museus dos Açores e não Rede de Museus Regionais.

Esta disposição sintática é relevante.

Os dados recolhidos e que estarão prontos nos finais de março serão exibidos numa base de dados criada para o efeito e atualizada sempre que for necessário.

Foi criado, como também já foi referido pelo Sr. Deputado, que mostra que está atento àquilo que o Governo vai fazendo, um grupo de trabalho, constituído por pessoas de inquestionável mérito (o Dr. Francisco Maduro Dias, o Dr. João Paulo Constâncio, o Sr. Luís Menezes e a Diretora de Serviços, Ana Beatriz Faustino, que coordena), para proceder à elaboração desse inquérito e apresentar uma radiografia bastante completa da realidade existente.

Este inquérito permitirá obter uma visão de conjunto do panorama museológico regional e as conclusões serão publicadas, para ficarem à disposição do público e de todas as entidades intervenientes, até ao final, como disse, do primeiro semestre.

Na sequência da concretização do diagnóstico que acabei de referir, é necessário definir as linhas programáticas e os eixos de atuação da Rede Regional de Museus dos Açores, as quais devem ser direcionadas para a informação, formação, qualificação, que estão sempre aliadas a outra perspetiva fundamental que é (e é mesmo fundamental que isso aconteça) a credenciação voluntária dos museus. Ou seja, não basta uma entidade constituir-se e dizer

que é um museu. É preciso obter determinado tipo de critérios e também é preciso que entre neste processo de uma maneira voluntária.

O Governo não pretende andar a absorver e mandar nos museus privados. Vai, sim, disponibilizar todo o apoio técnico e científico e também criar os mecanismos para que os museus possam ser devidamente credenciados para poderem ser legitimamente designados como tais.

Este grupo de trabalho que referi tem por missão adaptar à realidade regional a Lei-Quadro de Museus Portugueses. Esta adaptação também deve estar pronta até finais do terceiro trimestre de 2014.

É importante transmitir às entidades museológicas da Região, sedeadas na Região (não da Região no sentido de serem públicas), que o pretendam ou necessitem, que devem solicitar um acompanhamento técnico a nível museológico à Direção Regional da Cultura de forma a poderem obter a tal credenciação que eu referi.

A credenciação que deverá ocorrer por finais do corrente ano de 2014 qualificará as entidades museológicas, estabelecerá as regras claras no relacionamento com a Administração Pública e terá que ser efetuada através de uma candidatura.

Nas Ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, o apoio técnico será efetuado através do Museu Carlos Machado, do Museu de Angra do Heroísmo, do Museu da Horta e do Museu do Pico, respetivamente.

Nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo o mesmo apoio será prestado diretamente pelos serviços centrais da Direção Regional da Cultura.

Os pedidos devem ser endereçados à DRAC e têm que conter um determinado tipo de informação que é pertinente, como por exemplo, a identificação do museu, a data da sua criação, endereço e contatos, nome do atual responsável, síntese sobre a natureza do museu e as suas coleções, fotocópias e outros

documentos que mostrem as plantas de localização dos espaços e fotografias, e explicitação do tipo de apoio técnico pretendido e dos prazos aconselháveis para a concretização do mesmo.

O Governo não pretende mandar nos museus privados, mas não só incentiva o seu aparecimento como lhes presta todo o apoio para que eles se possam constituir como tais e possam reunir as condições para serem devidamente creditados e integrados, se assim o entenderem, primeiro na rede regional e depois por arrastamento na rede nacional.

Gostaria de recordar o Sr. Deputado que, nos termos da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a credenciação consiste na avaliação e no reconhecimento oficial da qualidade técnica dos Museus, tendo em vista a promoção do acesso à cultura e ao enriquecimento do património cultural através da observância de padrões de rigor e de qualidade no exercício de funções museológicas.

É muito importante este critério de qualidade e de rigor. Não queremos museus de brincar, queremos museus a sério, por isso disponibilizamos os meios científicos e técnicos para que os pequenos museus tenham possibilidade de ter acesso à rede.

A credenciação exige o cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas na Lei-Quadro, bem como a existência de instalações adequadas de recursos humanos e financeiros.

Também pretendemos que os museus devem ser reconhecidos pelos parceiros institucionais e do público em geral, como centros de produção e divulgação do conhecimento, como referenciais de cultura, de identidade e de afirmação social e educativa para as comunidades em que se inserem e para os territórios com os quais se relacionam.

Também achamos que este tipo de museus, esta rede de museus, deverá consistir num sistema organizado de instituições, baseado na adesão voluntária.

Refiro mais uma vez, Sr. Deputado, aqui, não temos uma preocupação, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, de apenas nos ocuparmos dos museus públicos.

A nossa preocupação é que os museus privados tenham capacidade de existir e tenham os requisitos necessários para entrarem na rede com dignidade e de uma maneira voluntária.

Também esta adesão voluntária deve ser feita de uma forma progressiva, que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus, caracterizada pela diversidade de tutelas, sejam públicas ou privadas, de coleções, de espaços, de atividades educativas, de modelos de relação com as comunidades e sistemas de gestão.

É este o modelo de trabalho que o Governo está a pôr no terreno neste momento, com vista a melhorar, a pôr a funcionar de uma maneira mais eficiente, mais sistémica, aquilo que de certa maneira já existe e que tem vindo a ser criado ao longo do tempo, que é uma rede regional de museus que abarca não só os museus dependentes do Governo e financiados pelo Governo, como os museus privados.

Temos consciência de que todo este trabalho que enunciei estará pronto nos finais do corrente ano, o que quer dizer que nos finais de 2014, princípios de 2015, teremos a funcionar em pleno uma rede regional de museus, que já existe, vai ser regulamentada, regularizada, que vai prestar apoio àqueles que mais precisam e, sobretudo, permitirão aquilo que o Governo entende como função de uma verdadeira rede de museus, que é a circulação das coleções.

Nada temos a opor que objetos, bens da coleção do Museu Carlos Machado ou do Museu da Angra do Heroísmo, não possam circular por outros museus da rede pública e também pelos museus privados.

O que nos interessa é que toda a população dos Açores, sempre que isso seja possível, tenha acesso aos bens culturais preciosos que estão à guarda dos nossos museus, sejam, eles públicos, sejam eles privados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PSD merece o nosso apoio uma vez que, ao contrário do que tem sido afirmado, não vem sobrepor-se a nenhuma visão da Direção Regional da Ação Cultural. Aliás, em sede de discussão deste diploma em Comissão, perguntei ao Sr. Secretário exatamente isso, se se sobrepunha ou complementava. Ao *sobrepunha*, V. Exa. disse que não se sobrepunha.

**Secretário Regional da Educação (Luiz Fagundes Duarte):** Eu acabei de dizer isso!

**O Orador:** *E se se complementava ou não*, escusou-se de responder à pergunta dizendo que já estava a ser feito.

A verdade é que julgo que face a isto e àquilo que é conhecido, não está propriamente a ser feito.

A criação desta rede de instituições museológicas nos Açores teria, com certeza, algumas vantagens, desde logo, potenciar a oferta cultural da Região feita por via dos museus, quer eles sejam património da Região, quer sejam museus ou núcleos museológicos privados, uma vez que o que se pretende aqui é constituir uma rede informal, sem dependências hierárquicas e sem carácter vinculativo, que pudesse articular esta oferta e sobretudo potenciar a oferta cultural que se faz por via dos museus e dos núcleos museológicos.

V. Exa. disse em sede de Comissão, claramente – está escrito no relatório – que não se sobrepõe à divisão de serviços que foi criada.

Julgo que a criação desta rede de instituições museológicas nos Açores poderia complementar e potenciar o trabalho do Governo Regional, através da Direção Regional da Ação Cultural e da divisão que foi criada para o efeito ou para esse efeito. Poderia ser complementado e articulado com a criação desta rede.

Julgo que a Região teria a ganhar e a própria ação do Governo poderia ser potenciada com a criação desta rede informal que o PSD aqui propõe.

Portanto, esta iniciativa do PSD contará com o voto favorável da Representação Parlamentar do PCP.

Nesta primeira intervenção fico-me por aqui, reservando-me o direito de regressar ao debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa era de globalização e da necessidade de potenciar energias, termo tão caro à narrativa atual e já aqui por várias vezes utilizada, em particular, pelo Sr. Deputado José Andrade, há um ponto que eu creio que estamos todos de acordo, o PS, o PSD, os outros partidos aqui presentes (deduzo!), o Governo Regional e a generalidade dos pareceres que foram rececionados relativamente esta iniciativa, e este ponto de convergência é exatamente a importância do funcionamento em rede das instituições museológicas, um funcionamento que promova a comunicação entre pares e com os públicos.

Como foi dito pelo Sr. Secretário, contudo, o Governo está já a fazer, em parte, esse caminho. Aliás, escuso de repetir as palavras e a explanação do Sr. Secretário, mas de facto a equipa que está constituída e que procederá ao diagnóstico, à inventariação e que trabalhará sobre a adaptação da Lei-Quadro dos Museus, pretende, em última instância, e tem por seu objetivo principal, o

alargamento da atual rede regional, permitindo o ingresso de estruturas de várias naturezas, de várias tutelas, de privados.

Estamos em crer que, em larga escala, os objetivos aqui plasmados estão já a ser respondidos. Caminhamos nesse sentido.

Por outro lado, já foi publicamente anunciado, inclusive na comunicação social, a Agenda Cultural Digital, por parte do Sr. Diretor Regional da Cultura, que será uma ferramenta, no nosso entender, fundamental para articular informalmente os eventos e as instituições que se inscrevam, que tenham uma chave de acesso a essa Agenda e que estará eminentemente a sair.

Por outro lado, a majoração que é conseguida nos apoios às atividades culturais a entidades que se consigam articular é também por si só sinal de que redes informais, em que a sociedade civil pretende organizar-se, são bem-vindas e contarão inclusive com essa majoração na concessão de apoios.

Há toda uma valorização destes movimentos integradores e chamemos-lhe em rede.

Portanto, há, no fundo, como disse o Sr. Deputado, espaço para todos.

Agora, a sociedade poderá organizar-se paralelamente em relação à rede de que o Governo nos falou, se assim o entender, em redes, em associações, em organizações, em movimentos de intercâmbio, de forma precisamente informal, como o Sr. Deputado bem referiu, mantendo por isso mesmo esse âmagô de informalidade.

Não vamos, pois, na nossa conceção, formalizar estas redes criando DLRs que, no fundo, são instrumentos formais que impõem, que obrigam a qualquer coisa, abrindo com isto uma certa precedência algo estranha de criação de Decretos Legislativos Regionais para associações ou movimentos que pretendem precisamente isso, ser informais e espontâneos.

Há, aliás, alguns exemplos de redes informais a nível cultural que têm tido bons frutos. Lembro-me, por exemplo, da Rede Cinco Sentidos, de que faz parte o

Teatro Micaelense e outros teatros nacionais, que têm melhorado e potenciado muito a aquisição de apoios no âmbito dos apoios comunitários, que tem facilitado a circulação. Isto só para dar um exemplo de redes informais que não são criadas, nem por lei, nem por Decreto-Lei.

Não nos parece que seja a figura adequada criar aqui um Decreto Legislativo Regional, enquanto instrumento formal, para a prossecução de um objetivo que se pretende informal.

Por outro lado, o Sr. Deputado José Andrade referiu a questão dos pareceres.

Os pareceres, na sua generalidade, falam sobretudo da importância do funcionamento em rede, este ponto de convergência que todos temos, embora não possamos deixar de referir o parecer do Dr. Maduro Dias que estranha precisamente esta informalidade ser, no fundo, concedida pela formalidade de um instrumento como o Decreto Legislativo Regional, para além de que considera prematuro estarmos a criar redes antes que a própria legislação regional nesta matéria seja revista.

Portanto, é a opinião do Dr. Francisco Maduro Dias, que dispensa apresentações nesta matéria.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Por tudo isso, e apesar, como vos digo, da concordância que nos une em torno dessa constatação da importância fulcral do funcionamento em rede – e esse objetivo será prosseguido e aqui estaremos para que ele seja conseguido, que ele seja alcançado como nos deixou dito o Sr. Secretário – para além de termos este ponto de convergência, o PS votará contra a iniciativa por considerar, por um lado, que parte dos objetivos já está em marcha e por nos parecer que a criação de um DLR com este teor em particular e a criação de um DLR em geral para a criação de uma rede informal, não se nos afigura adequada aos objetivos plasmados no diploma.



Portanto, votaremos contra a iniciativa, ainda que todos concordemos com a pertinência do funcionamento em rede, como aqui já foi amplamente dito.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O CDS-PP louva esta iniciativa que o PSD/Açores apresenta em prol da cultura na Região. Estamos até em acordo no que toca a diversos pontos, nomeadamente, quando se refere que o *“arquipélago dos Açores (...) carece de uma política museológica que promova uma adequada gestão de valores e recursos patrimoniais com vista ao desenvolvimento social local e à promoção do turismo.”*

De facto, devemos apoiar medidas que promovam a nossa identidade cultural, as nossas vivências, até como forma de perpetuar os conhecimentos dos nossos antepassados e que nos caracterizam enquanto povo insular dedicado à terra e ao mar... **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Por isso, também concordamos com a afirmação de que *“importa criar sinergias capazes de fomentar atuações conjuntas e eficazes na defesa e na difusão dos valores açorianos”*.

Porém, o PSD propõe a criação de uma rede informal que nos parece colidir com a legislação regional em vigor, mormente com o Decreto Regulamentar Regional 13/2001/A... Se calhar o PSD deveria ter previsto uma forma de uniformizar a adesão ou pelo menos ter uma “carta de princípios” pela qual todas as instituições que poderão querer integrar esta rede museológica deverão reger-se.

Em relação a algumas dúvidas que nos surgiram e para um melhor esclarecimento, para que possamos fazer uma votação mais esclarecida, queiram-nos explicar o que são instituições museológicas?

Quem deverá fazer o reconhecimento destas instituições?

Todas as entidades que são consideradas de utilidade pública poderão vir a fazer parte desta rede de instituições museológicas dos Açores?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A promoção da nossa cultura, dos nossos modos de viver, poderá ser uma forma de atrair turismo, gerar riqueza e dinamizar pequenos polos onde genuinamente ainda se mantêm algumas das nossas mais antigas tradições, valorizando e preservando um património único.

A possibilidade de criar roteiros que consigam conjugar a nossa riqueza cultural (presente em museus - quer sejam públicos ou privados), com a nossa paisagem natural (Centros de interpretação ambiental) dá-nos outra dimensão e oferece-nos outro ponto de vista sobre a nossa vivência arquipelágica, especialmente a quem nos visita.

É uma forma nova de cultura e turismo que poderia ser explorada em benefício dos Açorianos e dos Açores.

No entanto, não podemos, nem devemos meter tudo no mesmo saco, ou, por outras palavras, não devemos banalizar o conceito de cultura só para integrar toda e qualquer forma,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Orador:** ... mesmo que incipiente de agregação de valores que poderão ser considerados cultura ou património.

Assim, importa que existam regras que, no mínimo, organizem e definam o que são estas instituições que poderão integrar esta Rede de Instituições Museológicas dos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai-se abster relativamente a este Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD que cria a RIMA, a Rede de Instituições Museológicas dos Açores. Porquê? Porque nos parece que esta proposta é redundante.

Quando a Sra. Deputada Renata Botelho diz que há espaço para todos (o que é que ela quer dizer com isto, tanto quanto eu entendi?), há espaço para os museus regionais e os museus de ilha que já estão integrados na Rede Regional de Museus, há espaço para os museus e redes museológicas das autarquias, das instituições particulares, públicas e privadas, há espaço para todos e para que todos informalmente se organizem.

Parece que só não há espaço é para a Direção Regional da Cultura...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que, chegado a este ponto, bem pode fechar a porta, porque realmente tudo está a ser feito por ela e em nome dela.

É deste ponto de vista que achamos que enquanto a Direção Regional da Cultura não exercer o seu papel, que do nosso ponto de vista pode ser de promover, estimular, facilitar a criação e a constituição destas redes de natureza informal, impor isto à Direção Regional e dizer que o trabalho está feito por ela, é a mesma coisa que dizer que só há uma entidade que está a mais no meio disto tudo, que é exatamente a Direção Regional da Cultura, por isso a nossa abstenção.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Agora, sim, a Mesa não tem mais inscrições, pelo que, não havendo, vamos então passar à votação.

Sr. Deputado José Andrade pede a palavra para intervir? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De entre os argumentos possíveis para desvalorizar e rejeitar esta iniciativa legislativa, que julgo que antecipamos e até penso que desmontámos na nossa intervenção inicial, foram aqui, no debate subsequente, avançados aqueles que nos parecem ser os mais inconsistentes.

Por exemplo, o CDS pergunta o que são instituições museológicas. Respondemos que são todas aquelas que se enquadram na definição da UNESCO e na definição do Conselho Internacional de Museus, que aliás tive ocasião de transmitir antecipadamente.

Por exemplo, o Partido Socialista considera, aparentemente, que não seria adequado ser o Parlamento a criar a oportunidade das instituições públicas e privadas se associarem em rede, mas deixa implícito que já seria adequado se essas instituições privadas se associassem à rede do Governo.

Por exemplo, o Governo Regional invoca aqui o argumento de que a Rede Regional de Museus já existe e que, como tal, a rede existente pode e deve ser alargada a outras instituições museológicas.

É oportuno recordar aqui mais uma vez a orgânica da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura (é recente, é deste Governo, é de julho de 2013), segundo a qual compete ao Governo e, portanto, à Secretaria da Educação, à Direção Regional da Educação e, neste caso, à Direção de Serviços Externos e de Ação Cultural, assegurar o funcionamento da Rede Regional de Museus,

participando no planeamento, na construção e na organização dos museus integrantes da Rede.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Das duas, uma: ou este diploma está feito apenas para os museus que são pertença da Região ou então, o que é mais grave, o Governo pretende participar no planeamento, na construção e na organização dos museus e das instituições museológicas que são dos municípios, que são das freguesias, que são das associações, que são de particulares.

Com estes argumentos, como já aqui se percebeu, o Partido Socialista prepara-se para rejeitar a criação de uma rede alargada de instituições museológicas nos Açores.

Lamentamos, por exemplo, em nome do Sr. José António Carvalho, do Espaço Etnográfico dos Arrifes, ou do Sr. José António Vieira, do Museu Cerâmica Vieira, ou do Sr. Engenheiro José António Pacheco, do Museu do Chá do Porto Formoso.

Lamentamos também em nome, por exemplo, do Sr. Padre José Brito, do Centro Etnográfico das Doze Ribeiras, ou do Sr. Valentim Menezes, do Museu Etnográfico do Ramo Grande, ou da Sra. Maria José Quadros, da Casa Etnográfica de Guadalupe, ou do Sr. Carlos Melo, do Museu das Alfaias Agrícolas de Santo Amaro do Pico, e isto só para citar outros exemplos não referidos na nossa intervenção inicial.

São pessoas que ficam desiludidas e são projetos que ficam desamparados.

A nossa Região vai perder, assim, uma boa oportunidade para aproveitar e potenciar a riqueza que temos. É pena!

**Deputados Joaquim Machado e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que, cada vez que oiço o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, apresenta aqui uma postura que é repetida. É a postura, que podemos observar com graça, da lei mental. Ou seja, o Sr. Secretário diz sempre que se não está feito, está pensado.

**Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** É verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** Portanto, há aqui uma atitude que é recorrente. Isto não aconteceu nem uma vez, nem duas, nem três.

Já me aconteceu apresentar aqui propostas e o Sr. Secretário chega aqui e diz: “Sim, sim, isso é nosso, porque eu já me tinha lembrado disso”; “eu já tinha pensado nisso”; “ainda não fiz nada, ainda não foi publicitado, nem sequer publicado, mas já tenho grupos de trabalho a trabalhar nessa matéria”.

Portanto, isto é uma atitude recorrente por parte do Sr. Secretário. Eu estou sempre à espera que o Sr. Secretário diga, em qualquer proposta: “Não, não! O grupo de trabalho já está a funcionar”; “isso já estava pensado muito tempo antes do Sr. Deputado ter até nascido”.

O que eu gostava de dizer sobre esta matéria é que aqui fica bem clara aquela crítica que tem sido feita ao Partido Socialista por diversos observadores e analistas e até no âmbito das últimas situações ao conjunto da oposição.

Há aqui duas visões em relação ao que deve ser o futuro da Região, que ficam bem patentes:

Uma, é de um Governo Regional obcecado em controlar tudo na Região; um Governo Regional que tem que controlar o último recanto da Administração Regional, o último recanto de qualquer tipo de organização independente, de qualquer tipo de organização que tenha a sua origem na sociedade civil.

Há essa perceção, há essa imagem, de um Governo Regional que tem uma Administração Regional que acarinha, e nós também, mas a diferença fundamental é de um Governo Regional que quer chegar a todos os recantos da atividade económica e cultural na Região.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** É o contrário, Sr. Deputado!

**O Orador:** É evidente que esta visão, neste caso específico, nem é partilhada, como tivemos oportunidade de verificar, pelo Partido Comunista.

O Partido Comunista acabou aqui de dizer que considera que é importante que o Governo Regional não tenha o domínio hierárquico, não tenha o domínio funcional de uma organização deste tipo que agrupa entidades de várias naturezas.

Nesse sentido, o Partido Socialista em relação a esta visão que tem do que deve ser a política e a organização social e institucional na Região, está sozinho. É o Estado omnipresente, o Estado que tudo domina e uma influência global sobre todos os aspetos.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, do que é que o Sr. Deputado está a falar? Não está a falar do assunto. O senhor já está na lua!

**Deputado Berto Messias (PS):** “Isto é na Terra, não é na Lua”.

**O Orador:** Onde é que fica a independência da sociedade civil num pensamento estratégico deste tipo?

Não fica em lado nenhum!

Portanto, é este o problema que temos.

Nesta proposta que é apresentada pelo PSD há aqui uma ideia de organização, de estruturar devidamente, mas não tendo o domínio hierárquico do Governo Regional sobre esta matéria.

A verdade, meus senhores, e termino com esta observação, é que esta articulação não existe. Esta articulação, ao fim de 18 anos de Governo do Partido Socialista não foi feita, tal como não foi feita noutros âmbitos.

Lembro, aqui, por exemplo a articulação entre o transporte aéreo e o transporte marítimo. Há tantos anos que se fala nisto e não foi feito.

Em tantas áreas, uma das matérias em que o Partido Socialista tem falhado é na articulação das diferentes potencialidades que a Região tem. Não o tem feito. Pode ter pensado, mas nunca o fez.

Agora, o que está a fazer é a pensar, mas a pensar no sentido de continuar a dominar, de continuar a ter um domínio obsessivo sobre todas as estruturas do ponto de vista cultural, social e económico. Isto assim não pode ser.

Esta é uma linha que nos divide, que é a linha do Estado e da Administração Regional que tudo domina e que tudo asfixia e de quem considera que devem ser promovidas, que devem ser incentivadas construções do ponto de vista da articulação e do desenvolvimento das potencialidades deste tipo em que não exista o domínio obsessivo por parte do Partido Socialista nesta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho que fazemos aqui leituras muito díspares do que está em questão.

O Governo Regional o que diz exatamente é “organizem-se; a Direção Regional poderá apoiar, mas organizem-se, venham ter connosco para que possamos ajudar a encontrar soluções e para que esta rede cresça”.

No entanto, o que o PSD quer fazer aqui é formalizar.

No fundo queremos de alguma forma manter essa informalidade, sem estar a legislar sobre esta matéria.

O Sr. Deputado José Andrade, por outro lado, vem aqui utilizar uma argumentação (perdoe-me, com toda a estima que tenho por si) que considero demagógica e sentimental, quando apela ao Sr. A, B ou C.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!



**A Oradora:** Não nos parece que a estratégia seja essa, até porque se falarmos de lamentações, muito temos nós a lamentar, sobretudo este PSD que quer criar um DLR para formalizar um movimento informal, e que por sua vez já é redundante em relação a uma ação que o Governo está a desenvolver.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Já está pensado!

**A Oradora:** Por outro lado, apresentou-nos na semana passada um projeto de resolução que ainda não foi aqui tratado, mas do qual todos já temos conhecimento, para calar uma petição antes sequer que ela surja.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Há aqui algo de contraditório. Por um lado, querem formalizar a informalidade e querem calar a voz de uma cidadania ativa...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** ... independentemente de estarmos em acordo ou em total desacordo com o objeto da petição, antes sequer que ela nasça, antes sequer que ela surja.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** E isto para não lamentar outras coisas do PSD, do PSD nacional, como o referendo às minorias, aos direitos das minorias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Há, na nossa opinião, uma grande confusão no PSD,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** ... na ideologia do PSD.

Portanto, mantemos a nossa votação.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou ser muito rápido, por duas razões. Eu acho que já dissemos tudo o que era suposto e porque já se percebeu a posição do PS. Portanto, é escusado estarmos todos aqui a perder tempo.

Mas há aqui duas questões que não posso deixar de referir. Quando o PS aqui fala no fulano A, no fulano B ou no fulano C, gostaria de lembrar que falei de pessoas,...

**Deputado André Bradford (PS):** Mas não devia ter falado!

**O Orador:** ... pessoas que sentem a necessidade dessa rede e de pessoas que tinham a expectativa da sua aprovação.

São pessoas, não são letras. Por isso fiz questão, aliás, de referir expressamente o nome de todas elas, porque foi com elas que partilhei, e também com os meus colegas de bancada, naturalmente, nas várias visitas que fizemos, essa expectativa que tinham e essa desilusão que agora terão.

**Deputado Berto Messias (PS):** Nós também já visitámos essas instituições.

**O Orador:** Finalmente, quando o Partido Socialista acusa o PSD de querer formalizar a informalidade, acho que bastante pior do que isso é o Partido Socialista querer governamentalizar as instituições museológicas dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, eu não consigo resistir a comentar o paradoxo do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse aqui e já tinha dito na Comissão que eu sou repetitivo. Ou seja, ele tem uma ideia e eu digo, *eu já tive*.

O Sr. Deputado acha isso mal.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não acho mal! Acho muito bem!

**O Orador:** Se o Governo não fizesse, o Sr. Deputado estava aqui para dizer que “o Governo não fez”; o Governo faz, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está aqui para dizer “o Governo não devia ter feito”.

Sr. Deputado, foi o próprio Sr. Deputado que apresentou nesta casa um projeto de resolução para a criação do Museu do Corvo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Agora é o Eco Museu!

**O Orador:** Então, queixa-se de que o Governo quer fazer tudo, quer imiscuir-se em tudo, mas depois o Sr. Deputado chega aqui a pedir ao Governo que faça isso.

Era só chamar a atenção para isso.

Sr. Deputado, todos nós queremos o melhor para a Região; todos nós queremos que os nossos museus funcionem.

Quando eu referi, o Sr. Deputado Aníbal Pires salientou isso, na Comissão que esta iniciativa do PSD não se sobrepõe à atual rede, é evidente que não se sobrepõe, apenas repete.

Ou seja, há um trabalho a ser feito. Vamos trabalhar em conjunto.

É evidente que, como disse a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, nada impede que os museus se organizem informalmente, como quer o PSD, em rede.

Agora, o Governo o que está a fazer é a criar condições para que essa rede possa funcionar. Ou seja, para que os pequenos museus que não têm quadros técnicos, tenham o apoio necessário para poder funcionar.

Mas esta minha intervenção era sobretudo para comentar este paradoxo do Sr. Deputado Paulo Estêvão que, das duas, uma: ou espera que o Governo trabalhe como está a fazer e depois comenta o resultado; agora não pode é criticar o Governo por estar a fazer aquilo que lhe compete.

Isso parece-me estranho, sobretudo depois de ter pedido ao Governo que iniciasse o processo de criação do Museu do Corvo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, não foi nada disso que eu disse.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** O que eu disse, Sr. Secretário...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Ou quis dizer!

**O Orador:** ... foi que, cada vez que o Sr. Secretário é confrontado com um projeto da oposição (cada vez, não! A esmagadora maioria das vezes, para sermos justos e corretos) o Sr. Secretário já estava a pensar.

«Não, não! Desculpem, mas isso já estava pensado! Portanto, isso já tem o meu aval! Agora é uma espécie sempre de “lamental”».

Ninguém conhece. Tem gabinetes a trabalhar que ninguém conhece, mas chega aqui e diz sempre: “os senhores já vêm tarde demais, porque escreveram aquilo que eu ainda não escrevi, porque os senhores pensaram o que eu já pensei, mas não posso provar”.

Do ponto de vista prático, o Sr. Secretário não apresentou essa proposta, não a tornou pública e só chega aqui e diz, “meus senhores, eu agora tenho a dizer-vos que já tinha pensado nisso”.

Eu acho que tinha o dever, perante esta câmara, de desmascarar essa postura.

**Deputado Francisco César (PS):** E o diploma?

**O Orador:** Eu tenho a certeza que daqui a dois ou três diplomas, o Sr. Secretário vai chegar aqui, inclusivamente num meu que vai ser discutido e vai dizer: “desculpe, Sr. Deputado, já vem tarde; eu já tinha pensado nisso”.

De facto, é preciso desmascarar esta postura.

Em segundo lugar, o Sr. Secretário não referiu a diferença fundamental que eu apresentei em relação à natureza do que o Sr. Secretário pensou e do que o PSD fez, que é o seguinte:

É que o PSD apresenta uma proposta que abre um espaço muito grande à sociedade civil. E está correto, do ponto de vista de atacar um problema que é o problema de articulação entre estas entidades. A mim parece-me bem.

Agora, o Sr. Secretário, que levou quatro quintos do tempo a descrever o seu projeto, apresentou um projeto de natureza muito diferente. É um projeto em que o Partido Socialista, neste caso o Governo, domina e articula esta questão. É uma diferença fundamental.

É isso que tem acontecido na sociedade açoriana. O Partido Socialista tem uma visão de domínio absoluto por parte do Estado, neste caso, da Administração Regional, sobre todos os processos. Essa é que é a questão.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sr. Deputado, leia o Projeto de Decreto Legislativo Regional!

**O Orador:** Em qualquer diploma, em qualquer parecer que é apresentado, o Partido Socialista e o Governo Regional têm sempre uma cláusula de salvaguarda que vos dá o domínio de qualquer entidade deste tipo.

Portanto, essa é a diferença fundamental.

**Deputado André Bradford (PS):** É precisamente o contrário do que o senhor está dizendo!

**O Orador:** São esses dois pontos que eu gostava de lhe apresentar.

É por isso que eu apoio este projeto do PSD e não posso estar de acordo com o projeto que V. Exa. apresenta que é mais do mesmo. Aliás, há muita gente na sociedade civil açoriana que diz “deem-nos um espaço sozinho, deem-nos uma hipótese de poder promover a cultura dos Açores, de poder promover atividades económicas de forma independente”. É isso que a sociedade açoriana está a reclamar neste momento.

Devo dizer-lhe, em relação ao Museu do Corvo, que V. Exa. deu como exemplo, que é um mau exemplo. É um mau exemplo!

Aqui está algo que já estava previsto desde 1978. Desde 1978 que estava previsto.

Portanto, alguém já tinha pensado como o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário pensou. Alguém pensou neste projeto desde 1978.

Quero dizer-lhe o seguinte:

É que pensaram, pensaram, pensaram!

Trinta anos depois ainda estavam a pensar e o PPM o que fez foi propor que se fizesse. Essa é uma alteração muito importante entre pensar e fazer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O PPM é que fez, não foi o Governo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas linhas só para dizer que se há matéria em que todos estamos absolutamente disponíveis para acolher, na sociedade civil, essa matéria é a cultura.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Isto ficou expresso para quem tenha tido a oportunidade de assistir às reuniões que o Diretor Regional da Cultura promoveu com os agentes culturais, com as filarmónicas, com os artistas.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** A sociedade civil é BEM-VINDA (com maiúsculas)! Nos Açores é acolhida, é apoiada e todos estaremos aqui para potenciar a sua participação. Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstêm faça o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de DLR foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido rejeitado, vamos então avançar com a nossa Agenda.

Entramos assim no ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/X – “Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de**

**Pensão e da Remuneração Complementar Regional. (Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, de 10 de abril)**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** É regimental. Peço desculpa por não ter estado atenta ao seu pedido.

Regressamos às 10 para as 5.

*Eram 16 horas e 16 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Cláudio Almeida foi substituído na Mesa pelo Deputado Valdemiro Vasconcelos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 57 minutos.*

Entrámos assim no ponto 4 da Agenda da Reunião. Escuso-me de ler o título, uma vez que o fiz praticamente na íntegra há pouco. Por isso dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para a apresentação do diploma.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos tido oportunidade, também graças a propostas do PCP, de discutir nesta Assembleia a questão do complemento regional... Eu posso repetir que é para a Sra. Deputada bem.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Estava a falar para mim!



**O Orador:** Temos tido oportunidade, também graças a propostas do PCP,...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada!

**Presidente:** Pronto. Já percebeu?

... de discutir nesta Assembleia a questão do complemento regional e do seu aumento. Sempre, até agora, os partidos da troika, PS, PSD e CDS,...

**Deputado Francisco César (PS):** Já cá faltava!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já estragaste tudo!

**O Orador:** ... têm recusado aprovar o seu aumento, registando-se, porém, que da última vez que aqui trouxemos idêntica iniciativa o CDS/PP abandonou a posição de rejeição pura e dura e absteve-se.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Está a começar bem!

**O Orador:** Os argumentos para a recusa da aprovação do aumento do acréscimo regional ao salário mínimo, sem exceção, têm sido ancorados em unísono na seguinte premissa: os efeitos destruidores que o aumento do acréscimo regional do salário mínimo teria sobre o emprego.

Dizia, em Abril do ano passado, o Deputado Francisco Silva do CDS:

“O custo do fator trabalho poderá levar à diminuição da procura pelo fator trabalho e à perda de competitividade das empresas regionais” e considerava que esta era uma medida “arriscada”.

Na mesma ocasião, afirmava o deputado António Marinho, do PSD:

“Parece-nos mais importante neste momento do que aumentar os custos com pessoal, ou aumentar os rendimentos das pessoas por essa via (como já referi é a via adequada) será algo que deve ser suplantado e que é muito mais importante que é assegurar o emprego às pessoas.” E, concordando com a medida, achava que não era o momento adequado.

E ainda nessa mesma sessão, dizia o Sr. Vice-Presidente que, e passo a citar:

“O salário mínimo nacional deve ser aumentado e não a diferença entre o salário mínimo entre os Açores e o Continente, porque isso poderia pôr em causa a competitividade das empresas açorianas.”

É de notar este perfeito alinhamento dos partidos da troika e, eventualmente, afirmar: que o coro troikista está bem afinado!

Mas, Sras. e Srs. Deputados:

Com um tão alargado consenso político e com tantos e tão generosos programas de apoio às empresas da Região, seria de esperar que, assim, o emprego nos Açores estivesse em franca recuperação e que os empresários açorianos, ávidos de investir mais e alargar as suas atividades, contratassem a eito, reduzindo a multidão de desempregados que temos na nossa Região.

Mas, infelizmente, nada mais falso!

Em três anos apenas, a taxa de desemprego na nossa Região saltou de uns significativos 11,5% em 2011 para os dramáticos 17% no fim de 2013!

A opção política de sustentar o emprego, exclusivamente pelo apoio e pelo subsídio, às empresas falhou, constitui-se como um paliativo, mas não resolve é insuficiente.

Ou seja, a política da contenção salarial e de redução dos custos do trabalho em nada conseguiu favorecer a criação de empregos! Nem aqui, nem na República! Esta solução, de aumentar estatisticamente a competitividade reduzindo os custos do trabalho, a que os partidos da troika, PS, PSD e CDS se agarram com dogmatismo ideológico fervoroso, falhou completamente os indicadores estão aí para o provar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É tempo de assumir que este não é o caminho, é tempo de assumir a falência desta opção, é tempo de alguns refrescarem as ideias velhas colhidas dos antigos manuais escolares da economia neoliberal e enfrentarem a realidade.

Ninguém nega que há fatores externos, ligados à conjuntura nacional e internacional que também influem nesta situação. Mas é tempo de reconhecermos que a falta de dinamismo do nosso mercado interno, concretamente, a falta de poder de compra dos açorianos, é um fator central nas dificuldades das nossas empresas e um dos grandes causadores de encerramentos, falências e conseqüentemente de mais desemprego.

Mas, para além de ser um fator central, é um fator em que efetivamente podemos influir. Não temos competência nem capacidade para intervir diretamente nos mercados nacionais e internacionais. Não temos infelizmente competência nem banco para lhe ordenar que alterem as suas políticas restritivas na concessão de crédito e contribuam para o investimento. Mas podemos fazer isto!

Podemos contribuir para aumentar o poder de compra de milhares de açorianos, com custos muito baixos para as empresas, apenas doze euros e doze cêntimos a mais por mês e por trabalhador, dar um impulso positivo à nossa economia e um sinal de esperança às açorianas e aos açorianos.

E, registe-se, que esta medida chegaria diretamente a 26% dos açorianos,...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor não faz a mínima ideia!

**O Orador:** ... que auferem o salário mínimo e que, com ele, dificilmente conseguem subsistir com dignidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas também se trata aqui de uma questão de compensarmos custos agravados pela insularidade. Os números provam que os 5% de complemento regional ao salário mínimo são insuficientes para superar a desvantagem relativa dos trabalhadores açorianos em relação aos trabalhadores continentais.

Em 2012, cerca de 60% dos trabalhadores açorianos auferiam vencimentos de 650 euros, um valor que se distancia de outras regiões do país, e que mostra claramente que os trabalhadores açorianos estão entre os mais pobres do país.

E, se olharmos para a estrutura das nossas empresas, percebemos que é para o mercado interno que elas laboram, e que é aos depauperados trabalhadores açorianos que tentam vender os seus produtos.

Esta, Sras. e Srs. Deputados, é que é a grande desvantagem competitiva da nossa economia e que ajuda a explicar, em grande medida, o nosso enorme desemprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se se trata de uma decisão sóbria e racional no plano da economia, trata-se sobretudo de uma decisão urgente no plano humano.

A cada dia que passa, a situação das famílias da nossa Região agrava-se, e cada vez mais os açorianos apercebem-se que, ao contrário do que lhes foi ensinado pelos mais velhos, o trabalho honesto afinal não é suficiente para lhes garantir uma vida digna.

Que espécie de sociedade estamos a criar quando um cidadão exerce uma profissão, cumpre os seus deveres para com a sociedade e esta não lhe consegue garantir um mínimo de sobrevivência e dignidade?

Quando semeamos a injustiça e a desigualdade, que sociedade estamos a construir para as futuras gerações de açorianos?

Atingimos, na nossa Região, níveis de desespero e de revolta, que já não poderão ser paziguados com palavras. São as vozes dos milhares de açorianos que nos exigem que utilizemos a nossa Autonomia para lhes aliviar as dificuldades e construir um futuro diferente, um futuro melhor.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Não havendo... Sr. Deputado Aníbal Piros.

**(\*) Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Uma vez que nem da bancada do Governo, nem da bancada do Partido Socialista, nem as bancadas (houve agora uma inscrição)...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Eu também já me inscrevi!

**Deputado Berto Messias (PS):** Já há várias inscrições!

**O Orador:** ... da oposição se inscreveram, eu gostaria de citar (certamente o Partido Socialista virá dizer qualquer coisa sobre uma citação ou duas que aqui irei fazer, já digo quem é o autor):

**Deputado Berto Messias (PS):** Está a citar-se a si próprio!

**O Orador:** “A pobreza viola a dignidade da pessoa humana e impede o exercício da liberdade. Num tempo em que se acentuam as desigualdades, o salário mínimo é um garante basilar de combate à pobreza, de exercício da cidadania, da coesão social e de proteção dos trabalhadores”. Citei.

Passo a citar de novo:

“Aumentar o salário mínimo é uma necessidade para a dinamização do mercado interno devastado pela crise e para a recuperação económica.

Tem um impacto direto na economia, visto que esse aumento de rendimento vai ser utilizado em bens e serviços que criam emprego.” Citei a Deputada Graça Silva, aquando da apresentação de uma Anteproposta de Lei, do Partido Socialista, sobre o aumento do salário mínimo.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu poderia muito bem ter utilizado esta argumentação, hoje, da tribuna, mas nem necessitei, porque o Partido Socialista tem esta ideia e tem esta posição com a qual eu concordo. Portanto, certamente que o Partido Socialista terá alguma coisa a dizer sobre esta proposta que a Representação Parlamentar do PCP, hoje, aqui traz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se à preocupação da sociedade quanto ao rendimento dos trabalhadores açorianos muito em particular daqueles que auferem vencimentos mais baixos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Lágrimas de crocodilo!

**A Oradora:** Agora não consideramos que seja pela via do acréscimo do rendimento mínimo regional que se consiga mitigar os problemas da pobreza na Região.

Aliás, o salário mínimo regional já é 5% superior ao salário mínimo nacional.

O governo do PS teve 17 anos para promover uma economia florescente, que permitisse...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pois não! É a senhora dar uma esmola e fica com a sua consciência tranquila!

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, deixe a Sra. Deputada falar!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu estou a impedir a Sra. Deputada de falar? Apenas estou a dizer que a consciência da Sra. Deputada Graça Silveira fica tranquila quando dá uma esmola na missa de domingo!

**A Oradora:** ... aos açorianos, que era aquilo que nós pretendíamos, ter um custo de vida equivalente ao do Continente e uniforme em toda a região, mas não o fez.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Em menos tempo, em dois anos, o seu Governo espremeu a economia nacional!

**A Oradora:** E um exemplo disso é o facto de um bem de primeira necessidade produzido nos Açores tem um preço em São Miguel, tem outro mais elevado na Terceira, outro ainda nas restantes ilhas e mais grave ter o preço mais baixo de todos no Continente.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta iniciativa, na prática, destina-se à população que tem menos instrução. Todos sabemos que são as pessoas com menos habilitações académicas, aquelas que desempenham as funções menos diferenciadas e, portanto, aquelas que auferem os vencimentos mais baixos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Olhe que já não é bem assim, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Não se percebe que neste momento na Região ainda existam taxas de abandono escolar como aquelas que se verificam na Região.

A governação socialista não foi capaz de operar esta mudança estrutural na sociedade açoriana. E a prova disso são os programas e os programinhas que se tiveram que criar para poder dar diplomas profissionais ou educacionais, a jovens que abandonaram o sistema regular de ensino.

Estes programas, que deviam ser uma exceção e para um grupo muito restrito de indivíduos, estão-se a generalizar...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Onde isto já chegou!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, isto tem tudo a ver com acréscimo ao salário mínimo na Região!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Por acaso tem!

**A Oradora:** ... preocupantemente na Região.

Estamos a falar de desemprego na Região...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não, não estamos!

**A Oradora:** Estamos! Estamos a falar dos problemas que a Região tem de pobreza e que o PCP achou que, por um acréscimo de 2,5% ao rendimento mínimo regional, poderia resolver os problemas de pobreza que existem na Região, de dificuldades que existem na Região, que resultam do desemprego que existe na Região.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Oh senhora, não é isso!

**A Oradora:** Srs. Deputados, agora vão também querer dizer sobre aquilo que devo falar na minha intervenção?!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Não, não!

**A Oradora:** Então, façam uma lista das coisas que o PS acha que devemos falar.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não é isso que o PCP está a dizer!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**A Oradora:** Sabe o que é? É que estas intervenções paralelas, apesar de serem regimentais, muitas vezes não são bem-entendidas.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Isso é uma grande verdade! Se as intervenções de bancada não são bem entendidas, que farão os apartes?

**A Oradora:** Mais. Estes programas, têm o efeito perverso de mitigar os reais números do desemprego jovem na região.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Deputada, falar do salário mínimo, a senhora não fala!

**Presidente:** Sra. Deputada, sei que está a fazer o enquadramento da sua intervenção, mas de facto este Projeto de Decreto Legislativo não é sobre a



questão do desemprego, é, sim, sobre a questão do aumento do acréscimo regional ao Rendimento Mensal Garantido.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já não é sem tempo!

**A Oradora:** Muito bem! Então eu vou reenquadrar-me.

**Presidente:** Agradecia que continuasse, Sra. Deputada.

**A Oradora:** O descontentamento da sociedade resulta em parte do ambiente de crise e austeridade (aí estamos de acordo!), mas o baixo rendimento dos mais carenciados nos Açores, mais não é do que uma confirmação da falência das políticas do PS.

**Deputado André Bradford (PS):** Não apoiado!

**A Oradora:** O CDS está atento à pobreza e está sensível e solidário com as dificuldades que os trabalhadores açorianos sentem. No entanto, não achamos que seja pela via do acréscimo de 2,5% do salário regional, que se resolvem os problemas da pobreza na Região.

Até porque, em relação aos fatores geradores de pobreza, como sejam o desemprego e a precariedade laboral (e agora corrija-me, Sr. Deputado, se três dos fatores indicados como geradores de pobreza não são o desemprego e a precariedade laboral),...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E o rendimento!

**A Oradora:** ... não só não são resolvidos com esta medida, como até tememos que sejam agravados devido à situação que as nossas empresas vivem atualmente.

O problema está na economia açoriana:

- na fragilidade do nosso tecido empresarial
- na dependência dos subsídios públicos
- na concorrência desleal do governo à iniciativa privada
- e no custo de vida elevado, porque elevados são tanto os custos de produção como os preços dos bens de primeira necessidade.

Sras. e Srs. Deputados:

Aquilo que os Açores precisam não é dum acréscimo ao salário mínimo regional, precisam é que o governo estimule a nossa economia, e por essa via fortaleça as nossas empresas para que nessas condições tenham a possibilidade de pagar e remunerar bem os seus trabalhadores.

Muito obrigada.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Grande confusão, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece esta minha primeira intervenção por um aparte.

No seguimento de intervenções anteriores à minha, gostaria de dizer, em abono da verdade, o seguinte:

Há jovens, que foram meus alunos na Universidade dos Açores, no Departamento de Filosofia em Ponta Delgada, que têm uma licenciatura e que estão a ganhar neste momento o salário mínimo regional.

Portanto, dizer que os baixos salários estão sempre associados às baixas qualificações é cada vez menos verdade.

Ainda num aparte dizer também que o desemprego, a precaridade e os baixos salários...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não pode falar do desemprego!

**A Oradora:** Sra. Deputada, agora é a minha vez de dizer que falarei do que muito bem entender.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Volto a dizer que o desemprego, a precaridade e os baixos salários não fazem compras, não jogam na bolsa, não dinamizam a economia interna. É este o aparte que queria fazer antes de entrar propriamente na matéria de facto. A matéria, de facto, já foi aqui variadíssimas vezes debatida, votada, dita, contradita e prende-se sempre, como tive oportunidade de dizer ainda no último plenário, com uma discussão e com uma questão eminentemente ideológica que é esta: a austeridade salva ou a austeridade mata!

Há quem dentro desta câmara e fora dela, em diversos partidos, defenda que a austeridade salva: a austeridade salva a economia, a austeridade salva o país, a austeridade salva as empresas, a austeridade salva a soberania do país, a austeridade salva tudo. Esta é a questão ideológica.

Deixei claro variadíssimas vezes e volto a fazê-lo:

Para o Bloco de Esquerda a austeridade mata e mata de uma forma mais do que mortal. Vejamos como e porquê:

De acordo com o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP, que pretende a alteração ao regime jurídico de atribuição do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida (fica-se cansado só de dizer o título), tudo isto resumido quer dizer que o PCP propõe que o acréscimo regional ao salário mínimo nacional passe de 5% para 7,5%.

A que é que isto corresponde, Sras. e Srs. Deputados?

Corresponde, para uma empresa e para um trabalhador que recebe este aumento, a 40 cêntimos por dia. É disto que estamos a falar. Não é de 1,000 euros por mês. Não é de 10.000 euros por mês. É de 40 cêntimos por dia.

Sabemos também, simultaneamente contas feitas, que esta medida, esta proposta do PCP, para cerca de 65% das empresas regionais, corresponderia a um impacto mensal entre 50 a 100 euros.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Essas contas...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É verdade! São pequenas e médias empresas!

**A Oradora:** Não é 1.000, não é 2000, não é 3.000, porque as nossas são micro, pequenas e médias empresas, sobretudo micro e pequenas empresas. Corresponde a um aumento mensal de custos entre 50 a 100 euros.

**Deputado Francisco César (PS):** Não, não!

**A Oradora:** É verdade.

Sabemos também que o Partido Socialista Açores afirma, e penso eu que reafirma, porque não se retratou (fê-lo recentemente nesta casa num documento, numa iniciativa legislativa que aqui foi votada pelos diferentes partidos) o seguinte:

“A subida do salário mínimo nacional significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa”.

Sras. e Srs. Deputados:

Aquilo que é verdade no Continente também é verdade nos Açores, ou seja, acréscimo marginal.

Diz ainda mais o Partido Socialista, e continuo a citar:

“Tendo em conta que o mote da economia portuguesa (e portanto, o motor da economia açoriana) é na verdade a procura interna, verifica-se que a sucessiva recusa, desde 2010, de subir o salário mínimo nacional, corresponde a mais recessão, a mais desemprego e a mais pobreza”.

Boca santa (Partido Socialista/Açores)!

O problema é que não bate a bota com a perdigota.

**Deputado Francisco César (PS):** Bate, bate! Basta ler o resto!

**A Oradora:** Não!

Se isto é tudo verdade, então o Partido Socialista não deveria ter a menor dúvida, em nome do emprego...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas o que é que a senhora disse depois?!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Essa parte já não interessa!

**A Oradora:** ... em nome da sustentabilidade das nossas empresas, que se não vendem, não resistem, em nome da economia interna, em aprovar esta proposta do PCP e de outros que já trouxeram a mesma proposta, ou parecida, no sentido do aumento do salário mínimo regional. Deveria aprová-la.

Faz exatamente o contrário. Essa é que é a contradição insanável do Partido Socialista.

**Deputado Francisco César (PS):** Não é! Basta ler a página seguinte!

**A Oradora:** E para aqueles que continuam a defender, legitimamente do ponto de vista ideológico (é isto que nos separa, a democracia é exatamente isto, é estarmos em campos diferentes e muitas vezes opostos da barricada), para aqueles que defendem que a austeridade salva, eu aconselho-vos a ver os resultados do Instituto Nacional de Estatística relativamente ao desemprego na Região, publicados a semana passada que dizem uma coisa tão simples como isto:

Em 2013, os Açores registaram a maior subida da taxa de desemprego do país, tendo subido 1,7 pontos percentuais, passando de 15,3 para 17%, ficando acima da média anual do país que se fixou em 16,3%.

Finalmente, há quem diga também nesta região, e o Bloco de Esquerda subscreve estas afirmações que não são suas, mas que poderiam ser, que a redução pontual do desemprego, no terceiro trimestre de 2013, é o resultado das medidas implementadas pelo Governo Regional, como seja os programas Estagiar L, T e outros que se iniciaram no último trimestre de 2013.

Ou dito de outra maneira:

Sras. e Srs. Deputados, se a austeridade salvasse e se o acréscimo ao salário mínimo regional não fosse essencial para a dinamização da nossa economia, esta notícia nunca viria na comunicação social açoriana, esta notícia nunca faria parte dos dados do Instituto Nacional de Estatística.

Portanto, façam-me um favor e peço-vos:

A ladainha de que coitados dos trabalhadores que ganham pouco mas agora não é o momento para os aumentar; coitadas das empresas que estão a ir à falência porque não vendem, mas agora não podemos dar dinheiro aos trabalhadores para eles comprarem; coitada da nossa economia que está a definhar mas agora nós vamos continuar a não fazer coisa nenhuma objetiva e conseqüentemente para as salvar, são lágrimas de crocodilo, como já aqui foi dito, que não têm conseqüência rigorosamente nenhuma.

Apenas fazem uma coisa: afirmar a teimosia ideológica e neoliberal de que o dinheiro tem que passar sempre dos bolsos de quem já tem pouco para os bolsos daqueles que já têm demais.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Isto é uma matéria que, se bem me lembro, foi discutida umas quatro ou cinco vezes e continuará a ser, com certeza.

O que iria dizer é que pode até nem ser uma matéria suficientemente debatida. Não é isso que está em questão.

Agora foi uma matéria que discutimos, embora não no âmbito de um Projeto Decreto Legislativo Regional, mas no âmbito de uma petição, legitimamente apresentada e exercendo o direito de cidadania por um conjunto de peticionários, nem sequer há um mês.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E vai continuar a ser!

**O Orador:** Os termos em que ocorreu o debate, naturalmente não tiveram nenhuma alteração. Não houve nenhuma alteração, desde há um mês, que leve a

que possamos, neste momento, ter aqui uma posição diferente relativamente àquilo que aconteceu.

Lembro que, da parte do PSD/Açores, eventualmente no dia 14 ou 15 de janeiro, não me lembro exatamente o dia, referiu algo que é consensual a todos nós que estamos aqui em defesa dos Açores e dos açorianos. É que queremos para os açorianos o melhor que eles possam ter e queremos, designadamente, que os açorianos tenham o volume de rendimento necessário para conseguir satisfazer as suas necessidades. Isso é inquestionável.

Portanto, como fim último e desde que as condições o permitam, é isso que todos queremos que aconteça, é para isso que todos aqui desenvolvemos a nossa atividade.

Só que vivemos uma situação que não é fácil, e, julgo eu também, que por parte dos 57 deputados que se sentam nestas bancadas, é unânime a ideia de que a situação vivida pela economia açoriana, independentemente agora daquilo que o motivou (não é isso que está agora em questão) é uma situação que não é fácil para as pessoas, é uma situação que não é fácil para as empresas.

Por isso há que definir um conjunto de medidas – e nós estamos todos aqui para ajudar na definição de medidas – que permitam que se ultrapasse o mais rapidamente possível uma situação que está a ser madraستا, diria assim, para os açorianos, madraستا para as pessoas, madraستا para quem no seu dia-a-dia tenta sobreviver ou tenta viver da melhor forma possível.

A isso chama-se a capacidade das pessoas terem rendimentos para satisfazer as suas necessidades, para satisfazer aquilo que lhes é necessário para sobreviverem. Chama-se a isso exercer uma determinada atividade para que daí resulte receber rendimentos.

Relativamente a quem está a receber o salário mínimo, recebe um determinado número de rendimentos que todos queremos que seja maior, que todos

queremos que seja ampliado por forma a melhor resolver os problemas das pessoas.

Mas há gente, muita gente, muitos açorianos que nem sequer têm a oportunidade de exercer uma determinada atividade, de ter um emprego para que daí resulte rendimentos que lhes permita satisfazer as necessidades.

Então aqui somos colocados, somos confrontados com duas questões.

É engraçado que a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu um conjunto de pessoas, não exatamente com os termos...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E o desemprego!

**O Orador:** Não! No final não referiu.

Referiu todos aqueles que recebiam, porque é preciso termos cuidado com aqueles que menos recebem.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Que não comprem!

**O Orador:** É fundamental melhorar os seus rendimentos, mas eu diria que primeiro que tudo, aquilo que é prioritário, e para nós é prioritário, é resolvermos os problemas das pessoas que não têm emprego. É para aí que devem ser dirigidas todas as energias.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Exatamente! É por aqui!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Também é por esta via!

**O Orador:** Por isso, só quando tivermos uma situação em matéria de emprego que se possa considerar como de oportunidade para as pessoas, só quando as pessoas voltarem a ter esperança no sentido de terem um emprego e a partir daí conseguirem satisfazer melhor as suas necessidades e das suas famílias, nessa altura vamos pensar, numa segunda fase, em dar maiores possibilidades, em dar maiores oportunidades a quem está a trabalhar.

Primeiro, neste momento (é a nossa prioridade e infelizmente mesmo depois dos dados que a senhora invocou relativos ao último trimestre do ano a situação não se alterou), a situação mantém-se preocupante, e é para esses 21 mil



açorianos, que constam dessa publicação que a senhora está a falar, que devemos dirigir as nossas prioridades.

Temos que nos preocupar com quem está numa situação mais fragilizada e quem está em situação mais frágil,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** São os desempregados!

**O Orador:** ... quem está em situação mais débil, é quem não tem um único cêntimo em termos de rendimento.

Por isso, os outros com quem também nos preocupamos, com quem temos como objetivo aumentar o seu nível de rendimentos, terão que esperar por um momento que seja mais oportuno. Tenho a certeza que essas próprias pessoas que vivem ao lado de uma pessoa que está desempregada, seguramente olham para o lado e dizem: aquela pessoa que vive na casa ao lado está numa situação pior do que eu.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Triste país! Quem ganha 400 e poucos euros está numa situação melhor! Triste país, Sr. Deputado!

**O Orador:** Quem cria emprego são as empresas, quer os senhores queiram, quer não. Invoquem o neoliberalismo ou quaisquer correntes ideológicas que os senhores queiram. Agora, aquilo que os senhores não podem fazer e aquilo que nós não fazemos é esquecermos que existe uma classe muito mais martirizada de açorianos, que são aqueles que estão desempregados.

Enquanto isso acontecer, da parte do PSD/Açores teremos sempre uma maior preocupação por esses.

A partir desse momento, mais uma vez pela quarta ou quinta vez, e tantas vezes quantas as que forem necessárias, aqui estaremos para debater esta questão.

Esperemos que chegue ao momento em que poderemos debater esta questão com a perspetiva de chegarmos ao final e termos uma posição diferente, porque aí significará que os Açores partiram para um estádio mais favorável, mais risonho, de maior oportunidade.

Nessa altura estaremos aqui para contribuir, para melhorar os rendimentos dos açorianos.

Neste momento consideramos que fazê-lo seria dramático para as pessoas que se encontram desempregadas.

É para essas que devemos dirigir as nossas energias.

Por isso mais uma vez, embora nas petições não seja isso que está em causa, não podemos dar o voto favorável à iniciativa do PCP.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta matéria tem sido discutida neste plenário, em várias situações, e o Partido Socialista tem mantido aqui a sua postura em relação a esta matéria.

O Partido Socialista é a favor do aumento do salário mínimo nacional. Para isso propôs aqui, e ainda há pouco foi referido o dia da apresentação dessa proposta, o aumento do salário mínimo nacional e as vantagens que isso traz à economia nacional.

Por isso temos e mantemos a nossa postura. Somos a favor do aumento do salário mínimo nacional. Não temos um discurso em Lisboa e um discurso nos Açores.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mantemos a nossa postura e o nosso raciocínio.

Se nós aumentarmos o salário mínimo nacional, estaremos a dinamizar mais a nossa economia, a economia nacional e a economia que serve de referência à economia açoriana.

Por isso, Srs. Deputados, não podemos em Lisboa dizer aumente-se a austeridade, corte-se nos apoios sociais, corte-se em tudo e chegar aos Açores e ter um discurso completamente diferente, dizer que a culpa da situação

económica que vivemos é do Governo do Partido Socialista que em nada contribui para este desígnio que a direita tem pela austeridade, pela austeridade, pela austeridade.

Por isso, Srs. Deputados, aqui iremos manter essa postura. Não queremos colocar em causa a competitividade das nossas empresas e do setor exportador açoriano, que precisa de manter o bom desempenho que tem tido em alguns setores. Mantemos as nossas exportações.

Por isso, Srs. Deputados, o que o Partido Socialista continuará a defender é o aumento do salário mínimo nacional para que a nossa economia volte a crescer, para que o país volte a crescer e para que os/as açorianos/as também recuperem o poder de compra que lhes está a ser retirado por políticas excessivas de austeridade.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Se o Governo Regional pagasse o que deve às empresas, talvez não houvesse tanto desemprego!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Essa cassete já está gasta!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E enquanto não gastar continuaremos a dizer!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta matéria o PPM mantém a sua posição em relação a esta questão.

Os argumentos sobre esta matéria já foram aduzidos por quatro ou cinco vezes.

Consideramos que neste momento o contexto e conjunto de argumentos que tivemos oportunidade de apresentar se mantêm válidos.

Nesse sentido a nossa posição será a mesma em termos de votação desta iniciativa do PCP.

Devo dizer que há duas coisas com que concordo no âmbito do discurso que o Sr. Deputado do PCP fez.

Uma, é a enorme preocupação em relação ao crescimento do desemprego.

É evidente que as políticas que estão a ser desenvolvidas por parte do Governo Regional não estão a ter resultados positivos.

Continuamos a ter um aumento mais elevado e continuamos a fixar-nos em resultados mais elevados que o resto do país, em relação ao desemprego.

Neste sentido, isto é evidentemente uma batalha que este Governo Regional está a perder.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas o Governo Regional perdeu a batalha?

**O Orador:** Devo dizer também que em relação ao crescimento económico, é outra batalha que o Governo Regional está a perder.

Quando se fala em Via Açoriana, o que se espera é que se tenham resultados diferentes.

O que estamos a observar em relação à Via Açoriana que nos é proposta por parte do Governo Regional e do Partido Socialista é que esta Via Açoriana está a ter resultados ainda piores que aqueles que são registados pelo Governo da República.

Esta é de facto uma coincidência em relação ao diagnóstico que é feito por parte do Sr. Deputado do PCP.

No entanto, é evidente que na nossa perspetiva, a medida que é proposta não é uma medida que possa ter um impacto a nível do combate do desemprego.

Consideramos que as nossas empresas se encontram em situação de uma grande fragilidade e adotar esta medida fora do contexto nacional é provocar problemas acrescidos ao nosso tecido empresarial, é criar-lhes mais dificuldades e, no fim, a receita pode ter exatamente um resultado contrário daquilo que é proposto e

que o PCP pretende obter, ou seja, pode provocar mais desemprego e menor crescimento económico.

Portanto, na nossa perspetiva, embora este resultado seja um resultado desejável, só é possível propor esta medida no âmbito do contexto nacional, em que o país o faça no seu conjunto. No âmbito do crescimento económico é desejável e no âmbito do combate ao desemprego em que é necessário obter outro tipo de resultados.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vou dar agora a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares. Tem cerca de dois minutos.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de, de alguma maneira, dar eco/fazer eco das invetivas do Sr. Deputado António Marinho (invetivas no sentido democrático do termo, no sentido do debate democrático que aqui estamos a fazer).

Queria dizer-lhe apenas o seguinte, uma coisa muito curta: é precisamente porque nos preocupamos com os oficialmente 21 mil desempregados/as desta Região (oficialmente, porque os sindicatos falam em mais de 35 mil, se formos espreitar por baixo do tapete onde estão escondidos vários desempregados), mas é exatamente Sr. Deputado porque nos preocupamos com eles, que defendemos uma de duas coisas:

Ou as nossas empresas vendem os produtos e os serviços que têm e que são a sua razão de existir, ou então vão à falência. Depois de irem à falência despedem e depois de despedir juntam mais desempregados aos 21 mil que já existem.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Será que é tão difícil compreender isto?!

**Deputado Berto Messias (PS):** O desemprego tem tudo a ver com o salário mínimo regional!

**A Oradora:** Isto é uma “pescadinha de rabo na boca” que uma criança da 4ª classe, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, é capaz de compreender.

Os bolsos vazios não compram; se não compram, as empresas não vendem; se as empresas não vendem vão à falência, se vão à falência despedem. Depois, lá está o Sr. Deputado preocupado com o número de desempregados que existe na Região Autónoma dos Açores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade!

**Deputado Francisco César (PS):** A Sra. Deputada tem noção do que se passa no Continente?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Deputado, eu estou aqui para defender os Açores! Fui eleita pelos Açores!

**A Oradora:** Não é por aí, como aliás está provado, porque, Sr. Deputado, se fosse, esta era uma das melhores regiões do país, porque o acréscimo ao salário mínimo nacional não existe. Portanto, é aquilo que é e ponto final.

As empresas têm apoios que são o dobro ou o triplo daquelas que têm no Continente.

Tudo é um paraíso.

**Presidente:** Agradeço que abrevie, Sra. Deputada.

**A Oradora:** No entanto, o desemprego continua a subir. O que é que isto prova? O que é que isto prova também, Sr. Deputado António Marinho?

É que a sua política de austeridade, do temos que esperar que sejamos todos ricos para aumentarmos o salário dos pobres, é uma treta e não salva coisa nenhuma.

Para terminar, disse e afirmo: há uma contradição e há uma incoerência insanável no discurso do Partido Socialista Açores, que é defender o aumento

do salário mínimo nacional e recusar-se a fazê-lo relativamente ao salário mínimo regional.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Os senhores podem explicar como quiserem, mas a contradição está lá e os/as senhores/as não têm maneira de sair disso.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Mais uma vez digo também ao Partido Socialista dos Açores o mesmo que acabei de dizer ao Deputado António Marinho: se aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo nacional...

**Presidente:** Sra. Deputada, tem mesmo de terminar.

**A Oradora:** Vou terminar, Sra. Presidente.

... salvasse a nossa economia, salvasse as nossas empresas, salvasse os nossos trabalhadores do desemprego,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É verdade, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... nós não eramos a Região do país, ainda a semana passada, onde o desemprego mais subiu.

**Presidente:** Sra. Deputada, tem mesmo de terminar. Já ultrapassou o seu tempo em larga medida.

**A Oradora:** Portanto, alguma coisa não bate certo no vosso discurso, alguma coisa não bate certo na vossa argumentação.

Muito obrigada, Sra. Presidente, pela sua paciência.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a tentação que este debate poderá provocar nas Sras. e nos Srs. Deputados.

Eu percebo que o que refere o Bloco de Esquerda, a tentação de dizer que o Partido Socialista está em contradição, quer lá fora...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não é uma tentação! É uma constatação!

**O Orador:** Sra. Deputada, deixe-me fazer a intervenção. Depois pode fazer os seus comentários.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas os apartes não são regimentais?!

**O Orador:** Eu percebo a tentação.

Dizer que o Partido Socialista é a favor do aumento do salário mínimo lá fora e contra o aumento do acréscimo salarial nos Açores.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E é mentira?

**O Orador:** Isto dito assim é muito bonito para a televisão.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Eu acho horrível!

**O Orador:** O facto é que há uma justificação.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não há, não!

**O Orador:** É que numa situação de competitividade entre as empresas regionais e as empresas do Continente, o que nós estamos a criar é uma desvantagem competitiva das empresas regionais em relação às empresas do Continente, ou seja, no país passamos a ter empresas que o custo do trabalho...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** É bastante difícil fazer a intervenção, mas eu vou tentar.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não vamos entrar em diálogo enquanto um colega faz a sua intervenção.

Sr. Deputado Francisco César faça o favor de continuar.

**O Orador:** Muito obrigado. Eu percebo.



O que passamos a ter com a proposta do PCP é, no país, uma desvantagem competitiva, ou seja, uma empresa com o custo do trabalho mais alto a competir com uma empresa do Continente com o custo do trabalho mais baixo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é uma utopia!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Utopia é dizer uma coisa lá fora e outra aqui dentro!

**O Orador:** É isso que nós queremos evitar.

Queremos que se houver um aumento do salário mínimo este seja para todos. Portanto, não haja nenhuma empresa prejudicada por causa disso e em relação a outra.

Mas eu percebo o raciocínio do Bloco de Esquerda e do PCP. Acontece que é uma argumentação que sustenta a posição do Partido Socialista.

Temos a seguir dois partidos, temos o PSD e temos o CDS, incomodados com a proposta...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Oh! Incomodadíssimos!

**O Orador:** ... porque não são a favor do aumento do salário mínimo, nem nos Açores, nem no Continente. Tentam divergir o assunto. Do que é que vêm falar?

Vêm falar do desemprego. Vêm falar do desemprego utilizando e fazendo uma leitura das estatísticas e falando dos programas de emprego do Governo dos Açores.

Importa desmentir e esclarecer o trabalho que tem vindo a ser realizado pelo Governo dos Açores, pelas empresas e pelos trabalhadores dos Açores, nestas áreas.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, o quê?

**O Orador:** Em primeiro lugar, não é verdade que no último trimestre o desemprego nos Açores tenha subido. Desceu!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E a população ativa?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Desceu cerca de 0,4 pontos percentuais.

É o que gostaríamos?

Não é!

Estamos satisfeitos?

Não estamos!

Mas é um facto que o desemprego nos Açores desceu no último trimestre.

Nós ambicionamos mais e trabalhamos para baixar ainda mais esta taxa, porque um desempregado é o foco principal da atenção desta bancada e do Governo do Partido Socialista.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, mas a taxa em si é um indicador de estatísticas.

Temos que trabalhar neste âmbito, a dois níveis: em primeiro lugar, promovendo na economia a geração de emprego. Basta ver a Agenda para a Competitividade do Governo dos Açores, que tem vindo a criar condições para se poder gerar emprego. E aqui vamos comparar com o Continente.

Nos Açores têm vindo a ser criados postos de trabalho.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem?!

**O Orador:** Sabe, a população ativa nos Açores tem vindo a subir.

Sabe que no Continente, governado pelo Governo do CDS e do PSD, a população ativa diminui ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E nos Açores também!

**O Orador:** ... em cerca de 102 mil.

Cerca de 102 mil pessoas fugiram do país por não conseguir emprego.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Só no Continente é que há emigração, nos Açores não há!

**O Orador:** Nos Açores, a população ativa subiu em 2013 cerca de 1,1%.

Sabemos que há dificuldades, mas estamos a trabalhar, estamos a investir na fileira da madeira, estamos a investir nas novas tecnologias, com a Agenda Tecnológica.

Temos vindo a trabalhar para recuperar as dificuldades que os Açores estão a passar.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sabemos, e os açorianos sabem, que essas transformações não se fazem de um dia para o outro. Sabem que essas são transformações que levam tempo.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Já lá vão 17 anos!

**O Orador:** O fomento económico leva tempo. A intervenção do Estado na economia para ajudar as empresas demora tempo.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O PS governa nos Açores há 17 anos!

**O Orador:** Estamos com esperança de que este seja um ano em que a economia possa recuperar.

Mas também não esquecemos que temos que intervir nas famílias que estão com dificuldade. Não esquecemos que temos que intervir naqueles desempregados que em virtude das suas qualificações têm mais dificuldade do que outros para obter emprego.

Temo-lo feito. Temo-lo feito com programas de requalificação desses desempregados, com programas que visam dar novas qualificações, reorientá-los naquilo que são as suas competências para que possam estar mais adequados à pouca oferta que ainda o mercado do trabalho pode dar.

Mas nós também sabemos que há muitos desempregados que hoje já nem sequer recebem o subsídio de desemprego...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Pois não!

**O Orador:** ... porque os dois partidos que estão aqui, na Assembleia da República, diminuíram...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... o acesso das famílias com desempregados ao subsídio de desemprego.

Hoje, há muita gente que não tem rendimento nenhum. O Estado esqueceu-se deles, quando estão desempregados.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E a Região?

**O Orador:** Este Governo dos Açores e esta bancada, com muito orgulho, não criaram “pensos rápidos” para ajudar as famílias. Não! Nós estamos a dar rendimento às famílias para que possam ultrapassar as dificuldades, para que possam cumprir os seus compromissos mais básicos.

Temos orgulho de ser socialistas! Tentamos trabalhar na economia, estruturar a economia, dar qualificações aos desempregados, ao mesmo tempo que os ajudamos a ultrapassar as dificuldades.

Esse tem sido o trabalho do Partido Socialista e é este o trabalho que vamos continuar a fazer nos Açores.

Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O carnaval é para a semana ou começou hoje?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tecer algumas considerações sobre a argumentação que entretanto aqui tem sido dirimida contra esta iniciativa do PCP, desde logo, a posição do CDS-PP, apresentada pela Deputada Graça Silveira. Julgo que as afirmações que fez resultaram do desconhecimento da realidade e não da má-fé.

Aliás, a Deputada Zuraida Soares já teve oportunidade de informar de que não são apenas os trabalhadores com menos qualificações académicas e profissionais que auferem vencimentos baixos, designadamente o salário mínimo regional, neste caso, com acréscimo, visto que é do acréscimo que estamos a falar.

Sra. Deputada Graça Silveira, se quiser ser esclarecida...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... dê-me apenas um bocadinho de atenção.

Sra. Deputada, a questão do aumento do acréscimo ao salário mínimo regional faria com que os salários tivessem repercussões em termos das carreiras e isto levaria a um aumento do salário de outros trabalhadores. Mas isso certamente V. Exa. e o seu líder terão oportunidade de perceber isto mesmo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já percebi, Sr. Deputado!

**O Orador:** Já percebeu? Ainda bem! Eu depois tenho mais uns considerandos para o CDS-PP, mas ficarão para uma outra intervenção.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não se acanhe! Faça favor!

**O Orador:** Ficam! Ficam para uma outra intervenção.

Relativamente à argumentação do PSD é evidente que ela é conhecida. Diria que hoje o Deputado António Marinho nem sequer precisou de ligar a cassette, ou percorrer a cassette toda, mas apenas um pedacinho, visto que tinha tido uma discussão há um mês e remeteu a argumentação para essa altura, mas a verdade é esta, Sr. Deputado António Marinho.

O senhor tem que perceber uma coisa. O Grupo Parlamentar do PSD, o CDS-PP e o PS têm que perceber uma coisa:

O acréscimo ao salário mínimo regional foi instituído no limiar...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para quê?

**O Orador:** ... do séc. XXI.

Qual era o seu fundamento?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Era compensar, por esta via, os custos da insularidade.

Entretanto encontraram-se outras soluções para compensar os custos da insularidade.

Pois bem, passados que são 14 anos, depois da instituição do acréscimo ao salário mínimo regional....

**Deputado Francisco César (PS):** Os custos da insularidade aumentaram ou diminuíram?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Aumentaram!

**O Orador:** ... o que se verifica é o seguinte:

**Deputado Francisco César (PS):** Prove isso!

**O Orador:** Querem ser esclarecidos ou não querem?

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

**O Orador:** Passados 14 anos depois da instituição do acréscimo ao salário mínimo regional, o que se verificava, por exemplo, no início de 2012, era que a diferença entre a média de rendimento dos trabalhadores dos Açores e a média

do rendimento mensal dos trabalhadores do Continente era, nos Açores, 762 euros e no Continente 808 euros (isto no princípio de 2012).

Isto quer dizer que ao fim de 13 anos de instituição do acréscimo ao salário mínimo regional, os tais 5% que agora pretendemos que passem para 7,5% não tinha resolvido o problema. Os trabalhadores dos Açores ganham substantivamente menos, em média, do que os trabalhadores do Continente.

Sabendo-se que o custo de vida na Região é superior ao do Continente, quer dizer que os trabalhadores na Região vivem em condições muito precárias em termos de rendimento, mesmo aqueles que estão a trabalhar e, portanto, com pouco rendimento disponível para consumir.

Não tenhamos nenhuma ilusão.

O Deputado Francisco César, há pouco, referia que o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional retirava competitividade às empresas regionais.

**Deputado Francisco César (PS):** E não tira? Isto no Continente é óbvio!

**O Orador:** Mas a verdade é que mais de 90% das empresas na Região não trabalham para a exportação, trabalham para o mercado interno.

Se trabalham para o mercado interno não há aqui nenhum problema...

**Deputado Francisco César (PS):** Não?!

**O Orador:** ... em termos da competitividade das empresas da Região.

**Deputado Francisco César (PS):** Não?!

**O Orador:** Não!

Sras. e Srs. Deputados, eu referi a diferença no início de 2012. A média de rendimento dos trabalhadores açorianos era 762 euros por mês e no Continente 808.

No fim de 2013, a média do rendimento mensal dos trabalhadores açorianos era de 757 euros (inferior ao início de 2012) e no Continente era de 810.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É a fileira da madeira!

**O Orador:** Não, não!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É o desemprego!

**O Orador:** A questão é a seguinte:

É que isto está efetivamente relacionado com o desemprego (está!), porque como temos aqui menos rendimento disponível, temos menos consumo, isto leva à insolvência das empresas e a insolvência das empresas tem como consequência o desemprego. Portanto, é evidente que isto está relacionado com o desemprego.

Esta medida visa, ao contrário do que diz o PSD, o CDS-PP e o PS também o diz, promover o emprego, porque a grande maioria das empresas açorianas trabalha para o mercado interno.

Se as/os açorianas/os, se os trabalhadores e as famílias não têm rendimento disponível para garantir o consumo, é evidente que só pode ter um resultado, que é o aumento do desemprego.

A verdade é esta: se estes números não chegam para justificar a necessidade, independentemente do salário mínimo nacional ter de aumentar, de aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo nacional, é porque nós não atingimos aquilo que queríamos com o acréscimo ao salário mínimo regional.

O fosso de rendimento da média mensal entre os trabalhadores dos Açores e os trabalhadores do Continente acentuou-se, designadamente nos últimos anos. Aliás, nunca estive perto...

*(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à câmara)*

... (cor-de-rosa no Continente, azul nos Açores), estive sempre muito distante. Agora o fosso acentuou-se. Esta tabela é do Instituto Nacional de Estatística. É muito fácil de encontrar.



O objetivo para que foi criado o acréscimo regional ao salário mínimo nacional nunca foi conseguido. Foi elevar o rendimento dos trabalhadores açorianos para a convergência com a média do rendimento mensal dos trabalhadores do Continente com os trabalhadores do resto do país.

Portanto, alguma coisa tem que ser feito.

O salário mínimo é necessário ser aumentado? É sim senhor.

O acréscimo ao salário mínimo, na Região, é necessário ser aumentado? É sim senhor, porque nós não conseguimos atingir o desiderato para que ele foi criado.

Portanto, julgo que é fundamental que o Partido Socialista perceba uma coisa: A Agenda para a Criação do Emprego e Competitividade, em si mesmo, sendo um instrumento importante, não é suficiente. É preciso uma medida deste tipo. É preciso aumentar o rendimento disponível das famílias açorianas. Aliás, a comprovar isso mesmo está aqui uma medida que foi aprovada por unanimidade por este Parlamento que foi a remuneração complementar.

Senão vejamos:

Era uma medida de justiça? Era sim senhor!

Mas não foi só isso. Aquilo foi uma medida de apoio indireta à economia regional, manter o nível de rendimento dos trabalhadores da Administração Pública Regional de modo a que não houvesse uma quebra no consumo.

Portanto, não foi só por uma questão de justiça, não foi só para fazer a diferença, não foi só para diferenciar do Continente. Foi uma medida, ainda que indireta, de apoio à economia, e esta é também uma medida de apoio indireta à economia.

Como já foi dito aqui o custo do aumento de 5 para 7,5%, o custo médio para a maioria das empresas açorianas, situa-se entre os 50 e os 100 euros, para todos os trabalhadores da empresa.

O que é que isso significa nos custos da empresa? Que significado é que isto tem? Que significado é que isto tem para as famílias?

Faz toda a diferença! Chega para pôr pão e leite na mesa dos cidadãos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção do Sr. Deputado Francisco César fiquei com algumas dúvidas. Se o Sr. Deputado pudesse ouvir a questão que lhe tenho para colocar ... São duas perguntas, diretamente ao Sr. Deputado e vou colocar na mesma.

Argumentou que o acréscimo regional seria um contributo para a falta de competitividade das empresas açorianas. Percebi bem? Que se houvesse um acréscimo perdiam competitividade.

Então pergunto-lhe: o salário mínimo regional é igual ao salário mínimo nacional?

**Deputado Berto Messias (PS):** Ó senhora, comparativamente às empresas nacionais!

**A Oradora:** Quem é que fez o aumento ao salário mínimo regional?

Isso contribui para uma falta de competitividade das nossas empresas açorianas?

**Deputado Francisco César (PS):** A senhora sabe para que é que foi criado o acréscimo?

**A Oradora:** Estou a colocar-lhe uma questão que vai ter a possibilidade de me responder.

Depois, pergunto-lhe: quais são as taxas de desemprego, hoje, na Região e no Continente (hoje!)?

Disse que há um aumento da população açoriana. Eu não sei onde é que aprendeu a fazer contas, mas se aumenta a população e o número de desempregados mantém-se, a taxa supostamente deveria diminuir.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** A taxa não é em função da população!

**A Oradora:** Mas foi uma argumentação utilizada pelo Sr. Francisco César, que eu gostaria que me esclarecesse. Ou eu percebi mal?

Se eu percebi mal pode corrigir-me!

As questões mantêm-se e são lhe colocadas.

Eu posso ter percebido mal a sua argumentação e vai ter oportunidade de me explicar.

Já agora, qual é a evolução da taxa de desemprego nos últimos 10 anos na Região, de 2004 a 2014? Gostaria também que me esclarecesse.

Muito obrigada.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** 2014?!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que a posição do PSD se mantém coerente desde há muito tempo. Portanto, não vou voltar a explicar a posição do PSD. Ela é clara. Pode não haver concordância por parte de todos, o que é natural, por isso estão aqui vários partidos representados em que cada um tem determinadas linhas programáticas e tem uma determinada linha ideológica.

Portanto, há questões que são insanáveis, digamos assim. Há questões que são de modelo, questões de sociedade, daquilo que cada um quer em termos da sociedade. A questão não se vai colocar.

Eu diria que (era um pouco esta questão) estarmos a aumentar o salário mínimo, ou o acréscimo ao salário mínimo, como é o caso vertente, para que as empresas possam vender mais, para haver maior consumo e para que assim não haja desemprego, é um bocadinho o ovo e a galinha.

Há uma questão que é indubitável: há 21 mil açorianos nos Açores que estão desempregados e temos que dar prioridade para resolver os problemas que estão em situação mais frágil.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** O senhor está a falar para o Telejornal ou quer resolver o problema dos Açores?

**O Orador:** Não vou dizer mais, Sra. Deputada, porque a senhora já não tem tempo e penso que aqui não é o espaço para estarmos a fazer a discussão doutrinária...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É, é!

**O Orador:** ... a discussão ideológica.

Estamos aqui para discutir as pessoas.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É coisa que o senhor não está a conseguir!

**O Orador:** O PSD, aqui, vai, em primeiro lugar, discutir os problemas dos açorianos e das pessoas. São esses que nos preocupam, não são as ideologias.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Duas ou três considerações e a questão, de alguma forma, também se enquadra naquilo que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires: estamos distantes ideologicamente. É legítimo que estejamos.

Estamos aqui, todos, de forma legítima, defendendo os açorianos, em geral, e naturalmente, tendo beneficiado do apoio de alguns açorianos para aqui estarmos. Por isso temos que dar respostas e é isso que fazemos.

Duas ou três considerações relativamente ao incómodo que o Sr. Deputado Francisco César dizia, com que o PSD ficava e o CDS (creio que também disse). Não estou nada incomodado, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Não?

**O Orador:** Nada! O PSD nunca estará incomodado quanto estiver aqui a defender as pessoas. E nunca estará incomodado quando souber que existe um problema grave nos Açores, que é o desemprego elevado, e tentar que esse desemprego elevado seja amaciado nos próximos tempos passa por dar mais rendimento aos açorianos. Nunca, nunca, nos sentiremos incomodados quando estivermos a defender isso. Portanto, não há nenhum incómodo.

Mais digo, quando à questão do cá e do lá: se for aqui o acréscimo, não o defendemos; defendemos se for o aumento do salário mínimo nacional. Eu penso que podemos defender ambos até, quando for o momento.

Alguns é que achavam a uma determinada altura que era cá e lá. Depois, a determinada altura, como por obra e graça do acaso, deixaram de dizer: não, não! Cá não! Mas se for o aumento do salário mínimo lá fora, aí já consideramos que sim.

É que, antes, o Partido Socialista pensava exatamente como o PSD. Há um ano e meio, antes do Secretário-Geral do Partido Socialista, o vosso camarada António José Seguro, falar nisso a primeira vez, também o PS defendia que era cá e lá.

Não sei por quê. Os senhores saberão obviamente o porquê e legitimamente podem mudar de opinião.

Se calhar o PSD também mudará de opinião quando for o caso. Quando a situação estiver melhor em termos de desemprego, seguramente que o PSD vai defender maior aumento de rendimento, designadamente por via do acréscimo da remuneração mínima mensal garantida (mas não só) ou por outras vias que aumentem os rendimentos.

Uma última referência:

Quando se falou na questão do desemprego, muito sinceramente eu lamento (e o PSD lamenta!) que se fique contente, que se fique satisfeito ...

**Deputado Francisco César (PS):** Mas quem é que disse que está contente?

**O Orador:** O senhor ainda não sabe o que é que eu vou dizer, como é que já está a indignar-se?

Eu ainda não disse nada e o senhor já está indignado.

**Deputado Francisco César (PS):** Eu já sei o que vai dizer!

**Deputado Berto Messias (PS):** Que azia!

**O Orador:** Eu lamento profundamente que haja alegria quando nós, no final do 4º trimestre do ano,...

**Deputado Francisco César (PS):** Ah! Está a ver!

**O Orador:** ... tínhamos praticamente 21 mil desempregados (20.916) e um ano antes, no trimestre homólogo, que é aquilo que manda a seriedade fazer, tínhamos 18.418 desempregados. No espaço de um ano houve mais 1.500 desempregados nos Açores. Isto não é motivo para satisfação. Isto é motivo para maior apreensão.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Por isso, compreendo (e de que maneira compreendo!) as manobras de diversão que acabaram por ser feitas, depois. Já foram feitas, aliás, há 3 meses com a população ativa, mete um número dali, desce 1,4% ali, aumenta acolá. Há mais 1.500 desempregados. A seguirmos a média anual, há mais 2.000 desempregados entre 2012 e 2013. É isso que nos preocupa.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** E quantos empregados temos?

**O Orador:** Essas manobras de diversão que terminaram com uma repentina viagem da Horta até Lisboa... Sr. Deputado, apanhe rapidamente o voo de regresso, volte à Horta e pense nos açorianos que estão desempregados, porque esses é que são matéria para a nossa preocupação.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, quero apenas relembrar que a Mesa tem dado liberdade a todas as bancadas para usar a sua argumentação e para poderem defender as suas teses, mas não nos devemos centrar exclusivamente no debate sobre o desemprego, porque não é sobre ele que estamos a tratar. Portanto, independentemente de podermos estar aqui todos para esclarecer, lembraria que não é esse o motivo que nos traz a este ponto da Agenda da Reunião.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Presidente, deixe-me dizer o seguinte:

Em relação a esta matéria, a partir do momento em que o proponente apresenta uma série de argumentos nos quais inclui o desemprego, é evidente que depois somos obrigados a rebater essa tese, porque senão é impossível fazer um debate na medida em que são apresentados argumentos no âmbito da produtividade, do desemprego...

**Presidente:** É o que a Mesa tem permitido fazer. A Mesa tem permitido que todos utilizem esse argumento.

**O Orador:** Com certeza.

**Presidente:** Só estou a lembrar que não centremos o nosso debate exclusivamente sobre este argumento.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Presidente, o que eu estou a tentar referenciar é que é impossível não rebater o conjunto de argumentos que são apresentados. Se alguns argumentos para justificar esta medida são referenciados, temos depois que os referenciar.

Sr. Deputado, ouvi com muita atenção a sua teorização económica.

O Sr. Deputado, em 6 anos que estou a assistir e a participar nestas sessões parlamentares, nunca foi tão longe na sua teorização económica.

Eu acho que apresenta um conjunto de factos, que são verdade, mas chegou às conclusões erradas, na minha perspetiva.

Quero fazer-lhe uma pergunta muito concisa, Sr. Deputado. Quero perguntar se existe ou não existe concorrência no mercado interno açoriano?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ih! Toma!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desculpe-me, Sra. Deputada Graça Silveira, mas os dados que eu dei estão corretos. É muito simples:

Quando a população ativa desce, é provável que haja menos gente à procura de emprego. Portanto, se baixa a população ativa, é natural que a taxa de desemprego, mesmo que não se crie nenhum emprego, baixe.

Se a população ativa aumenta, é natural que o desemprego suba.

Então agora vou dar-lhe o meu ponto de vista.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah! O seu ponto de vista! Está bem!



**O Orador:** Se no Continente fogem cerca de 100 mil pessoas do país porque não arranjam emprego, é natural que, mesmo que haja alguma criação de emprego, haja menos gente à procura de emprego.

Nos Açores, a população ativa subiu. Portanto, é natural que tenha subido.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Aonde?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Até o Governo ficou atrapalhado agora!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor ainda não chegou à Horta!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está a apanhar uma turbulenciuzinha aí!

**O Orador:** Sra. Deputada, também é verdade, e convém que se esclareça aqui que ninguém, nesta bancada, está satisfeito com os resultados do desemprego.

Nós não tivemos nos últimos meses boas notícias em termos de emprego.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Meses? Anos!

**O Orador:** Mas há um facto: no último trimestre o desemprego desceu.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** No último trimestre o desemprego desceu 0,4 pontos percentuais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Como?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Diga lá a população ativa!

**O Orador:** Este é um facto.

Sra. Deputada, estamos mais felizes pelo facto de ter baixado, do que ter subido.

Sra. Deputada, mais uma coisa:

A senhora referiu qual tem sido o comportamento das estatísticas do desemprego, desde 96 até 2014.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não, não! 2004!

**O Orador:** Primeiro, deixe-me que lhe diga: o ano de 2014 ainda está em janeiro. Portanto, esse dado é impossível.

As estatísticas podem ser utilizadas para o que se quer, agora a senhora não se esqueça de uma coisa:

Houve uma crise internacional...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Que não ia chegar cá!

**O Orador:** ... que afetou toda a Europa.

A senhora veja os resultados do desemprego na Europa, na República e nos Açores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E a teoria do salário mínimo?

**O Orador:** Sr. Deputado António Marinho, permita-me que comece por dizer o seguinte:

Acho que o Sr. Deputado está equivocado. O Sr. Deputado refere que este não é um local para discutir ideologias, para discutir princípios.

Nada mais errado!

Este é o local onde nós apresentamos a nossa ideia, os nossos princípios na abordagem dos problemas, a nossa ideologia.

Permita-me que lhe diga, e utilizando uma linguagem que lhe é muito cara, ou pelo menos ao seu partido: nesta matéria, a sua intervenção foi um total “inconseguinto”.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Qual é a população ativa agora?

**O Orador:** Foi um não conseguimento em termos daquilo que têm sido as propostas apresentadas pelo PSD em matéria de desemprego.

Eu não conheço uma única proposta própria do PSD em matéria de criação de emprego.

Pior do que tudo, foi um não conseguimento a abordagem que o PSD tem aos programas de emprego do Partido Socialista.

Nós temos uma filosofia, temos uma abordagem. Temos propostas para combater o desemprego.

Temos uma abordagem para minorar as dificuldades dos desempregados, das famílias que ultrapassam dificuldades.

Temos trabalho realizado no apoio às empresas.

Sr. Deputado, a sua bancada, nesta matéria, permita-me que lhe diga, não consegue fazer uma única proposta, que seja vossa, que nós conheçamos, de apoio ao emprego, de apoio às empresas.

Nessa matéria a sua bancada é um verdadeiro “inconseguinte”.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Deputado, e a teoria da relatividade relativamente ao desemprego?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Presidente, apenas para solicitar a V. Exa. o seguinte:

Eu vou fazer a entrega, na Mesa, de um documento do Instituto Nacional de Estatística onde está referida toda a matéria que de algum modo está a ser aqui discutida, nomeadamente os últimos dados do emprego...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não gaste papel, Sra. Presidente!

**O Orador:** ... onde estão registados alguns fenómenos.

Um deles é que a população ativa, nos Açores, no último trimestre, perdeu 888 indivíduos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** E no último ano?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quantos foram?

**O Orador:** Oitocentos e oitenta e oito indivíduos que foram perdidos na população ativa, do terceiro para o quarto trimestre.

O desemprego, no mesmo período, desceu nos Açores, para 629 indivíduos, o que significa também que desapareceram, que foram extintos, 259 postos de trabalho.

Mas esta informação, Sra. Presidente, eu vou entregá-la em formato de papel. Peço a V. Exa. que distribua à câmara.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Agora é que vamos ter a análise correta! Limpinha, limpinha!

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP, sobre o aumento ao complemento regional do salário mínimo, está a sair um pouco daquilo que é o objeto da proposta do PCP.

Eu gostaria de começar esta minha segunda intervenção, exatamente por essa matéria.

Gostaria aqui de chamar a atenção da câmara para a Agenda para a Competitividade e Emprego apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Perguntar aos Srs. Deputados se conhecem em algum ponto do território nacional uma agenda tão completa,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E os resultados?

**O Orador:** ... uma agenda com tanta qualidade, sobre esta matéria e sobre a aplicação dessas medidas?

Srs. Deputados, se há alguém aqui que tem propositura sobre essa matéria, se há alguém aqui que demonstra preocupação pelas/os açorianas/os que precisam de emprego, esse alguém é o Partido Socialista que apresentou a devido tempo uma agenda, em que a oposição não consegue acrescentar um ponto que seja razoável para melhorar o trabalho que os socialistas fazem pela Região Autónoma dos Açores, pelos/as açorianos/as.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E os resultados?!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Há uma canção que diz: “*Parole, parole*”!

**O Orador:** Mais, Srs. Deputados:

Estamos a falar do aumento do complemento ao salário mínimo nacional aplicado na Região. Essa é uma política aplicada na Região numa altura em que temos a coragem de o fazer. Essa coragem foi assumida por um Governo do Partido Socialista.

Para tomar medidas destas, meus amigos, é preciso ter coragem, porque quando estamos a mexer na matéria do salário mínimo nacional e na diferenciação em relação à economia regional, à economia de referência que é o Continente, é preciso ter coragem para o fazer e foi um Governo do Partido Socialista que a teve, que a assumiu. Assumiu-a na devida altura com 5% de diferença e mantém.

Temos orgulho nessa política.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ai meu Deus!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem, não! Muito mau! Não sabe o que está a dizer!

**O Orador:** Fazemo-la a favor das/os açorianas/os.

Srs. Deputados, dizer aqui, como alguns Deputados disseram, que as nossas empresas não competem com empresas do Continente ou da Madeira, não se está aqui a fazer um grande elogio, como se deve fazer, às nossas empresas e ao tecido económico dos Açores, porque temos setor exportador nos Açores que compete também com outras empresas do território nacional.

Temos no setor do turismo, na hotelaria e na restauração empresas que também competem, porque o turismo também é exportação.

Se gostamos muito de ouvir o discurso de que é preciso produzir bens transacionáveis, que é preciso exportar, que é preciso aumentar o turismo, meus amigos, estamos a falar de competitividade e a competitividade também se faz ajudando as empresas e percebendo que esses agentes económicos que criam emprego e que geram postos de trabalho são fundamentais para as/os açorianas/os que precisam do seu trabalho e que precisam de crescimento económico.

Por isso, meus amigos, o Partido Socialista continua a defender o aumento do salário mínimo nacional.

Para isso tem um anteprojeto que foi aprovado nesta casa e que aguarda agendamento na Assembleia da República.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Partido Socialista tem mantido sempre a coerência em relação a esta matéria e irá defender e continuará a defender, porque entende que esta é a melhor forma de defender a economia dos Açores, de defender as/os açorianas/os que precisam de melhorar a sua qualidade de vida e o seu rendimento disponível.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não vou dizer qual gostei mais de ouvir, se o Deputado Rogério Veiros ou se o Deputado Francisco César!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** É muito difícil, muito difícil!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Antes de responder à questão que o Deputado Paulo Estêvão me colocou, gostaria apenas de dizer o seguinte ao Deputado Rogério Veiros:

É evidente que as medidas que têm sido tomadas na Região, quer de apoio às empresas, quer a Agenda para o Emprego e Competitividade, têm merecido o apoio do PCP.

Agora, há aqui uma questão, Sr. Deputado, que é irrefutável, é que ela, independentemente da sua qualidade, se tem mostrado insuficiente para combater o desemprego. Isto é uma constatação, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É a realidade!

**O Orador:** Não tem que saber.

Portanto, é preciso fazer mais alguma coisa e uma delas pode ser eventualmente esta, até porque o PCP tem insistido (e os outros partidos têm insistido), porque aquilo que falta na Agenda para o Emprego e Competitividade é exatamente estas medidas.

Sr. Deputado, o Partido Socialista tem que se convencer do seguinte:

O problema da competitividade (a argumentação que V. Exa. utilizou tem algumas incorreções relativamente à propositura do acréscimo regional ao salário mínimo nacional, mas isso é uma outra questão):

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Eu não falei da propositura! Falei em implementação!

**O Orador:** Há uma coisa que isto não resolveu, foi o fosso que existe, que se mantém e que se está a acentuar, entre o rendimento médio mensal dos trabalhadores do Continente e o rendimento médio mensal dos trabalhadores nos Açores.

O acréscimo dos 5% não resolveu isto. Isso não tem a ver com o aumento do salário mínimo nacional. É um imperativo, mas não tem a ver com esta questão. Não misturem aquilo que não é misturável. Não resolveu, Sr. Deputado. O fosso manteve-se ao longo de todo o tempo...

**Deputado Rogério Veiros (PS):** O salário mínimo!

**O Orador:** É o salário médio.

... e acentuou-se nos últimos anos.

Portanto, não resolveu. E se não resolveu, é preciso olhar para o valor do acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Tem que resolver primeiro o problema do salário mínimo!

**O Orador:** Sr. Deputado Rogério Veiros, não quer que eu lhe faça o boneco.

O salário médio tem a ver com a média salarial, designadamente o salário mínimo. Não é?

É evidente que se calhar é porque há cada vez mais trabalhadores a ganhar o salário mínimo que o salário médio desceu. Quer que lhe explique isto de outra maneira, ou como é?!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Não explica tudo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então, o que é que explica?

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:



Eu não pretendi teorizar nada sobre economia. Aquilo que eu afirmei aqui foi uma coisa perfeitamente básica e elementar, até porque não tenho nenhuma formação em economia...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não parece!

**O Orador:** ... e não me atrevo sequer a teorizar nada sobre...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que abrevie porque o seu tempo está a terminar.

**O Orador:** Sim, Sra. Presidente.

Agora, dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado, relativamente à sua pergunta:

É evidente que existe competitividade no mercado interno, mas esta medida destina-se a todos os trabalhadores açorianos, isto é, afeta da mesma forma todas as empresas.

A pergunta seguinte que V. Exa. poderia fazer, será, penso eu: e então as empresas açorianas que trabalham para a exportação?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais são?

**O Orador:** São algumas e são importantes, mas há um conjunto de instrumentos...

**Presidente:** Agradeço que termine.

**O Orador:** Termino já, Sra. Presidente.

... da Região e da União Europeia que garantem a competitividade das empresas açorianas, relativamente às empresas nacionais. Não tenha dúvidas disso.

As empresas nos Açores dispõem, desde logo, de um diferencial fiscal ao nível do IRC e dispõem depois de um conjunto de instrumentos de apoio, quer em termos da União Europeia, quer até da Região, que lhes garante competitividade em relação às empresas nacionais.

Isto não afeta a competitividade das empresas na Região, considerando aqui, neste caso, uma margem muito pequena que são as empresas que trabalham

para a exportação, que eventualmente seria aí onde V. Exa. quereria chegar, (digo eu, não sei).

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas referências:

Primeira: Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial

O PSD-Açores deu o seu acordo de princípio quanto à sua concretização. Deu algumas sugestões e considerou que algumas estavam acolhidas.

Mas a Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial entrou em vigor em 2013.

**Deputado Francisco César (PS):** E estamos em fevereiro de 2014!

**O Orador:** Então como é que o senhor explica que, com tão boas medidas no ano de 2013 (e aqui fazendo contas da forma como é adequada, que é comparar com aquilo que aconteceu em 2013), no final do ano há mais 1.562 desempregados? Então, onde é que está a Agenda?

Há mais 8,1% desempregados! Então, onde é que está a Agenda?

Ou se virmos em termos de média anual, que é a avaliação ainda mais correta, há mais 1.962 desempregados com a Agenda. Há mais 10,7% de desemprego.

O senhor explique-me isso.

Poderia ter explicado já em agosto passado. O PSD apresentou um requerimento pedindo um ponto da situação da Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial (nos princípios de agosto, não me lembro exatamente do dia). Seguramente há 6 meses. Está por responder.

Digam-nos para sabermos se a Agenda está a resultar ou não.

Nós demos o acordo de princípio quanto à sua concretização. Queremos acreditar nela e queremos melhorá-la.

Segunda questão:

Tenho que assinalar aqui a contradição total do discurso do Sr. Deputado Francisco César, a forma como terminou, com, por exemplo, o discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo, em dezembro passado, quando aqui discutimos uma iniciativa do PSD.

Aquilo que o senhor disse foi completamente o contrário daquilo que disse o Sr. Vice-Presidente do Governo. Têm que se entender.

Aliás, hoje mesmo, o Conselho de Governo regulamentou, ou terá aprovado ontem e deu nota hoje, uma iniciativa que o PSD apresentou aqui.

Afinal de contas não somos tão maus assim!

Afinal de contas as nossas iniciativas, pelos vistos, são válidas!

Pelos vistos, os senhores vêm para aqui fazer política barata.

Os açorianos, lá em casa, saberão avaliar.

**Deputado Francisco César (PS):** Diga uma proposta vossa!

**O Orador:** Pergunte ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

O senhor é que entrou em contradição com aquilo que ele disse. São os senhores que têm que se entender.

Nós, aqui, estamos todos entendidos.

Os senhores, bancada do Partido Socialista e Governo, têm que se entender um bocadinho. Falem a mesma linguagem, não falem cada um para o seu lado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Francisco César (PS):** Ninguém conhece nada do PSD!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros pediu a palavra para?

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Para intervir.

**Presidente:** Está inscrito, Sr. Deputado. Tem que aguardar um pouco mais.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Vice-Presidente, esperou que eu terminasse o meu tempo para falar?

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre bem-vindo qualquer debate que se faça sobre a nossa capacitação de criar acréscimos em relação ao todo e ao contexto nacional, em todas as matérias possíveis.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, permitam-me que vos relembre que é património dos Governos do Partido Socialista a introdução efetiva e prática dessa diferenciação positiva dos Açores em relação ao resto do contexto nacional.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Património desta Assembleia!

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É bom lembrar que temos desenvolvido até ao limite das nossas competências e até ao limite dos nossos recursos todas, mas todas as medidas, para que possamos apoiar as famílias e as empresas.

É por isso mesmo que nos Açores os trabalhadores privados têm, em termos remuneratórios, este acréscimo salarial que hoje se debate a sua ampliação.

É por isso que os funcionários da Administração Pública têm complementos e compensações remuneratórias em relação aos seus colegas do Continente e da Madeira.

É por isso também que as empresas açorianas e as famílias açorianas, pagam menos impostos que no resto do território nacional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É devido ao PS?

**O Orador:** É também por isso...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É devido ao Partido Socialista?

**O Orador:**... que existem mais apoios sociais, e complementos de apoios sociais, em relação aos portugueses que vivem na Madeira e no Continente.

E, por último, é também por isso que as empresas açorianas têm nos Açores mais apoios e mais benefícios, não só fiscais mas também de apoio ao investimento e à sua atividade, que no resto do território nacional.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** É este efetivamente o património que temos para poder apoiar as famílias e as empresas açorianas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Património da Autonomia!

**O Orador:** O que está em causa aqui, hoje, neste debate, é reforçar um acréscimo que – ao contrário, por exemplo, da remuneração complementar, em que o Governo assumiu que devia dispor de menos recursos e transferir esses recursos para que as famílias açorianas tivessem mais rendimentos e assim pudessem também ter um aumento da procura interna beneficiando também as empresas, ou seja, uma decisão do Governo que abdica de ter recursos para que as famílias e as empresas tenham mais rendimentos – não é algo que se decida entre a transferência de recursos da Administração para os funcionários,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Claro que não!

**O Orador:** ... mas exclusivamente uma transferência de recursos entre as empresas e os trabalhadores privados.

Isso é uma matéria que, em primeiro lugar, como em qualquer parte do mundo possa acontecer, tem que ser encontrada essa solução em sede de concertação social, porque nunca se encontra uma medida destas que não tenha este objetivo global.

A sua eficácia sobre o emprego, se isso implica a criação de emprego ou a redução do emprego, é uma matéria que pode dividir ideologicamente, mas sobre isso temos que ser muito claros ao contrário do que aqui ouvimos dizer.

Para o Governo dos Açores a batalha do emprego não está ganha. Para o Governo dos Açores, enquanto houver um desempregado, é uma batalha que queremos vencer; enquanto houver um desempregado nos Açores, tudo faremos para dar resposta a essa pessoa e não vamos discutir aqui números,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** O senhor tem mais de 20 mil batalhas pela frente!

**O Orador:** ... porque os desempregados não são números, não são estatísticas...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Escola de César!

**O Orador:** ... são pessoas!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Escola de César!

**O Orador:** Pessoas que merecem um futuro melhor,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E os doentes!

**O Orador:** ... sonhos que urge concretizar.

Para isso convocamos todos os açorianos, convocamos todas as forças políticas, para valorizar aqueles que já conseguiram emprego e para apoiar aqueles que ainda não conseguiram, na certeza de que aqueles que já conseguiram são um incentivo para todos nós fazermos ainda mais e melhor para encontrar uma solução para aqueles que não têm.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** “Parole, parole”, outra vez!

**O Orador:** Não se vence esta batalha puxando os Açores para baixo; não se vence essa batalha dizendo que está tudo mau...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** ... como também não se vence esta batalha dizendo que está tudo bem.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso, é neste desafio que convocamos a todos, no âmbito das vossas responsabilidades, no âmbito dos vossos contributos, para que se juntem a nós apresentando propostas concretas, exequíveis, dentro dos limites das nossas competências e do limite dos nossos recursos para, a cada dia, reforçarmos este património que construímos a bem dos Açores, que orgulha os açorianos e que fará com certeza que possamos chegar, com o sucesso que se tem conseguido em cada situação, a cada vez mais açorianos e para que cada açoriano continue a ter a certeza de que todos nós, em conjunto, estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance, dentro dos nossos limites e das nossas competências, para que esta batalha seja efetivamente vencida. Só será vencida quando a todos açorianos conseguirmos dar a resposta que eles merecem.

É para isso que estamos a convocar todo o nosso esforço, toda a nossa competência, mas que será ainda maior se tivermos a colaboração de todos em vez de estarmos aqui a discutir estatística para baixo e número para cima.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Isso é um ato de contrição!

**O Orador:** Os açorianos são, acima de tudo, pessoas que merecem resposta e porque o emprego dos açorianos é algo que merece de todos o melhor do nosso esforço.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O trimestre passado interessava!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Devia dedicar isso ao seu Tó Zé!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu fiz-lhe uma pergunta. A pergunta que eu fiz é porque o Sr. Deputado não reconhecia que no mercado interno açoriano existe concorrência.

É evidente que no mercado açoriano temos que enfrentar também as empresas nacionais.

A medida que o Sr. Deputado propõe faz aumentar os custos de produção e faz aumentar os custos de produção quando também temos algo que é evidente: nós temos o aumento da carga fiscal este ano, nos Açores, a nível das empresas dos Açores.

Portanto, estaríamos a acumular fatores que prejudicariam a competitividade das empresas açorianas.

Devo dizer o seguinte e termino a minha intervenção:

Eu considero que esta crise económica internacional, esta crise nacional, encontrou o Governo dos Açores e a Região Autónoma dos Açores muito mal preparada.

Um dia, quando se fizer a história deste período penso que as análises não fugirão disto:

Tínhamos uma Região com responsabilidades no perímetro orçamental demasiado alargadas. Também tínhamos setores suborçamentados que, com a crise económica, evidentemente, exigiam um maior financiamento, uma maior responsabilidade por parte da Região.

A Região estava extraordinariamente mal preparada para enfrentar esta crise e esta é a herança que o Sr. Presidente do Governo Regional Vasco Cordeiro tem que enfrentar.

É uma Região extraordinariamente mal preparada!



É evidente que é preciso responder à crise, mas a Região está mal preparada para responder a esta crise e fundamentalmente tem poucos meios para responder a esta crise.

Veja-se: no momento em que é necessário aumentar o investimento da Região para compensar a diminuição do investimento privado, no momento em que a Região necessitava de maior disponibilidade financeira para compensar a dificuldade do crédito, a verdade é que a Região está demasiado alargada e não tem essa capacidade de resposta.

Meus senhores, esta é a conjuntura que enfrentamos e só podemos sair disto com crescimento económico, só podemos sair disto com opções corretas, só podemos sair disto diminuindo responsabilidades no perímetro orçamental da Região.

Penso que estes três fatores são fundamentais. Aí, sim, quando for possível sair desta situação e se beneficiar da melhoria do contexto nacional e internacional, é possível, com responsabilidade, decidir favoravelmente em relação à questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires trouxe.

Quando se reunirem essas condições, então podemos responder com justiça e podemos responder com responsabilidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho fez uma intervenção sobre esta matéria e sobre a Agenda para a Competitividade e Emprego.

Gostaria de dizer-lhe que considero, sob o ponto de vista de tudo aquilo que li naquele documento, um excelente documento.

É preciso que vejamos que este Governo tomou posse em novembro e logo em janeiro fez a apresentação desse documento, um documento que tem um

cronograma. Que eu saiba, esse cronograma ainda nem terminou, ainda há medidas que estão a ser aplicadas atualmente.

Por isso, Sr. Deputado, a avaliação antecipada dos efeitos da Agenda não pode ser feita no imediato, porque é um documento que ainda está em aplicação.

Sr. Deputado, mesmo que assim não fosse – eu gostaria de dizer que tenho muito respeito pelo Sr. Deputado, enquanto parlamentar, até pela sua capacidade e pelos seus conhecimentos em economia – o senhor sabe muito bem que na política económica, as medidas de estímulo económico, sejam elas ao emprego, à exportação ou ao crescimento económico, não são imediatas muitas das vezes. Demoram algum tempo.

Por isso, Sr. Deputado, acho que essa sua avaliação, no imediato, daquilo que é a Agenda para a Competitividade e Emprego, não pode ser feita já.

O senhor para ser correto com os seus princípios e com aquilo que é a sua formação, não o devia fazer já, no preciso momento.

Depois, respondendo um pouco àquilo que foi o apelo do Sr. Vice-Presidente, gostaria que realmente viesse, da parte do PSD, dizer quais são as medidas concretas, quais as políticas concretas que os senhores têm para resolver este problema e para resolver um problema que não é só da Região. É um problema do todo nacional, é um problema de toda a nossa economia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem tem de resolver o problema é o Governo!

**O Orador:** Venha o PSD com essas medidas. Estamos aqui para ouvir. Apresentem.

Nós apresentamos a Agenda, é certo. Estamos a aplicá-la, é certo.

Vamos aguardar pelo fim da aplicação da Agenda, vamos aguardar pelo tempo que as medidas demoram a aplicar em economia para depois termos o reflexo naquilo que são as estatísticas e os números, que é isso que também retrata um pouco daquilo que as pessoas estão a viver.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para intervir, Sra. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Deputado já não tem tempo para intervir neste debate. Esgotou o seu tempo.

A Mesa também não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para repetir:

A Agenda mereceu, da parte do PSD, contributos e mereceu o apoio quanto à sua concretização. Disso ninguém tem dúvidas.

Nós queremos aquela Agenda. Obviamente que achamos que podia ter mais algumas coisas e dissemos na altura o que não estava e que podia estar.

Em economia as coisas não são imediatas. Pois não são, claro que não são. Tudo depende do que é que estamos a falar.

O desemprego, normalmente, até nem reage muito rapidamente. Só que o problema aqui é que não susteve sequer o desemprego.

Quem faz os anúncios permanentes, por exemplo, para o GaCS, diariamente (às vezes há períodos que não é tão frequente assim), é que diz que já está cumprido 60% da Agenda, 60% já lá está.

Então devia haver alguns resultados.

Sr. Deputado, a constatação que eu faço é que, desde que a Agenda entrou em vigor, há mais 1.962 desempregados nos Açores.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** São esses os resultados!

**O Orador:** Por isso, quero saber por quê?

É que não susteve. Parou ali, não se está a criar emprego. Não! Destruíram-se 1.962 postos de trabalho.

Portanto, isto tem que ter uma explicação.

Espanta-me também que, quando foi pedido ao Governo um ponto da situação, em agosto passado, não se possa fazer isso. “Deixe andar aí a Agenda, só daqui a 2 anos e meio”...

Não! Vamos fazer isto de 6 em 6 meses. O problema é tão grave que precisamos de ver isto regularmente. Precisamos monitorizar tudo regularmente.

Já passou um ano. Acho que devemos monitorizar e conhecer as razões pelas quais a Agenda ainda não está a dar frutos, porque há mais cerca de 2.000 desempregados.

A preocupação é de todos. A preocupação dos resultados da Agenda é de todos nós.

Eu faço aqui uma sugestão (vem com 6 meses de atraso):

Sr. Vice-Presidente, responda ao requerimento apresentado no princípio de agosto para ficarmos com os dados e para tentarmos, a partir daí, em conjunto, melhorar a situação de pessoas que estão extremamente fragilizadas neste momento na Região. São 21 mil pessoas.

Esses precisam obviamente do nosso apoio.

Quanto a medidas, eu não vou novamente assinalar a incoerência ou a contradição nos vossos discursos.

Apresentámos medidas e algumas foram, pelo Sr. Vice-Presidente, até acarinhadas.

Nós não somos governo, mas vamos apresentando e foi isso a que nos comprometemos, ir apresentando mais medidas para acompanhar o esforço do Governo nesse sentido.

Agora, também tem que ser feito um esforço por parte do Governo de, pura e simplesmente, quando as medidas vêm daquele lado, desta bancada, ou destes 20 que estão aqui, é para “matar-se”. Isso não é trabalhar em favor dos açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Para registar o tom da sua intervenção que trouxe a este debate, aliás, em contraciclo àquelas que têm sido as intervenções dos Deputados da bancada do Partido Socialista.

Julgo que o caminho é este. O Sr. Vice-Presidente fez aqui um apelo e bem, só que temos que ser coerentes.

Temos que estar todos preocupados com o desemprego.

O Governo está preocupado com o desemprego.

Eu reconheço que o Governo tem tomado algumas medidas nesse sentido; eu reconheço que recentemente foi anunciado um programa de contratação de pessoas que vai ter efetivamente o seu impacto positivo na redução da taxa de desemprego, isso é óbvio, e no final deste trimestre naturalmente vamos ter boas novidades. Espero bem que sim, Sr. Vice-Presidente.

Agora eu acho que, com a serenidade que é preciso ter nestas coisas, sobretudo tendo o respeito, como eu disse de manhã, na questão das listas de espera, que os açorianos não são números, são pessoas, também na questão dos desempregados concordo consigo, não são números, são pessoas. Por de trás de

cada pessoa há naturalmente uma história, há naturalmente uma questão complexa que temos que analisar.

Sr. Vice-Presidente, Sr. Deputado Francisco César e Sr. Deputado Rogério Veiros:

O Partido Socialista não se pode esquecer (diz muitas vezes que se orgulha, e deve, como todos nós, do seu passado) que o desemprego nos Açores, Sr. Deputado Francisco César, em finais de 2001, era 2%. Esse era um património do Partido Socialista.

**Deputado Francisco César (PS):** E continua a ser!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** E quanto era no país? Quanto era em Portugal?

**O Orador:** Era 4%, Sr. Deputado Rogério Veiros.

Eu tenho aqui o gráfico com os números todos. Depois, V. Exa. poderá ver. Está aqui.

O que eu não percebo é o seguinte:

Se temos mais condições, se não temos défice, se tivemos nestes anos superávits, finanças públicas equilibradas e o país passou por dificuldades gravíssimas, de défices sucessivos, quer dos Governos do Partido Socialista, quer dos Governos da coligação PSD/CDS, passaram por dificuldades enormes e conseguiram inverter a tendência crescente da taxa de desemprego, queria perguntar aos Srs. Deputados por que é que nestes anos todos, nesta década, efetivamente foi a década perdida em termos de criação de emprego e de aumento de desempregados?

Aumentou, Sr. Deputado, 700%. Isso é inegável. São os números que o dizem, é a estatística.

Sr. Deputado Rogério Veiros, eu não conheço nenhum ponto do país que tenha uma Agenda igual à dos Açores para a criação do emprego. É verdade! Mas

também não conheço no país nenhum local onde o desemprego tem aumentado tanto como nos Açores. Também é verdade!

Portanto, o que eu não percebo é por que é que a Agenda para a Criação de Emprego não foi implementada mais cedo nos Açores, se tínhamos todas as condições para isso?!

Isso é que tem que se explicar aos açorianos que estão no desemprego.

Se o Governo agora vai tomar medidas, acho muito bem. Tem o nosso apoio.

Agora, eu quero saber, por exemplo, o que é que tem aumentado na economia, nas exportações, na agricultura? Temos dados do Instituto Nacional de Estatística.

A Região Centro, por exemplo, teve o rendimento médio, por agricultor, mais alto do país. Qual é o da Região Autónoma dos Açores? E por aí fora.

São esses parâmetros que temos que analisar.

Tudo isto é que diz do Estado da nossa economia.

Enquanto tivermos uma economia excessivamente subsídio-dependente (Sr. Deputado Francisco César, não lhe vou ensinar nada nesta matéria, porque V. Exa. sabe disso) ela não se desenvolve e não cresce.

Uma economia que não se desenvolve, nem cresce, não cria emprego, como V. Exa. muito bem sabe.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção para reiterar parte do que já foi dito.

A Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade, foi apresentada com um cronograma, foi apresentada para dois anos.

Estamos numa altura em que nós ainda nem vamos a metade da execução da Agenda.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Não vão a metade?

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E as notas do GaCS?

**O Orador:** Todas as Sras. e Srs. Deputados sabem que temos que agir ao nível do fomento da economia. Sabemos que isso demora tempo, mas temos estado atentos, a criar um conjunto de políticas que visem, por um lado, criar novos setores que possam potenciar a geração de emprego e, por outro lado, tentar intervir diretamente nos setores tradicionais.

Essa intervenção é feita, num caso, com uma intervenção direta do Governo, noutros casos com políticas indiretas de fomento à economia.

Também não esquecemos que é necessário manter um determinado nível de consumo. Isto é feito quer através de políticas redistributivas do rendimento, como sejam os complementos que são dados à população, ou, até diretamente aos funcionários públicos do Governo.

Este é um trabalho que temos tido, um trabalho de propositura e de retificação permanente, porque há políticas de há 10 anos que devem ser retificadas, há políticas de há 5 anos que devem ser retificadas, há políticas de há 1 ano que podem ser melhoradas.

Esse é um trabalho de ajusto permanente e de evolução normal da parte do Governo dos Açores.

Tivemos tempos de um ciclo económico mais favorável onde a criação do emprego e ponto de partida era tão baixo que foi possível criar um certo número de empregos.

Numa crise como esta é natural que uma economia insular e periférica, como a nossa, se recinta com maior incidência do que outras.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é contraditório!



**O Orador:** Aliás, este Parlamento e este Governo, por diversas vezes, têm criado políticas que visam proteger as empresas dos efeitos da insularidade, que nos Açores têm maior incidência.

Por isso é que temos aqui políticas de maior fomento e de maior defesa do setor empresarial e do emprego.

Mas a verdade é que temos feito essa intervenção.

Aquilo que sempre dissemos é que estamos dispostos a ter neste Parlamento e a ter como parceria todos os partidos da oposição.

Aquilo que esperávamos da oposição, pelo menos de uma grande parte da oposição que se propõe um dia a ser governo, era que apresentasse propostas de fomento económico.

Eu não conheço as propostas de fomento económico do Partido Social Democrata. Digam-me uma única proposta de fomento económico que tenham apresentado no último ano neste Parlamento. Digam! E que propostas vão apresentar de fomento económico, que não sejam propostas do passado ou propostas feitas por determinados nichos da economia regional?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Tem que ser as propostas que os senhores querem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Não podem ser quaisquer propostas! Tem que ser as que os senhores quiserem!

**O Orador:** Estamos dispostos a ouvir o PSD. Estamos dispostos a ouvir todos os partidos e a trabalhar lado a lado, em parceria, para conseguirmos melhorar os números do desemprego.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso é uma cassete!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu não me cansarei de repetir nesta bancada que estamos dispostos a trabalhar com todos os partidos deste plenário.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** Aquilo que esperamos é que isso deixe de ser uma conversa permanentemente repetida desta bancada...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Essa é a vossa conversa! É isso que o senhor está a fazer, é só conversa!

**O Orador:** ... e seja uma conversa conseguida da parte dos Srs. Deputados para com esta bancada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra. Tem pouco mais de um minuto.

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Deputado Rogério Veiros. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque a proposta que estamos a debater tem a ver com o salário mínimo nacional, uma última intervenção e um último apelo:

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isto é que é falar!

**O Orador:** Apelo à maioria, ao PSD e ao PP, que na Assembleia da República aprovem a Anteproposta que aqui já foi aprovada e que se aumente o salário mínimo nacional para devolver poder de compra aos portugueses...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:**... e assim resolver este assunto, que é aquilo que o PS sempre defendeu, é aquilo que o PS defende e continuará a defender.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem lembrado!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Diga lá: muito bem lembrado, por mim!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Marinho, muito rapidamente, porque também já não dispõe de muito tempo. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sra. Presidente, vou ser rapidíssimo. Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rogério Veiros só se enganou numa coisa, é que nem sempre o PS esteve assim. Antes era diferente. Isto é desde que o senhor chegou a esta discussão.

Na legislatura passada o PS não pensava assim, desculpe-me mas é verdade.

Já agora, aquilo que falávamos há bocado da Agenda, vou recordar aqui só umas palavras que me chegaram como por obra e graça do acaso:

«O Vice-Presidente do Governo dos Açores, Sérgio Ávila, considera que a Região está no “caminho certo” da recuperação económica se continuar a implementar “ainda com maior força” a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade.»

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tem de ser com maior força! Isso é verdade!

**O Orador:** «Já são 38 medidas executadas no âmbito da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade, o que significa que cerca de 60 por cento da mesma está concretizada»

Devia haver um resultadozinho! Não há! Há mais quase 2.000 desempregados.

Alguma coisa tem que ser melhorada. Reconheçam isso.

O reconhecimento disso é o primeiro passo para começar a ser resolvido o problema dos açorianos que estão desempregados.

Reconheçam! Não se afastem, sempre no inêxito que pode ter uma ou outra questão. É normal haver inêxito!

Agora, a seguir ao inêxito há naturalmente a correção.

É isso que é preciso, mas reconheçam. Não andem sempre a fugir ao problema.

Reconheçam o problema, porque seguramente essa é a melhor forma de o vir a resolver.

Os açorianos vão agradecer.

**Deputado Francisco César (PS):** Sr. Deputado, inêxito?!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir também este debate, gostaria de dizer que o esforço que todos estamos a fazer e que o Governo está a fazer no âmbito e no limite das suas competências e dos seus recursos para vencer este desafio, tem efetivamente na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial um elemento estrutural e importante desta mesma batalha.

Penso que o que é essencial neste mesmo documento é que possamos olhar para ele como um documento, primeiro, que está sempre em aberto; segundo, um documento que pode ser permanentemente aperfeiçoado; em terceiro lugar, um documento que o Governo dos Açores se orgulha e que terá toda a satisfação em termos de avaliar os seus resultados depois da sua total implementação.

Esta Agenda será tanto melhor quanto maior foi o contributo de todos, mas este desafio é um desafio também de todos.

Por isso, mais do que discutir taxas de execução, apresentámos um documento para implementar em dois anos, cujo impacto destas medidas, sendo estruturais, pretendemos repercutir no futuro.

Também é com imensa satisfação que vemos e que assistimos a que outros apresentem também propostas, agora, depois das jornadas de reflexão parlamentar, como novas ideias que, se virem bem, são propostas que estão previstas na Agenda para ser executadas durante este ano de 2014.

Não é mau que façam isso. É sinal de que aquilo que está na Agenda para este ano responde exatamente àquilo que os senhores propõem fazer.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto DLR foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar na nossa Agenda. Entramos no ponto 5: **Projeto de Resolução n.º 49/X – “Criação do Conselho Regional de Cultura dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Alerto para o facto de que foi entregue e distribuída, por todos, uma proposta de substituição integral. É sobre ela que iremos debater e também será ela que irá à votação.

Para apresentação do diploma tem a palavra, por parte do PSD, o Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como bem diz o nosso povo, “não há fome que não dê em fartura”!

Primeiro, o PSD propôs a criação de um Conselho Regional de Cultura nos Açores.

Fizemo-lo no nosso programa eleitoral, em junho de 2012;

Reafirmámo-lo no debate parlamentar do Programa do XI Governo Regional, em dezembro de 2012;

Formalizámo-lo no Projeto de Resolução submetido ao parlamento em novembro de 2013 e agora presente a plenário.

Entretanto, o governo elaborou uma proposta de criação de um Conselho Regional de Cultura, através de Decreto Regulamentar Regional que lançou à discussão pública em dezembro de 2013;

E entretanto, a Representação Parlamentar do PCP propôs também a criação de um Conselho Regional de Cultura, através de um projeto de Decreto Legislativo Regional que deu entrada no parlamento em janeiro de 2014.

Temos assim que existem hoje três propostas diferentes de três entidades diferentes em três momentos diferentes e em três instrumentos diferentes... para um mesmo objetivo final.

Impõe-se, portanto, apresentar este Projeto de Resolução do PSD evocando a sua pertinência e justificando a sua persistência. Ou seja, porque o apresentámos e porque o mantivemos.

Mas vamos por partes.

O PSD formalizou este Projeto de Resolução que visa a criação do Conselho Regional de Cultura por três razões: porque é uma necessidade do setor, porque é uma vontade dos agentes, porque é um compromisso eleitoral.

Também aqui, vamos por partes.

Há hoje nos Açores conselhos regionais de carácter consultivo em todos os setores e para tantas áreas. Por exemplo, os Conselhos Regionais da Juventude, do Desporto Escolar, do Ambiente, do Turismo, da Agricultura, das Pescas, da

Água, das Obras Públicas, da Qualidade, da Integração e Cidadania, da Concertação Social, da Concertação Estratégica, entre outros ainda.

A Cultura – que é identitária na nossa Região, transversal na nossa população e abrangente na nossa geografia – não tem ainda um órgão próprio em que possa fazer ouvir a sua voz representativa.

Não se estranha, por isso, a intenção de criar um Conselho Regional de Cultura nos Açores.

O que se estranha é que isso nunca tenha acontecido!

Há, de facto, manifesta necessidade de criar e instalar – e, sobretudo, de pôr a funcionar com regularidade, com eficácia e com consequências – um órgão capaz de reunir o setor para refletir, debater e influenciar.

Isto não é um capricho político. É uma vontade generalizada.

Foi suscitada num encontro de reflexão e debate sobre a situação atual e as perspetivas futuras da Cultura nos Açores, que o PSD promoveu com mais de uma centena de agentes culturais da ilha de São Miguel, a 7 de fevereiro de 2012, no Coliseu Micaelense.

E foi confirmada em quase uma centena de reuniões de trabalho que desenvolvemos já no âmbito parlamentar, ao longo do ano de 2013, com agentes e instituições culturais nas 9 ilhas dos Açores.

A criação de um Conselho Regional de Cultura nos Açores era um objetivo suscitado ou apoiado por todos.

Este objetivo ficou expresso no programa eleitoral do PSD como propósito de “*Privilegiar uma gestão de parceria através de um Conselho Regional de Cultura*”.

Mas este objetivo não constava no programa eleitoral do PS nem consta do Programa do XI Governo Regional.

Por isso este objetivo motivou a apresentação, pelo PSD, de um Projeto de Resolução no Parlamento dos Açores.

As nossas motivações estão bem fundamentadas e são bem intencionadas:

Consideramos, por um lado, que os agentes culturais, sendo destinatários, devem ser também parceiros da política cultural do Governo Regional;

Consideramos, por outro lado, que a definição e a implementação das políticas culturais devem ser partilhadas e potenciadas com os agentes do setor – desde institutos culturais e instituições museológicas até bandas filarmónicas e grupos folclóricos;

Consideramos, também, que importa criar e dinamizar um órgão representativo das diversas entidades públicas e privadas que desenvolvem a sua atividade nas diferentes áreas da cultura açoriana – desde a cultura popular até à criação contemporânea;

Consideramos, ainda, que este órgão deve proporcionar a reflexão e debate sobre os problemas e soluções da nossa cultura, com carácter consultivo, para melhor habilitar as opções setoriais do Governo Regional;

Consideramos, por fim, que a sua criação se justifica plenamente como instrumento consequente de gestão de parceria para acompanhamento permanente e ajustamento possível da execução das políticas governamentais de cultura já para os últimos três anos da presente legislatura.

O nosso Projeto de Resolução visa, afinal, **a criação e funcionamento de um Conselho Regional de Cultura, como órgão representativo dos agentes do setor e como órgão consultivo do membro do governo com competência na matéria, para acompanhamento e aconselhamento das políticas oficiais da cultura açoriana.**

Face à proposta de Decreto Regulamentar Regional que o Governo entretanto apresentou, poderia parecer redundante – e até, porventura, insignificante – o Parlamento continuar a apreciar e a debater e a aprovar um Projeto de Resolução no mesmo sentido.



Mas não o retirámos por três razões: por respeitar os pareceres das entidades consultadas; por valorizar as competências da Assembleia Legislativa; e por entender que o envolvimento parlamentar dignifica o próprio estatuto do Conselho Regional de Cultura.

Desta forma, a criação do primeiro fórum representativo da cultura açoriana tanto resulta expressamente do parecer favorável dos agentes do setor, como fica politicamente ainda mais legitimada pela iniciativa impulsionadora do órgão máximo da Autonomia dos Açores.

A pertinência da nossa iniciativa foi reconhecida e ficou demonstrada na unanimidade de tantos pareceres recebidos pela Comissão Parlamentar dos Assuntos Sociais.

Por exemplo, a Cooperativa Praia Cultural considera “*pertinente*” a criação de um Conselho Regional de Cultura nos Açores, o Instituto Histórico da Ilha Terceira acrescenta que “*a ideia afigura-se positiva na medida em que visa implementar o diálogo e a reflexão entre a administração regional e os agentes culturais, mormente aqueles que a não integram*” e o Instituto Açoriano de Cultura entende mesmo que “*não se deve perder esta oportunidade de valorização do importante papel da cultura, assumindo-se claramente a necessidade de criação de uma verdadeira rede de agentes culturais que possa colmatar eventuais insuficiências individuais, fortalecendo o todo regional*”.

Os agentes culturais já foram ouvidos e já se manifestaram.

Têm agora a palavra os partidos políticos com representação parlamentar.

Valorizando o esforço conjunto desenvolvido em comissão pelo PS e PSD e considerando as conseqüentes alterações pontuais que já foram entretanto formalizadas pelo proponente, podemos concluir que, nesta matéria, é mais o que nos une do que aquilo que nos separa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Certamente que todos concordarão com a criação de um Conselho Regional de Cultura nos Açores.

Por isso, quando agora somos confrontados com a primeira oportunidade parlamentar de nos manifestarmos neste sentido, devemos demonstrá-lo inequivocamente.

Por respeito aos agentes culturais e em benefício da cultura açoriana.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A partir desta apresentação que o Sr. Deputado José Andrade fez neste plenário, ficamos com a confirmação de que, de facto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é um local de convergência.

O Sr. Deputado referiu, até com alguma ironia, o facto de, de um momento para o outro, como disse mais ou menos, aparecerem várias iniciativas conducentes à concretização ou à criação de um órgão que toda a gente, em princípio, achará que vale a pena e que é necessário.

O Sr. Deputado referiu o Decreto Regulamentar que estabelece a orgânica do Governo e que data do dia 17 de julho de 2013.

Também como disse, e era bom que ficasse aqui registado, para que não se esquecesse, nesse decreto está concretamente previsto o Conselho Regional de Cultura.

O PSD diz, e com razão, está no seu manifesto eleitoral, mas o Governo também teve essa ideia.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Estranho seria que não a tivesse!

**O Orador:** O Sr. Deputado Paulo Estêvão vai dizer que eu estou sempre a repetir, dizendo que quando a oposição tem uma ideia eu digo que já a tive... Bom, está publicada desde 17 de julho.

No dia 20 de dezembro, foi posta em discussão pública...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Secretário, o senhor defina-se: já fez, não fez, vai fazer?

**O Orador:** ... a proposta do Governo para a regulamentação/definição, do Conselho Regional de Cultura.

Ontem, dia 10 de fevereiro, seguindo o funcionamento normal das instituições, o Conselho do Governo, como já é público, criou, aprovou o Decreto Regulamentar Regional que cria o Conselho Regional de Cultura.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Então o que é que estamos aqui a fazer?

**O Orador:** Quando foi apresentada a iniciativa do PSD...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O carnaval ainda não começou!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Na Terceira já há ensaios! Por acaso já começou!

**O Orador:** ... em novembro de 2013 (agora foi apresentada uma segunda versão com alguns retoques, o que também é natural,..

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Retoques?!

**O Orador:** ... eu já tive oportunidade de dizer isso na Comissão de Assuntos Sociais) o Conselho Regional de Cultura já estava formalmente constituído. Entretanto seguiu o seu processo.

Poderíamos ir aos conteúdos e saber exatamente quais são as diferenças e as semelhanças entre a iniciativa do PSD, que foi aqui apresentada com algum pormenor, embora o texto da resolução não seja muito desenvolvido.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É sim senhor!

**O Orador:** Entendemos que o Conselho Regional de Cultura, como acontece com os outros conselhos regionais, é um órgão de consulta, de aconselhamento – daí o seu nome – do membro do Governo que tutela a respetiva área.

Na minha secretaria existem, como o Sr. Deputado também elencou, vários conselhos regionais que têm exatamente essa função.

Entendemos que o conselho tem por objetivo emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à realização dos objetivos da política cultural na Região Autónoma dos Açores e propor medidas que julgue necessárias ao seu desenvolvimento, por sua iniciativa ou por solicitação do Membro do Governo Regional, ou da Direção Regional, competentes em matéria da cultura.

Depois tem, como o Sr. Deputado poderá ver no texto do Decreto Regulamentar, um conjunto de competências que são atribuídas ao Conselho Regional de Cultura.

A nossa posição relativamente a esta matéria é clara, como foi claro todo o processo.

O que interessa fundamentalmente é que daqui por diante a área da cultura possa contar, como já acontece com a juventude, com a educação ou com o desporto, com a intervenção de representantes da sociedade, sejam das mais

variadas áreas da expressão cultural, como também da cultura erudita, entendida como tal, da cultura popular, tradicional, etc.

Ou seja, todos aqueles que são agentes culturais no terreno terão oportunidade, como de resto já têm atualmente. Sempre foram ouvidos. Quando eu era Diretor Regional da Cultura andei a circular por todas as ilhas e reuni com os agentes culturais. O atual Diretor Regional da Cultura está a fazer o mesmo também.

Portanto, todos os agentes culturais são, ciclicamente, sempre que possível (mas temos sempre as portas abertas para isso), ouvidos na manifestação das suas preocupações e dos seus problemas e também na apresentação dos seus projetos que, como sabe, são avaliados por júris independentes que emitem as suas opiniões.

Portanto, todo o processo democrático de receção de projetos, da sua avaliação e de atribuição de apoios, quando é caso disso, têm sido sempre processados com a maior abertura, com a maior clareza e sem que ninguém possa dizer que alguém foi prejudicado ou beneficiado por outras razões que não aquelas objetivas que foram definidas pelos júris de avaliação.

Este Conselho não tem essa função de avaliar os projetos de candidatura para os apoios. Para esses são constituídos júris, como tem acontecido sempre, com essa função.

Este Conselho tem por objetivo emitir opiniões junto do membro do Governo que tutela a cultura, mas também de certa maneira representando as suas áreas de intervenção, no caso das personalidades que são convidadas para integrar, não numa perspetiva de representação formal de modalidades que estão no terreno, mas a título individual.

São personalidades de reconhecido mérito que serão convidadas anualmente, dependendo das circunstâncias, para participarem neste Conselho e emitirem opiniões e pareceres junto do membro do Governo que tutela a cultura.

Por isso, esta iniciativa do PSD, como me parece que seja consensual, é bem-vinda. Nós também fomos no mesmo caminho.

*(Risos do Deputado Paulo Estêvão)*

O Sr. Deputado Paulo Estêvão está a rir, mas o Sr. Deputado José Andrade também puxou um pouco a conversa nesse sentido.

O que interessa, ou, sobretudo, o que é que temos daqui por diante?

Não interessa saber quem chegou primeiro.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Se fosse ao contrário, queríamos ver!

**O Orador:** Aliás, eu devo confessar que não tive a preocupação, quando se avançou com essa ideia na orgânica do Governo, de ir saber o que é o PSD tinha dito sobre a matéria. Poderia tê-lo feito, mas essa não foi a preocupação.

O que interessava era chegarmos a uma determinada conclusão. A conclusão é esta: está criado o Conselho Regional de Cultura e espero que esta Assembleia tenha consciência de que ao votar esta iniciativa está, na prática, a confirmar aquilo que o Governo já fez.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos.

Boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 22 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

*Deputada que faltou à sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Arlinda Maria Focha Nunes**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**Documento entrado**

**Listagem da correspondência:**

**1 – Proposta de Lei:**

**Assunto:** Procede à Segunda alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e de televisão, bem como à aprovação dos novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. - n.º 195/XII/3 - n.º 75/X

**Proveniência:** Assembleia da República

**Entrada:** 2014 – 01 – 16.

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 06;

**Assunto:** Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho profissional em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e como Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões.- n.º 197/XII/3 - n.º 76/X

**Proveniência:** Assembleia da República

**Entrada:** 2014 – 01 – 16.

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 06;

**Assunto:** Aprova o regime jurídico aplicável ao nadador-salvador em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao



reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011/ de 27 de julho, que cria o Sistema de Regulação de Acesso a Profissões. - 198/XII/3 - n.º 77/X

**Proveniência:** Assembleia da República

**Entrada:** 2014 – 01 – 16.

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 06.

## **2 – Projeto de Proposta de Lei:**

**Assunto:** Estabelece regras de acesso pelos beneficiários a cuidados de saúde transfronteiriços, seguros e de elevada qualidade, e promove a cooperação em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º 2011/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, e a Directiva de Execução n.º 2012/52/UE da Comissão, de 20 de dezembro de 2012 - PCM (M. Saúde) - (Reg. PL 20/2014). - n.º 78/X

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2014 – 01 – 16.

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data limite do parecer:** 2014– 01 – 29.

## **3 – Projeto de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Cria o sorteio "Fatura da sorte" - MF - (Reg. DL 35/2014) - n.º 79/X

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2014 – 01 – 24

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 03;

**Assunto:** Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, transpondo o artigo 30.º da Diretiva n.º 2012/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, que altera e subsequentemente revoga a Diretiva n.º 96/82/CE do Conselho - MAOTE - (Reg. DL 37/2014) – n.º 80/X

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Entrada:** 2014 – 01 – 24

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 05.

#### **4 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** Substituição do Projeto de Decreto Legislativo Regional – Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados nos Quadros da RAA, através de um Concurso Externo Extraordinário, em 2014 – n.º 22/X

**Autor:** BE

**Entrada:** 2014 – 01 – 20;

**Assunto:** Cria o Conselho Regional de Cultura dos Açores – n.º 24/X

**Autor:** PCP

**Entrada:** 2014 – 01 – 21;

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 21;

**Assunto:** [Substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/X - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de Agosto](#)

**Autor:** BE

**Entrada:** 2014 – 01 – 29

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 28;

**Assunto:** [Substituição do Projeto de Decreto Legislativo Regional - Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional \(Quina alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de Abril\) – n.º 19/X](#)

**Autor:** PCP

**Data de Entrada:** 2014 – 01 – 14.

## **5 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do trabalho portuário e estabelece normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da região – n.º 25/X](#)

**Autor:** Governo

**Entrada:** 2014 – 01 – 24;

**Comissão:** Economia

**Data limite do parecer:** 2014– 02 – 27.

## **6 – Projeto de Resolução:**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do Decreto Legislativo regional n.º 26/2012/A de 19 de junho, empréstimo de manuais escolares – n.º 57/X](#)

**Autor:** BE

**Data de Entrada:** 2014 – 01 – 23;

**Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão**

**Assunto:** [Em defesa do Hino Oficial da Região Autónoma dos Açores – n.º 58/X](#)

**Autor:** PSD

**Data de Entrada:** 2014 – 02 – 03;

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data limite do parecer:** 2014– 03 – 06.

## **7 – Petição:**

**Assunto:** Reorganização da rede escolar no concelho da Praia da Vitória – n.º 20/X

**Autor:** Maria Eugénia da Costa Lamas da Silveira

**Data de Entrada:** 2014 – 01 – 20;

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Aguarda admissibilidade.**

## **8 – Requerimentos:**

**Assunto:** [Atraso nos pagamentos às Associações de Bombeiros Voluntários](#)

**Autor:** Joaquim Machado (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.15

**Referência:** 54.03.00 – N.º 187/X;

**Assunto:** [Admissão de um fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa](#)

**Autores:** João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.15

**Referência:** 54.03.04 – N.º 188/X;

**Assunto:** [Encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha da Região Autónoma dos Açores](#)

**Autores:** Aida Amaral e Cláudio Lopes (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.03.00 – N.º 189/X;

**Assunto:** [Real impacto económico e social do fim do regime das quotas leiteiras.](#)

**Autores:** Graça Silveira e Artur, Lima e Ana Espínola (CDS/PP)

**Data de Entrada:** 2014.01.20

**Referência:** 54.01.00 – N.º 190/X;

**Assunto:** [Atraso na conclusão das obras do Parque de Exposições da ilha Terceira.](#)

**Autor:** Zuraida Soares (BE)

**Data de Entrada:** 2014.01.21

**Referência:** 54.06.03 – N.º 191/X;

**Assunto:** [Muralha da Praia na ilha Graciosa](#)

**Autores:** Valdemiro Vasconcelos e João Bruto da Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.21

**Referência:** 54.03.04 – N.º 192/X;

**Assunto:** [Infestação por térmitas de madeira seca \(Cryptotermes brevis\) sem controlo nos Açores](#)

**Autores:** Luís Rendeiro, António Ventura e Judite Parreira (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.21

**Referência:** 54.03.00 – N.º 193/X;

**Assunto:** [Horários da SATA para o próximo verão IATA prejudicam a Graciosa](#)

**Autores:** João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.04 – N.º 194/X;

**Assunto:** [Estudos realizados que habilitaram o Governo Regional na definição da tipologia dos dois novos Ferries para o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas](#)

**Autores:** Jorge Macedo, António Marinho, Renato Cordeiro e António Pedroso (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.00 – N.º 195/X;

**Assunto:** [Situação económica da Adega Cooperativa dos Biscoitos](#)

**Autores:** Judite Parreira, António Ventura, Luís Rendeiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.00 – N.º 196/X;

**Assunto:** [Respeitar e afirmar os Açores na diáspora portuguesa](#)

**Autor:** José Andrade (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.29

**Referência:** 54.03.00 – N.º 197/X;

**Assunto:** [Ligação marítima Terceira-Continente](#)

**Autores:** António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.29

**Referência:** 54.03.03 – N.º 198/X;

**Assunto:** [Diminuição de especialistas no Hospital da Horta agrava-se](#)

**Autores:** Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Luís Maurício (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.29

**Referência:** 54.03.07 – N.º 199/X;

**Assunto:** [Flagelo da falta de medicamentos na ilha Graciosa](#)

**Autores:** João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

**Data de Entrada:** 2014.01.30

**Referência:** 54.03.04 – N.º 200/X.

## **9 – Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Utentes do serviço de tratamento de dependências na Terceira sem acesso às comunidades de desintoxicação e recuperação no Continente.](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.03.03 – N.º 164/X;

**Assunto:** [Obras de Beneficiação e manutenção da sede social da Casa do Povo da Aqualva](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.06.03 – N.º 171/X;

**Assunto:** [Água com baterias na Graciosa – Encerramento do Hotel Graciosa Resort e das Termas do Carapacho](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.03.04 – N.º 172/X;

**Assunto:** [Governo considera que filarmónicas de São Miguel foram prejudicadas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.03.02 – N.º 173/X;

**Assunto:** [Crédito de Horário Adicional](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16

**Referência:** 54.03.00 – N.º 176/X;

**Assunto:** [Demora Inexplicável na substituição de Doentes](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.16



**Referência:** 54.03.00 – N.º 177/X;

**Assunto:** [Transporte Marítimo de Mercadorias](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.06 – N.º 175/X;

**Assunto:** [Falta de Educadores de Infância no Programa de Intervenção Precose](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.00 – N.º 184/X;

**Assunto:** [Situação da Compra de Quota no Continente Português](#)

**Data de Entrada:** 2014.01.23

**Referência:** 54.03.00 – N.º 185/X;

**Assunto:** [A ARSARA e a contaminação da Água no Faial](#)

**Data de Entrada:** 2014.01.31

**Referência:** 54.03.07 – N.º 170/X;

**Assunto:** [Prejuízos na Orla Costeira do Pico](#)

**Data de Entrada:** 2014.01.31

**Referência:** 54.03.06 – N.º 186/X.

**10 – Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Acórdão do Tribunal Constitucional relativo à Fiscalização preventiva da constitucionalidade dos art.ºs 43.º, n.ºs 1 e 2 do Decreto n.º 24/2013 - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2014.

**Proveniência:** Tribunal Constitucional

**Data de Entrada:** 2014.01.20;

**Assunto:** Ofício a agradecer a Sua Excelência a Presidente da ALRAA a carta que lhe foi dirigida por ocasião da morte de Eusébio da Silva Ferreira

**Proveniência:** O Presidente do Sport Lisboa Benfica, Luís Filipe Vieira

**Data de Entrada:** 2014.01.20;

**Assunto:** Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar, pelo falecimento de Álvaro de Lemos

**Proveniência:** Fátima Lemos

**Data de Entrada:** 2014.01.16;

**Assunto:** Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução - Recomenda ao Governo Regional a implementação de medidas que garantam o cumprimento, pelas Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, do Decreto Legislativo regional n.º 26/2012/A de 19 de junho, empréstimo de manuais escolares – n.º 57/X

**Autor:** BE

**Data de Entrada:** 2014.01.23;

**Assunto:** Sessão de Perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre Transportes, Comunicações, Saúde e Educação na RAA.

**Autor:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2014.01.27;

**Assunto:** Sessão de Perguntas ao Governo Regional com resposta oral

**Autor:** PPM

**Data de entrada:** 2014.02.05;

**Assunto:** Ofício a enviar, por correio eletrónico a verificação interna de contas de gerência abaixo indicada:

- VIC n.º 01/2014-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.09 "Escola Secundária Manuel de Arriaga”;

**Proveniência:** O Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, Nuno Lobo Ferreira

**Data de Entrada:** 2014 – 01 – 24;

**Assunto:** Ofício enviado via email relativo à Proposta para a aplicação do regime de horário de trabalho de 35 horas semanais

**Autor:** Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino

**Data de Entrada:** 2014.01.29;

**Assunto:** Ofício a solicitar o agendamento de uma interpelação ao Governo Regional sobre Políticas de Saúde

**Autor:** CDS/PP, Artur Lima

**Data de Entrada:** 2014.01.30

**Assunto:** Ofício a comunicar que foi enviado para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2014 – “Cria o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores”

**Autor:** Gabinete do Representante da República para a RAA

**Data de Entrada:** 2014.01.31;

**Assunto:** Certificação energética de edifícios na RAA

**Autor:** Pedro Miguel Simões Perpétuo - Perito Qualificado do Sce Acores

**Data de Entrada:** 2014.01.31;

**Assunto:** Estudo sobre as Zonas Costeiras da Região Autónoma dos Açores

**Autor:** Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Profs. Drs. Fernando Alves Correia e Ana Raquel Moniz

**Data de Entrada:** 2014.01.31;

**Assunto:** Carta a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Fernanda Trindade

**Autor:** Domingos F. Trindade

**Data de Entrada:** 2014.02.04.

## 11 - Relatórios:

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.02.07;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 485/XII/3 – “Reposição dos feriados nacionais roubados”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.01.30;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei n.º 37/2014 – “procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, transpondo o artigo 30.º da Diretiva n.º 2012/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substância perigosas, que altera e subsequentemente revoga a Diretiva n.º 96/82/CE do Conselho](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.05;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 197/XII/3ª – “Aprova o regime jurídico aplicável ao mergulho profissional em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei.º 9/2009, de 4 de março, que transpôs a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o sistema de regulação do acesso a profissões”.](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 198/XII/3ª – “Aprova o regime jurídico aplicável ao nadador salvador em todo o território nacional, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro relativa aos serviços no mercado interno, com a Lei.º 9/2009, de 4 de março, que transpôs a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e](#)

com o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 de julho, que cria o sistema de regulação do acesso a profissões”

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Artur Manuel Leal de Lima

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Duarte Manuel Braga Moreira.

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria da Graça Amaral da Silveira.

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

**Assunto:** Proposta de Lei n.º 195/XII/3ª– “Procede à segunda alteração à Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, aprovando novos Estatutos para a Rádio e Televisão de Portugal, S.A.”

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2014.02.07;

**Assunto:** Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2014.02.06;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 482/XII/3 que garante aos trabalhadores o vínculo público de nomeação como forma de assegurar a estabilidade e segurança dos vínculos laborais na Administração Pública.](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 481/XII/3 que define o Programa de Combate à Precariedade Laboral na Administração Pública.](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Projeto de Lei n.º 483/XII/3 que revoga a mobilidade especial e o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2012, bem como ao Relatório Anual de Execução do Plano deste mesmo ano

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Projeto de Proposta de Lei que “Estabelece regras de acesso pelos beneficiários a cuidados de saúde transfronteiriços, seguros e de elevada qualidade, e promove a cooperação em matéria de cuidados de saúde](#)

[transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º2011/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, e a Diretiva de Execução n.º 2012/52/EU da Comissão, de 20 de dezembro de 2012 – PCM \(M. Saúde\) – \(Reg. PL20/2014\)”](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2014.02.07;

**Assunto:** [Projeto de Decreto Legislativo Regional — Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional. \(Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril\)- n.º 19/X](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Proposta de Lei n.º 193/XII – Procede à primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro \(Orçamento do Estado para 2014\)](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2014.01.28;

**Assunto:** [Projeto de Decreto-Lei que cria o sorteio «Fatura da sorte» - MF - \(REG. DL 35/2014\).](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia



**Data de Entrada:** 2014.01.29.

**12 – Diários:**

Consideram-se aprovados na presente Sessão Legislativa os Diários n.ºs 41, 42, 43, 44, 45 e 46, bem como as Separatas n.º s 16/X e 17/X.

Estão presentes na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa os Diários n.ºs 47, 48 e 49.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco